

# 2014

## RELATÓRIO E CONTAS



misericórdia  
do porto

---

DESDE 1499



# ÍNDICE

<b>MENSAGEM DO PROVEDOR</b>	<b>005</b>		
<b>CORPOS GERENTES</b>	<b>006</b>		
<b>01 INTRODUÇÃO</b>	<b>008</b>		
<b>1. A MISERICÓRDIA DO PORTO, A IGREJA, O ESTADO E A SOCIEDADE PORTUGUESA</b>	<b>009</b>		
<b>2. A MISERICÓRDIA DO PORTO E A IRMANDADE</b>	<b>010</b>		
2.1. IRMANDADE	010		
2.1.1. Assembleias Gerais Ordinárias	010		
2.1.2. Tomada de Posse dos Corpos Gerentes para o triénio 2014/2016	010		
2.1.3. Movimento da Irmandade	010		
<b>02 PARTE GERAL</b>	<b>011</b>		
<b>DEPARTAMENTOS CENTRAIS - SEDE</b>	<b>012</b>		
<b>1. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>012</b>		
1.1. SHST – ACIDENTES DE TRABALHO	015		
1.2. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	015		
1.3. FEAS	017		
<b>2. DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>018</b>		
2.1. DATACENTER – CENTRO PARTILHADO DE DADOS SCMP	018		
2.2. FUSÃO E CONSOLIDAÇÃO PLATAFORMAS APLICACIONAIS SCMP	019		
2.3. FUSÃO EPR SCMP	019		
2.4. FUSÃO DAS FARMÁCIAS UOS-SCMP	020		
2.5. GESTÃO DE RENDAS	020		
2.6. DIGITALIZAÇÃO CLÍNICA	021		
2.7. IMPLEMENTAÇÃO SOLUÇÃO SI/TIC CENTRO DE REABILITAÇÃO DO NORTE	021		
2.8. PORTFÓLIO DE SOLUÇÕES TI	022		
<b>3. DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PATRIMÓNIO</b>	<b>024</b>		
3.1. CARTÓRIO PRIVATIVO	024		
3.2. ARRENDAMENTOS	025		
3.3. ATUALIZAÇÃO DE RENDAS NO ÂMBITO DO NRAU	025		
3.4. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO A TRANSITAR PARA O NRAU	025		
3.5. REGULARIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO (IMI)	026		
3.6. CEMITÉRIO PRIVATIVO	026		
3.7. ARQUIVO GERAL	026		
3.8. EXPEDIENTE GERAL	026		
3.9. CLIENTES	027		
3.9.1. Gabinete do Inquilino	027		
3.9.2. Rendas em atraso	027		
3.10. CENTRAL DE COMPRAS	027		
3.10.1. Aquisições Material de Conservação	028		
3.10.2. Armazém Geral	029		
3.11. SETOR TÉCNICO	029		
3.11.1. Área de Manutenção e Conservação	029		
3.11.2. Empreitadas Asseguradas pelo Setor de Conservação	030		
3.11.3. Intervenções	031		
3.11.4. Projetos Executados	031		
3.11.5. Programa 2020 – Reabilitar para Arrendar	031		
<b>4. DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS</b>	<b>032</b>		
4.1. CASA DA PRELADA - D. FRANCISCO DE NORONHA	032		
4.1.1. Arquivo Histórico e Serviço Educativo Tratamento documental	033		
Biblioteca e Salas de Leitura	033		
4.1.2. Serviço Educativo	034		
Visitas orientadas	035		
História da Misericórdia	035		
4.2. MMIPO – MUSEU DA MISERICÓRDIA DO PORTO	035		
4.3. PATRIMÓNIO ARTÍSTICO	035		
4.3.1. Conservação e Restauro	035		
4.3.2. Aquisição de Obras	036		
4.3.3. Recursos Interpretativos	036		
4.3.4. Divulgação Pública	036		
<b>5. DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS</b>	<b>037</b>		
<b>6. GABINETE DE AUDITORIA INTERNA</b>	<b>038</b>		
6.1. AUDITORIA À GESTÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA SCMP	039		
6.2. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO PRELIMINAR DE RISCOS NA SCMP	040		
6.3. PROJETO CERTIFICAÇÃO ISO 9001:2015 DISG	040		
6.4. POLÍTICA DE FORMAÇÃO DA SCMP	040		
6.5. POLÍTICA DE CIBERSEGURANÇA DA SCMP	041		
6.6. PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E MELHORIA CONTÍNUA DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA	041		

<b>7. DEPARTAMENTO DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL E COMUNICAÇÃO</b>	<b>042</b>	<b>4. DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - QUINTA D´ALVA</b>	<b>075</b>
<b>03 PARTE ESPECIAL</b>	<b>044</b>	<b>5. ENSINO ESPECIAL - CENTRO INTEGRADO DE APOIO A DEFICIÊNCIA (INSTITUTO S. MANUEL E INSTITUTO ARAÚJO PORTO)</b>	<b>077</b>
<b>ÁREAS OPERACIONAIS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA NOSSA MISSÃO</b>	<b>045</b>	<b>6. EDUCAÇÃO - COLÉGIO DE NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA</b>	<b>085</b>
<b>1. INTERVENÇÃO SOCIAL</b>	<b>045</b>	<b>7. JUSTIÇA - ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SANTA CRUZ DO BISPO (FEMININO)</b>	<b>091</b>
1.1. AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA	046	<b>8. AMBIENTE - PARQUE DA PRELADA</b>	<b>095</b>
1.1.1. Atendimento à Comunidade	046	<b>04 NOTAS FINAIS</b>	<b>096</b>
1.1.2. Cabaz de Natal	046	<b>05 SÍNTESE ECONÓMICA E FINANCEIRA</b>	<b>098</b>
1.2. RESPOSTAS SOCIAIS DIRIGIDAS AOS IDOSOS	047	<b>06 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>102</b>
1.3. RESPOSTAS SOCIAIS DIRIGIDAS ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	048	<b>07 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b>	<b>134</b>
1.3.1. Casa de Santo António	048	<b>08 EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL</b>	<b>138</b>
1.3.2. Casa Bento XVI	048	<b>09 PARECER DO DEFINITÓRIO</b>	<b>158</b>
1.4. RESPOSTAS SOCIAIS DIRIGIDAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO	049	<b>10 PROPOSTA DA MESA ADMINISTRATIVA À ASSEMBLEIA GERAL</b>	<b>162</b>
1.4.1. Casa da Rua - D. Lopo de Almeida	049		
1.4.2. Centro de Alojamento Social - D. Manuel Martins	050		
1.5. PROJETOS ESPECIAIS	050		
1.5.1. Chave de Afetos	050		
1.5.2. Banco do Vestuário	051		
1.5.3. Loja Solidária	051		
1.6. CERTIFICAÇÃO ISO 9001:2015 - DISG	051		
<b>2. JUVENTUDE - COLÉGIO DO BARÃO DE NOVA SINTRA</b>	<b>053</b>		
<b>3. SAÚDE</b>	<b>057</b>		
3.1. HOSPITAL DA PRELADA - DR. DOMINGOS BRAGA DA CRUZ	058		
3.1.1. Ações de Formação HP 2014	059		
3.1.2. Contrato Programa 2014	062		
3.2. CENTRO DE REABILITAÇÃO DO NORTE - DR. FERREIRA ALVES	069		
3.2.1. Evolução da execução do contrato	069		
3.3. CENTRO HOSPITALAR CONDE DE FERREIRA	071		
3.3.1. Indicadores de Gestão - Serviço de Gestão de Doentes	072		
3.4. SERVIÇO DE PSICOLOGIA E CENTRO DE DIA DE ALZHEIMER - S. JOÃO DE DEUS	072		
3.4.1. Serviço de Psicologia	072		
3.4.2. Centro de Dia de Alzheimer - S. João de Deus	072		
3.4.3. Serviço de Terapia Ocupacional	073		
3.5. DIVERSOS	073		
3.5.1. Banco de Ideias	073		
3.5.2. Hortas Biológicas - Parque Avides Moreira	073		

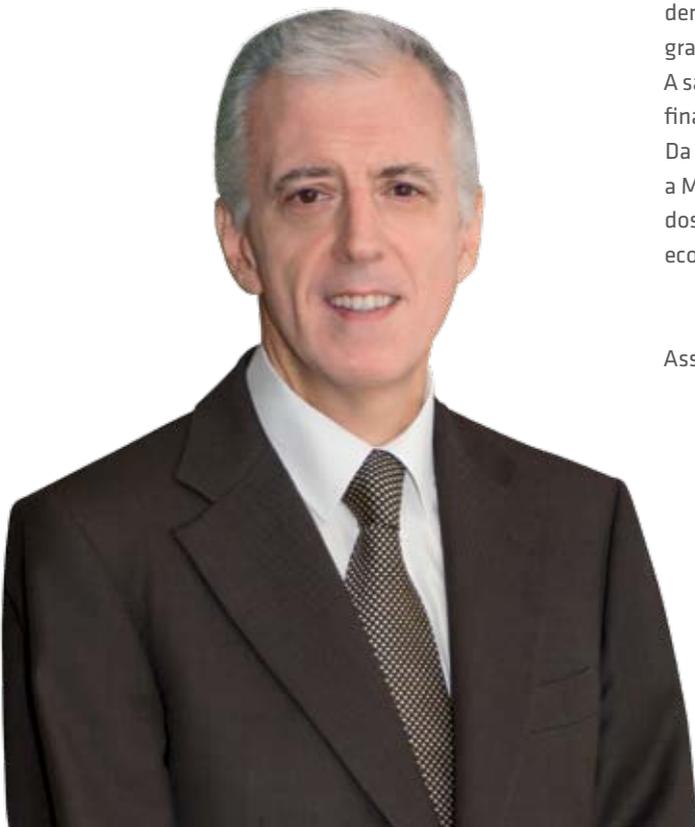
*A nossa época anda em busca insistente – por vezes desesperada – de um conceito de ordem mundial. A par de uma interdependência sem precedentes é o caos que espreita.(...)  
Estaremos a viver um período em que o futuro é determinado por forças alheias a toda a moderação?*

*In Henry Kissinger – A Ordem Mundial*

## MENSAGEM DO PROVEDOR

*Como manda a tradição, cumpre-me apresentar o **RELATÓRIO E CONTAS DE 2014**, de acordo com a Lei e o nosso Compromisso num momento em que se continuam a viver tempos de dificuldades, quer em Portugal, quer na Europa.*

*Este foi o primeiro ano de mandato desta nova Mesa que, desde logo, assumiu o legado da Mesa anterior e soube continuar a realizar as reformas consideradas fundamentais para a sustentabilidade da nossa Instituição, sem esquecer o referencial de missão que é o cumprimento das Obras de Misericórdia entendidas à luz da moderna doutrina social da Igreja numa verdadeira cultura de solidariedade.*



Melhor Misericórdia e Mais Misericórdia, com confiança no futuro, foi o desafio que lancei à Irmandade e esta soube sufragar no momento oportuno.

O ano de 2014 foi ainda um ano de alterações legislativas no setor da economia social e solidária com destaque para as mudanças ao modelo de governação destas instituições pela reforma do DL 119/83, o qual tinha já mais de trinta anos de regulação do setor.

Foi uma reforma silenciosa mas cuja oportunidade todos vão saber apreciar no seu quotidiano de gestão.

Continuamos pois, de um modo firme e decisivo, a procurar centrar o papel da nossa Santa Casa da Misericórdia do Porto no auxílio aos que mais precisam na nossa sociedade.

Os níveis de pobreza aumentaram em Portugal e a crise nada mais fez do que aguçar essas várias formas de pobreza, desde uma pobreza assumida até a uma pobreza envergonhada, própria de muitas pessoas que nunca tinham vivido estas dificuldades.

A classe média, que suportou uma parte significativa do esforço fiscal e do aumento da receita, e os mais desprotegidos, a quem as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho começaram a escassear, são os rostos destas dificuldades que obrigaram a procurar novas respostas na inovação social.

Foi principalmente isso que evidencia a nossa comunidade de afetos, dando esperança aos nossos concidadãos mais cétricos e mantendo acesa uma luz de oportunidades nos seus projetos de vida.

A questão da empregabilidade e do reajustamento da despesa pública ficam como as marcas mais salientes de uma crise económica, financeira e social que Portugal vive num horizonte onde o reajustamento da dívida pública tarda a se definir.

Continuamos a manter-nos fiéis à carta de missão do Rei D. Manuel, em 1499, em servir os mais fracos e desprotegidos da nossa sociedade, que, para nós, são claramente os mais novos, os deficientes e os idosos.

Em 2014 atingimos um número inédito de 238 idosos nas nossas unidades residenciais, que diz bem da crise demográfica que estamos a sentir que é um dos grandes desafios para o futuro.

A saída terá de assentar na inovação social e numa decisiva captação de recursos financeiros que o quadro de referência comunitário 2014/2020 irá proporcionar.

Da nossa parte gostava de deixar claro à comunidade e aos Irmãos e Irmãs que a Mesa Administrativa continuará a ser frugal e prudente na sua ação, próxima dos que mais precisam e corajosa nas medidas necessárias à sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental de toda a organização.

Assim Nossa Senhora da Misericórdia nos guie na nossa missão.

Porto, 31 de março de 2015

O Provedor  
António Manuel Lopes Tavares

---

# CORPOS GERENTES

## MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

### *PRESIDENTE*

Jorge Rui Moita Pereira Cernadas

### *SECRETÁRIOS*

António José Barbosa Samagaio

José Manuel Lemos Pavão

## MESA ADMINISTRATIVA

### *PROVEDOR*

António Manuel Lopes Tavares

### *VICE-PROVEDOR*

António Luís Abranches Canto Moniz

### *TESOUREIRO GERAL*

Jorge Eduardo Silva Ferreira Dias

### *CULTO E CULTURA*

Francisco Ribeiro da Silva

### *MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA*

### *E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO*

António Ernesto Silva Carvalho de Brito

### *DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E ENSINO*

### *ESPECIAL*

Francisco Castelo Branco Ribeiro

### *ÁREA SOCIAL MULHERES E JOVENS*

Maria Albertina Amorim Coelho

## DEFINITÓRIO

### *PRESIDENTE*

Joaquim Sabino Rangel Pamplona

### *VICE-PRESIDENTE*

Silvério Santos Brunhoso Cordeiro

### *SECRETÁRIO*

Joaquim Silva Vianez

### *VOGAIS*

António Alves Teixeira do Carmo

Justino dos Santos

---

# MESA ADMINISTRATIVA

António Ernesto  
Silva Carvalho  
de Brito

Francisco  
Ribeiro da  
Silva

Francisco  
Castelo  
Branco  
Ribeiro

António Ernesto  
Silva Carvalho  
de Brito

Maria Albertina  
Amorim Coelho

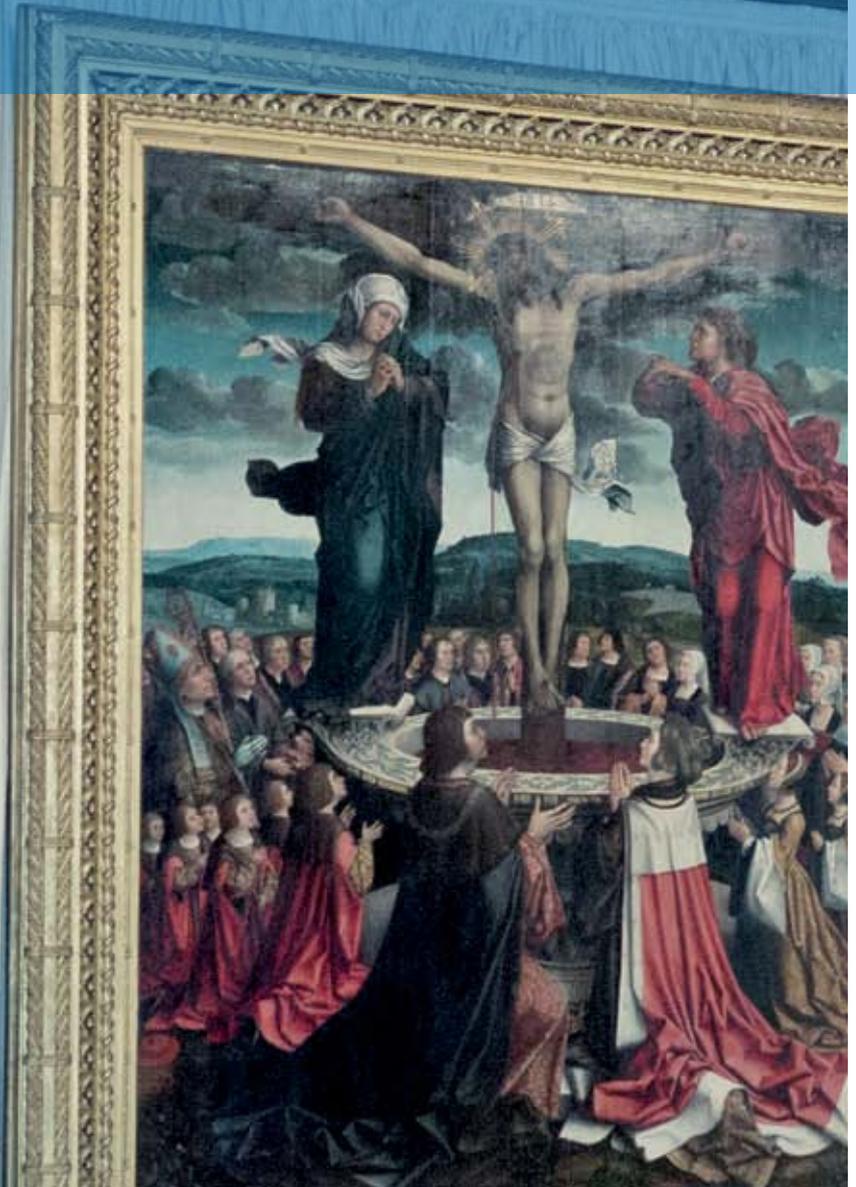
António Luís  
Abranches  
Canto Moniz

António Manuel  
Lopes Tavares



01

# INTRODUÇÃO



---

# 1. A MISERICÓRDIA DO PORTO, A IGREJA, O ESTADO E A SOCIEDADE PORTUGUESA

*A Santa Casa da Misericórdia do Porto continuou a manter, ao longo do ano de 2014, as mais profundas relações institucionais com os mais variados quadrantes da sociedade portuguesa.*

Desde logo com o lançamento do Prémio Albino Aroso, vocacionado para a investigação científica na Universidade do Porto, numa justa homenagem a um antigo vice-Provedor, cujo trabalho e labor ficou muito marcado na nossa instituição. Este prémio envolve a constituição de um júri com saliência para a participação do Professor Sobrinho Simões, o Professor Valente de Oliveira, o Dr. Miguel Cadilhe, o Dr. Miguel Guimarães, da Ordem dos Médicos, e o Professor Rui Nunes.

Esta preocupação da Misericórdia do Porto continua a manifestar-se com a celebração de Protocolo de Cooperação com a Universidade do Porto, com o Instituto Politécnico do Porto, com a aproximação a clubes da cidade como o Sport Clube do Porto ou o Futebol Clube do Porto e, finalmente, culminando numa relação muito próxima com a Câmara Municipal do Porto, com a SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana e com a Comissão de Coordenação da Região Norte.

A presença de membros do Governo foi também uma constante da nossa atividade. O Ministro da Saúde, o Secretário Estado da Saúde e o Secretário de Estado da Segurança Social, o Secretário de Estado da Cultura e o Primeiro-ministro, Dr. Pedro Passos Coelho, foram algumas das personalidades, que visitaram e participaram em eventos da Misericórdia do Porto.

Finalmente uma palavra sentida para a presença do novo Bispo do Porto, D. António Francisco dos Santos, que, na esteira do seu antecessor, soube ser fiel e valorizar o papel da Misericórdia do Porto, aproximando-se e colaborando com a nossa Santa Casa.

Asseguramos, assim, um papel incontornável para a cidade do Porto da sua Misericórdia sempre presente a cumprir, como diz o Papa Francisco, o seu papel de missão e serviço para os pobres que são os nossos verdadeiros destinatários.

## 2. A MISERICÓRDIA DO PORTO E A IRMANDADE

### 2.1. IRMANDADE

#### 2.1.1. ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIAS

Foram realizadas duas Assembleias-Gerais, em março e novembro, para a “Apreciação e votação do Relatório e Contas de 2013, acompanhados dos respetivos Pareceres do Definitório e do Revisor Oficial de Contas” e para a “Apreciação e votação do Orçamento e Plano de Atividades para o exercício de 2015 e do Parecer do Definitório”, respetivamente. Ambos os documentos foram aprovados, por unanimidade, em sede da Assembleia Geral da Irmandade.

#### 2.1.2. TOMADA DE POSSE DOS CORPOS GERENTES PARA O TRIÊNIO 2014/2016

- Mesa da Assembleia-Geral (4 elementos)
- Definitório (5 elementos)
- Mesa Administrativa (7 elementos).

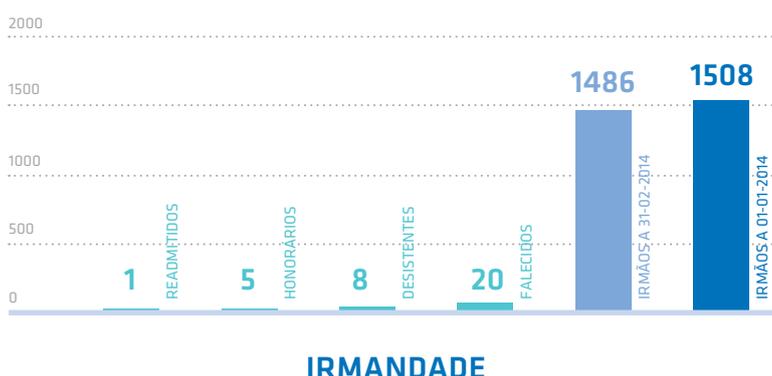
De acordo com o estatutariamente previsto, os Membros para o novo triênio tomaram posse no dia 06 de janeiro de 2014.

#### 2.1.3. MOVIMENTO DA IRMANDADE

Com um total de 1508 Irmãos, houve o seguinte movimento durante o ano de 2014: 1 readmissão, 20 falecimentos, 8 desistentes e 5 nomeações para Irmão Honorário, posicionando a Irmandade para um número global de 1486.

Além da atribuição do Diploma de Irmão Honorário aos Excelentíssimos Senhores Reverendíssimo **D. Pio Gonçalo Alves de Sousa**, Administrador Apostólico da Diocese do Porto, ao Reverendíssimo **D. António Francisco dos Santos**, Bispo do Porto, e aos Senhores **Dr. António José Freitas**, **Dr. Leonel Alves Santos** e **Dr. Bruno Miguel Santos Nunes**, representantes da Santa Casa da Misericórdia de Macau, também se destaca o mesmo grau concedido aos Irmãos Senhores **Dr. José Carlos Viveiros Avides Moreira**, **Dr. José Guimarães dos Santos**, antigos Provedores, e ao **Dr. Agostinho Correia Branquinho**, antigo Secretário-Geral.

Lamentamos ainda o falecimento do Senhor Presidente do Definitório, Dr. José Carlos Viveiros Avides Moreira, no passado dia 03 de agosto de 2014, tendo sido o seu lugar ocupado pelo Senhor Vice-Presidente, José Rodrigues Silva Caiano.





02

PARTE GERAL

## DEPARTAMENTOS CENTRAIS - SEDE

### 1. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O ano de 2014 constituiu um ano de viragem na orgânica de procedimentos do DRHFP. A implementação de um GIAF unificado, veio permitir dar mais um passo no sentido da uniformização de regras e procedimentos, em ordem a atingir o desiderato fundamental, porque estratégico, da crescente política de centralização enquanto orientação matricial governativa da Instituição.

Em sintonia, e como elemento adjuvante da realização da referida orientação estratégica, concretizou-se a consolidação da utilização do Portal do Colaborador, enquanto mediador do processo de uniformização acima referido.

A atenção e reforço de modelos organizacionais de gestão de recursos humanos assentes na gestão de competências, tem sido objeto de continuidade e reforço.

O incremento de respostas sociais, o significativo aumento, alargamento e diversidade das mesmas, levou a que o processo de admissão bem como de mobilidade interna de recursos disponíveis, se afirmasse como o espelho deste modelo de gestão, através de uma rigorosa análise dos perfis e competências e sua adequação às funções e cargos pretendidos, visando sempre alcançar a excelência no desempenho e realização profissionais.

O fomento da formação interna, acrescentando competências funcionais e comportamentais/relacionais aos colaboradores, para otimização e motivação dos recursos, tem constituído esforço permanente.

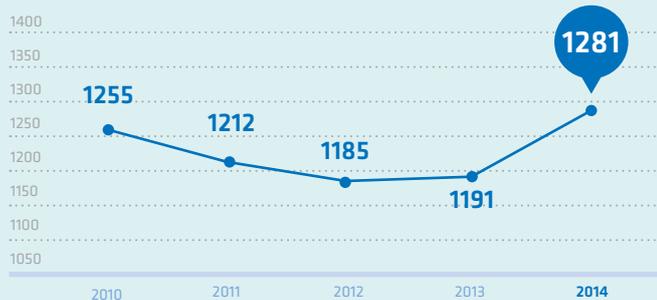
*De realçar que, neste domínio da formação, o volume da mesma teve um acréscimo de **87%**, relativamente ao ano transato, abrangendo mais **61%** dos colaboradores da Instituição.*



Nesta perspetiva, a adequação do perfil dos colaboradores, potenciadora de um desempenho eficaz da sua função, numa relação biunívoca com a adaptabilidade imposta pela necessidade de otimização de recursos, foi um dos vetores da ação estratégica e preocupação no âmbito da gestão de recursos humanos. A capacidade de gestão da mudança, que se torna imperativa numa época de instabilidade económico-social, impõe alterações de paradigmas organizacionais e institucionais, que tem de alicerçar-se em políticas de equidade e transparência internas, no respeito do estatuto jurídico-laboral dos colaboradores, mediatizado na estabilidade das expectativas dos colaboradores.

## COLABORADORES DO QUADRO E CONTRATADOS A PRAZO

ESTABELECIMENTOS   DEPARTAMENTOS	2011	2012	2013	2014
GESTÃO ADMINISTRATIVA E PATRIMÓNIO	54	47	40	40
RECURSOS HUMANOS FORMAÇÃO PROFISSIONAL	7	7	6	7
DEPARTAMENTOS CENTRAIS	---	---	---	1
GABINETE AUDITORIA INTERNA	1	2	2	6
CONTABILIDADE E FINANÇAS	11	13	13	27
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	4	5	5	3
GEPRO	---	1	1	---
INTERVENÇÃO SOCIAL E GERONTOLÓGICA	10	11	11	13
ARCO MAIOR	---	---	1	1
ATIVIDADES CULTURAIS	12	17	17	17
EMPREENDEDORISMO SOCIAL E COMUNICAÇÃO	---	---	---	7
GABINETE RELIGIOSO E CULTO	4	4	3	4
GABINETE ASSUNTOS JURÍDICOS E CONTENCIOSO	2	2	3	2
SERVIÇOS DE SAÚDE	4	4	4	19
ERPI - S. LÁZARO	67	65	59	61
ERPI - NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA	41	43	47	52
ERPI - PEREIRA DE LIMA	20	21	20	16
ERPI - QUINTA MARINHO	34	31	28	25
CAS - D. MANUEL MARTINS	---	---	6	6
CASA DA RUA - D. LOPO DE ALMEIDA	8	9	9	8
CASA SANTO ANTÓNIO	9	8	8	8
COLÉGIO BARÃO NOVA SINTRA	42	33	31	29
COLÉGIO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	63	63	66	73
CENTRO INTEGRADO APOIO Á DEFICIÊNCIA	61	58	55	67
CASA CULTURA DESPORTO	1	1	---	---
PROJETOS ESPECIAIS SOCIAIS (BANCO VESTUÁRIO)	2	3	4	3
PROJETO "PACHECO D' ALMADA"	2	1	---	---
ARTES GRÁFICAS SERVIÇOS IMPRENSA	6	5	5	5
PARQUE DA PRELADA	5	4	13	8
QUINTA BARCA D' ALVA	6	6	6	4
E.PRISIONAL ESPECIAL STA. CRUZ DO BISPO	27	25	25	24
HOSPITAL DA PRELADA	509	504	488	425
CENTRO HOSPITALAR CONDE DE FERREIRA	200	192	215	205
CENTRO REABILITAÇÃO DO NORTE	---	---	---	194
<b>TOTAIS</b>	<b>1 212</b>	<b>1 185</b>	<b>1 191</b>	<b>1 360</b>



COLABORADORES DO QUADRO E CONTRATADOS A PRAZO, SEM CONTRATAÇÕES PARA CRN



COLABORADORES DO QUADRO E CONTRATADOS A PRAZO

## PRESTADORES DE SERVIÇOS

PRESTADORES DE SERVIÇOS	2011	2012	2013	2014
DEPARTAMENTOS CENTRAIS + EPESCB	33	34	24	25
HOSPITAL DA PRELADA	28	14	19	20
CENTRO HOSPITALAR CONDE DE FERREIRA	5	5	4	1
CENTRO REABILITAÇÃO DO NORTE	---	---	---	10
<b>TOTAIS</b>	<b>66</b>	<b>53</b>	<b>47</b>	<b>46</b>

## COLABORADORES APOSENTADOS NOS DEPARTAMENTOS CENTRAIS E ESTABELECIMENTOS EM 2014

CATEGORIA	N.º de Colaboradores
ENCARREGADA SERVIÇOS DOMÉSTICOS	1
AJUDANTE LAR CENTRO DIA	1
COSTUREIRA	1
MÉDICO ORTOPEDISTA	1
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>

## PENSÕES PAGAS PELA SCMP EM 31.12.2014

APOSENTADOS	MÉDIA IDADES	SEXO FEMININO	SEXO MASCULINO	TOTAL
APOSENTADOS CAIXA PRIVATIVA	86 anos	36	19	55
PENSÕES SOBREVIVÊNCIA	73 anos	6	---	6
<b>TOTAL</b>	<b>85 anos</b>	<b>42</b>	<b>19</b>	<b>61</b>

## 1.1. SHST – ACIDENTES DE TRABALHO

O Grupo Coordenador de Segurança Higiene e Segurança no Trabalho colocou em prática, no decorrer do ano 2014, todas as obrigações estipuladas na legislação em vigor sobre Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST) – Lei 102/2008, Portaria 1532/2008, de 29 de dezembro, com o intuito de:

- Promover a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores no trabalho, proporcionando postos de trabalho que garantam a integridade física e psíquica dos colaboradores;
- Aumentar a produtividade e qualidade dos serviços;
- Implementar uma filosofia de prevenção de riscos, de modo a reduzir o número de dias de trabalho perdidos e/ou incapacidades;
- Controlar os níveis de agentes nocivos a que os trabalhadores estão expostos;
- Diminuir o risco de aparecimento de doenças profissionais.

A prevenção dos riscos profissionais deve assentar numa correta e permanente avaliação de riscos que inclui a educação, a formação e a informação para a promoção da melhoria da segurança e saúde no trabalho e de hábitos de prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais.



**Nº ACIDENTES TRABALHO OCORRIDOS ENTRE 2010 E 2014**

## 1.2. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

	2014	Varição (2013/2014)
VOLUME DE FORMAÇÃO (H)	7 161	+ 5%
COLABORADORES QUE FREQUENTARAM FORMAÇÃO	750	- 9%

### ÁREAS DE FORMAÇÃO

#### ÁREA SHST

- Prevenção e Controlo da Infecção
- Prevenção de Quedas
- Segurança Contra Incêndio – Plano de Emergência Hospitalar/ Interno
- Suporte Básico de Vida/Primeiros Socorros

#### ÁREA SOCIAL/3ª IDADE

- Gestão de Voluntariado
- Mediação e Justiça Restaurativa
- Serviço Social
- Violência a Idosos – prevenção e intervenção
- Violência de Género

#### ÁREA DE ENQUADRAMENTO NA EMPRESA

- Atendimento ao Público
- Atualização Fiscal
- Comunicação
- Deontologia e Ética Profissional
- Gestão de Conflitos
- Gestão Pessoal e do Tempo

#### INFORMÁTICA

- Portal do Colaborador – myGIAF
- Sistema Aplicacional da Saúde

#### ÁREA DE CONTABILIDADE, GESTÃO E FINANÇAS

- Atualização Fiscal
- Gestão da Qualidade em Saúde
- Gestão de Rendas e Cadastro de Imóveis

## ÁREA DA SAÚDE

A Equipa multidisciplinar no processo de reabilitação

Alcoolismo

Atrofia Cortical Posterior

Cuidados Intensivos e Unidades Intermédias

Cuidados na Saúde Mental

Doença de Alzheimer

Esquizofrenia

Estimulação Sensorial – Snoezelen – Perspetivas e Terapêuticas

Formação de Equipamentos de MFR

Homicídio e Doença Mental

Intervenção em Neurologia de Adultos

Musculoesqueléticos

Patologia do Pânico

Palmitato de Paliperidona na Esquizofrenia

Prevenção da infeção na higiene das roupas, material e equipamentos

Prevenção da Depressão e Suicídio

Prestação de Cuidados de Saúde Seguros e Humanizados

Psicodrama

Psicoeducação Familiar na Saúde Mental

Psiquiatria Forense

Reabilitação Cardíaca

Reabilitação Psicossocial na Saúde Mental

Saúde Mental Comunitária

Suporte Avançado de Vida – Adulto e Pediátrico

Suporte Básico de Vida com Desfibrilação Automática

Tratamento de Feridas

## ESTÁGIOS

A SCMP acolheu um total de 133 estágios, conforme gráfico abaixo, sendo que a maioria esteve distribuída pelos diferentes estabelecimentos afetos aos Departamentos Centrais (55).

Os 133 estágios dividiram-se em:

- 119 estágios curriculares;
- 6 estágios de acesso à profissão (arquiteto/nutricionista/farmacêutica/psicóloga);
- 8 estágios profissionais cofinanciados pelo IEFP.

	ESTÁGIOS CURRICULARES	ESTÁGIOS DE ACESSO À PROFISSÃO	ESTÁGIOS COFINANCIADOS PELO IEFP	TOTAL
DEPARTAMENTOS CENTRAIS	11	1	3	15
ESTABELECIMENTOS	52	1	2	55
HOSPITAL PRELADA	13	2	2	17
C.H. CONDE FERREIRA	23	2	---	25
CENTRO REABILITAÇÃO NORTE	16	---	1	17
EPESCB	4	---	---	4
<b>TOTAL</b>	<b>119</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>133</b>



## POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO

Ao abrigo das Políticas Ativas de Emprego, a SCMP integrou 4 desempregados subsidiados, no âmbito das Medidas Contrato Emprego Inserção (CEI) e Contrato Emprego Inserção + (CEI+).

ÁREA/PROFISSÃO	DEPARTAMENTO/ESTABELECIMENTO
PINTOR	CHCF
CARPINTEIRO	DGAP
ELETRICISTA	DGAP
LAVANDARIA/LIMPEZAS	ERPI QUINTA MARINHO

## 1.3. FEAS

Ao longo do ano de 2014, foram apoiados 31 colaboradores da SCMP, ao abrigo do FEAS. Os pedidos efetuados envolveram um montante de 28.073,30€, estando em dívida (a 31/12/2014) 6.839,64€. Na origem dos pedidos estiveram, maioritariamente, situações de dívidas e empréstimos para saldar (26%) e despesas não planeadas (45%), bem como a necessidade de fazer face às despesas decorrentes da aquisição de bens (10%) e de situações de desemprego de um dos elementos do agregado familiar (10%). As despesas com a educação (6%) e com a saúde (6%) foram também motivo de recurso ao FEAS. Relativamente à composição do agregado familiar, constata-se que os colaboradores que mais recorreram ao FEAS, no ano de 2014, integram famílias nucleares (55%) e famílias monoparentais (33%). Apenas 3% dos colaboradores que recorreram ao FEAS vivem sozinhos. Os montantes solicitados são, em média, repostos ao FEAS, ao longo de 9 meses.



## 2. DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O ano de 2014 foi marcado por um conjunto de desafios relevantes para elevar os índices de qualidade que os sistemas de informação implicam para a instituição.

A evolução tecnológica está a mudar a vida das comunidades numa base diária, sendo cada vez mais rápida e difusa. Por isso, é fundamental atuar da melhor forma, procurando antecipar as tendências futuras, tomando as decisões adequadas considerando um período temporal alargado. Neste contexto, a Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP) tem desenvolvido estratégias no sentido de racionalizar os recursos disponíveis na área das Tecnologias de Informação e Comunicação, procurando o desenvolvimento consolidado das diferentes áreas de intervenção da SCMP, de forma a crescer mais com os meios existentes, possibilitando uma evolução sustentada nestas áreas.

## 2.1. DATACENTER CENTRO PARTILHADO DE DADOS SCMP

No Projeto DATACENTER a SCMP teve como objetivo a construção de uma nova estrutura física para albergar ao nível do centro de dados da SCMP as plataformas de servidores e de comunicações, bem como todos os equipamentos associados, em condições ambientais, de redundância e segurança adequadas ao seu bom funcionamento e gestão, garantindo a disponibilidade de equipamentos que suportam sistemas cruciais para as suas diferentes áreas de atuação.

Na componente de Data Center, pretendeu-se ir ao encontro de tecnologias que permitam:

- Melhores práticas TI nas áreas da continuidade do negócio, recuperação de desastres e segurança física e lógica;
- Alinhamento com a filosofia *Green-IT*;
- Elevada disponibilidade (arquitetura *on-line*);
- Redundância de componentes/sistemas n+1;
- Gestão e balanceamento da carga dos sistemas nas diferentes infraestruturas TI;
- Sistema de monitorização física e ambiental;
- Sistema centralizado para a gestão de toda a infraestrutura de Data Center;

### QUADRANTE PARA AS FERRAMENTAS DE GESTÃO DA INFRAESTRUTURA DATA CENTER



Source: Gartner (September 2014)

Na componente da Infraestrutura Tecnológica de Servidores, pretendeu-se ir ao encontro de tecnologias que permitam:

- Aumento de gestão de capacidade;
- Qualidade de serviço;
- Elevada disponibilidade;
- Redundância dos sistemas;
- Otimização da gestão de backup's;
- Gestão e balanceamento da carga dos sistemas.

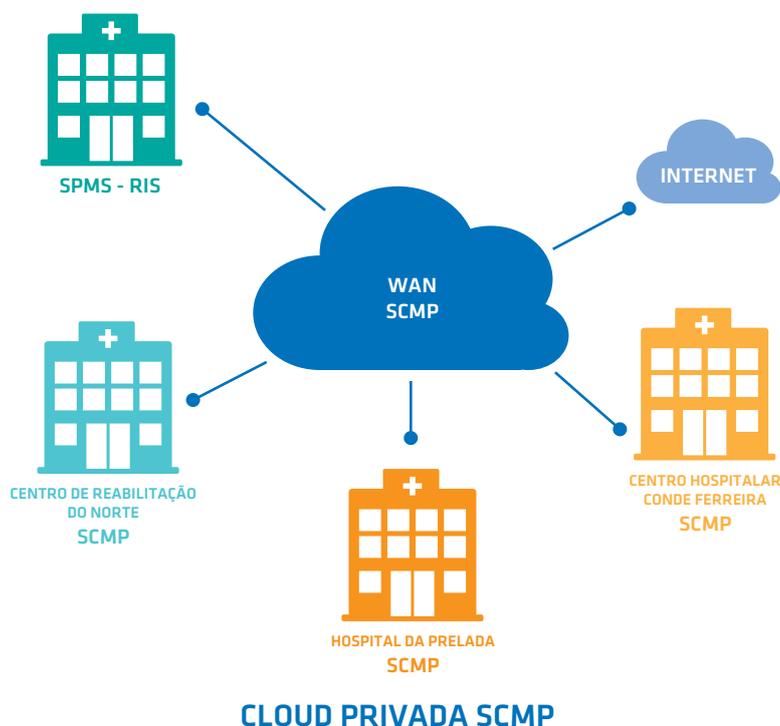
O processo de decisão foi baseado numa análise e posicionamento dos principais players, a partir do quadrante mágico da GARTNER no segmento de mercado.

O processo de implementação decorreu de acordo com as expectativas criadas, em virtude do planeamento rigoroso efetuado e fruto também do levantamento exaustivo e da correta mitigação dos riscos associados à fase de implementação, que contribuiram para o sucesso do projeto. Neste momento o projeto encontra-se concluído. Este projeto visou sobretudo dotar a SCMP de uma solução TI de larga escala, com resposta em termos de velocidade de processamento e salvaguarda dos dados. As diferentes áreas de negócio da SCMP assentes nesta solução, ganham em termos de qualidade de serviço, acesso à informação e disponibilidade 24 (horas) x7 (dias/semana) x365 (dias/ano).

Principais Vantagens:

- Redução de custos dos estabelecimentos da SCMP, recorrendo à utilização dos serviços da cloud privada da SCMP, onde os custos são menores que os anteriores sistemas TI. A manutenção dos sistemas é minimizada;
- Desvalorização dos ativos. Optando pelo Modelo de Renting Operacional na solução de servidores os custos de desvalorização/amortização do hardware deixam de existir;
- Reduzido investimento a nível de alterações tecnológicas, garantindo flexibilidade na área de cloud privada da SCMP, aumentando/reduzindo a utilização dos recursos de acordo com as necessidades do negócio;
- Os serviços cloud privada da SCMP estão disponíveis 24 horas, 7 dias por semana, 365 dias por ano;
- Segurança total no ambiente e proteção dos dados.

Esta solução integrada permite um salto qualitativo no que respeita à exigência de novas soluções aplicacionais e de serviços associados, acompanhando de



forma assertiva a rápida transformação tecnológica, a qual a IDC designa de 3ª Plataforma Tecnológica, de inovação e crescimento, assente em 4 pilares fundamentais: Mobilidade, Serviços Cloud, Tecnologias Sociais, e Big Data.

## 2.2. FUSÃO E CONSOLIDAÇÃO PLATAFORMAS APLICACIONAIS SCMP

De forma a viabilizar o Projeto de Fusão e Consolidação das Plataformas Aplicacionais da SCMP, realizaram-se projetos e atividades para a execução do projeto de unificação dos ERP's (aplicações de gestão administrativa e financeira) da SCMP e dos Sistemas Aplicacionais das UOS-SCMP (Unidades Operacionais de Saúde - SCMP), numa perspetiva holística e integrada, antecipando as datas para a sua execução, tendo em consideração a nova unidade operacional de saúde CRN.

## 2.3. FUSÃO EPR SCMP

A SCMP possui um conjunto de unidades que atuam em diferentes áreas. Cada unidade manteve, no passado recente, uma relativa autonomia na gestão financeira e dos recursos humanos. Esta autonomia materializou-se em:

- Vários centros de suporte às funções de gestão;
- Sistemas de informação locais (todas baseadas em ERP-GIAF).

No atual modelo de governo, organizativo e de gestão da SCMP, a centralização do ERP constituiu uma ferramenta crítica para um desempenho operacional cada vez mais otimizado.

A solução adotada assentou em dois conceitos, o da centralização aplicacional, que permite a racionalização da infraestrutura tecnológica de suporte ao ERP, e da implementação do conceito de unidade de exploração, que tem como objetivo autonomizar a informação introduzida e analisar de forma independente a informação de cada unidade, assegurando simultaneamente a consolidação da informação da SCMP. Foram assim criadas as condições para que as operações diárias das áreas administrativa-financeira e de recursos humanos de todas as unidades orgânicas possam ser transversalmente homogêneas, incrementando a eficiência operacional, obtendo ganhos de produtividade e otimizando o número de recursos afetos.

No global, este projeto constituiu uma evolução natural do projeto de consolidação de unidades, cumprindo integralmente com todos os requisitos que estiveram na origem desse projeto, nomeadamente a obrigação de centralização dos registos contabilísticos, produção de informação legal e informação para a gestão, e trará outras mais-valias consideráveis ao nível da gestão do produto (operação, parametrizações/configurações, atualizações), da integridade e consistência da informação e do nível de integração (integração total).

## 2.4. FUSÃO DAS FARMÁCIAS UOS-SCMP

Integrado no **Projeto de Fusão e Consolidação das Plataformas Aplicacionais das UOS-SCMP**, iniciou-se um projeto que visa a definição e implementação de um novo modelo de funcionamento dos Serviços Farmacêuticos da SCMP, enquanto estrutura de serviços partilhados, quer ao nível dos processos organizacionais e procedimentos de trabalhos, quer ao nível dos sistemas de informação que suportam a sua atividade.

Neste contexto, é pretendido endereçar-se, de uma forma holística e integrada, todas as iniciativas conducentes ao processo de centralização e fusão dos Serviços Farmacêuticos da SCMP. O novo modelo a implementar estará em conformidade legal com os requisitos exigidos pelo Infarmed, privilegiando a qualidade de serviço, a excelência operacional, a rentabilização dos recursos, bem como uma melhor gestão dos custos de exploração e a adoção e otimização de melhores práticas na gestão do pessoal.

O projeto em questão apresenta algumas características singulares, fruto das especificidades do modelo a implementar, bem como dos parceiros envolvidos. Esta situação envolve alguns riscos que irão merecer forte atenção ao longo do desenvolvimento do projeto, nomeadamente:

- Gestão das expectativas por parte dos parceiros;
- Prazo curto de implementação que não deixa margem a folgas;
- Posicionamento do Infarmed na validação do modelo de funcionamento dos Serviços Farmacêuticos da SCMP;

- Conclusão atempada do projeto TI – Fusão e Consolidação das Plataformas Aplicacionais UOS-SCMP.

Como tal, serão detalhados todos os riscos associados ao desenvolvimento e execução do projeto, de forma a promover a mitigação dos mesmos.

## 2.5. GESTÃO DE RENDAS

O património de rendimento é uma das maiores fontes de financiamento da SCMP e, com este projeto, disponibilizou-se uma plataforma, completamente integrada com o ERP, que permite uma gestão mais eficaz e eficiente dos imóveis e dos fluxos financeiros por eles gerados. Com este projeto foi possível integrar no ERP (módulos de gestão comercial e de instalações e equipamentos) o processamento das rendas, acrescentando as seguintes mais-valias:

- Concentração da informação de diferentes perspetivas de gestão num repositório único;
- Maior controlo e eficácia dos processos;
- Gestão do processo de comunicação com a SIBS (Ref<sup>o</sup> Multibanco, Débitos diretos) que permite registar a cobrança automaticamente no ERP através da leitura dos ficheiros de retorno;
- Cumprimento de obrigações legais (ficheiro SAFT) de forma totalmente automática;
- Envio de correio eletrónico aos inquilinos para controlo de cobranças;
- Envio da fatura via correio eletrónico;
- Cadastrar os imóveis.

## 2.6. DIGITALIZAÇÃO CLÍNICA

Foi constituída a Comissão para a Digitalização Clínica (CDC), com a responsabilidade de delinear a orientação estratégica na área da informatização clínica da SCMP, em conformidade com as diretrizes dos reguladores da Área da Saúde, Ministério da Saúde e boas práticas do setor. O objetivo desta comissão é a implementação de projetos na área das SI/TIC que contribuam para elevar a maturidade dos Sistemas Aplicacionais e desmaterializar os processos, melhorando o suporte à qualidade e segurança na prestação de serviços de saúde nas UOS-SCMP.

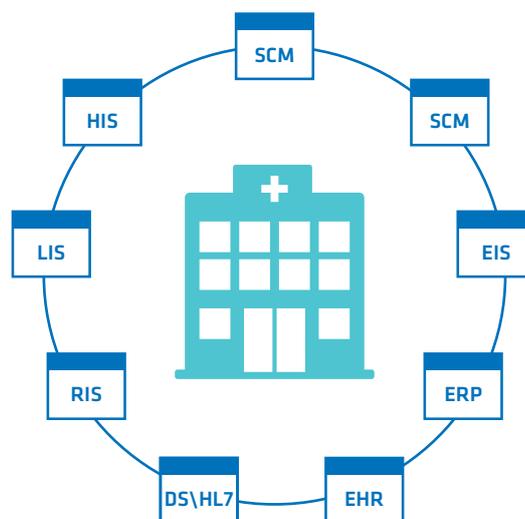
Alguns destes projetos encontram-se já em fase de operacionalização assegurando a concretização dos objetivos elencados. A CDC procura definir estratégias na área das SI/TIC que potenciem os benefícios clínicos e financeiros, que podem ser obtidos ao aumentar a segurança para o utente, e permitir uma gestão de serviços de saúde pró-ativa, redesenhando os principais workflows em parceria com médicos, enfermeiros, técnicos, farmacêuticos e outros interlocutores, que estão direta/indiretamente envolvidos no processo de prestação de cuidados de saúde. Esta atuação enquadra-se na estratégia de *Paper-Free Hospital*, nas UOS-SCMP, devidamente suportada nas boas práticas do setor e baseada nos processos de melhoria contínua.

## 2.7. IMPLEMENTAÇÃO SOLUÇÃO SI/TIC CENTRO DE REABILITAÇÃO DO NORTE

A solução em produção assentou em princípios de convergência tecnológica tendo como principal finalidade possibilitar o acesso do utilizador à informação e às aplicações a partir de qualquer lugar, rede ou mediante um qualquer canal de comunicação. As novas tendências tecnológicas estão, desta forma, alinhadas com as necessidades atuais e com a estratégia de negócio. Desta forma, garantiu-se a resposta a um conjunto de necessidades e requisitos típicos ligados à prestação de cuidados de saúde, com maior foco na valência de **Medicina Física e Reabilitação** (Ambulatório | Internamento), proporcionando um sistema integrado, eficiente e completo para a gestão da informação e coordenação das operações, centralizado no utente e na unificação da sua informação, possibilitando o seu registo de forma exaustiva. Na análise decorrente, o software atualmente em exploração garante logo à partida uma taxa de cumprimento bastante elevada, sendo o seu processo evolutivo baseado em eventuais redefinições das interfaces com terceiros, desenvolvimento específico no decurso do projeto, realização de upgrades de evolução prevista dos próprios produtos, devidamente alinhados com a Gestão de Topo da SCMP.

O **conjunto aplicacional** de apoio à prestação de cuidados de saúde implementado no Centro de Reabilitação do Norte tem por objetivo suportar a gestão e planeamento das tarefas e dos recursos clínicos e terapêuticos, assim como um conjunto de atividades administrativas e de apoio ao serviço clínico/terapêutico. Considera-se a Solução Integrada de Sistemas de Informação de Saúde de MFR

um conjunto de módulos aplicacionais que terão a seu cargo a responsabilidade de gerir a informação resultante da atividade realizada. Todos os sistemas estão acessíveis salvaguardando as necessárias questões sobre perfis de funcionamento, segurança e confidencialidade da informação.



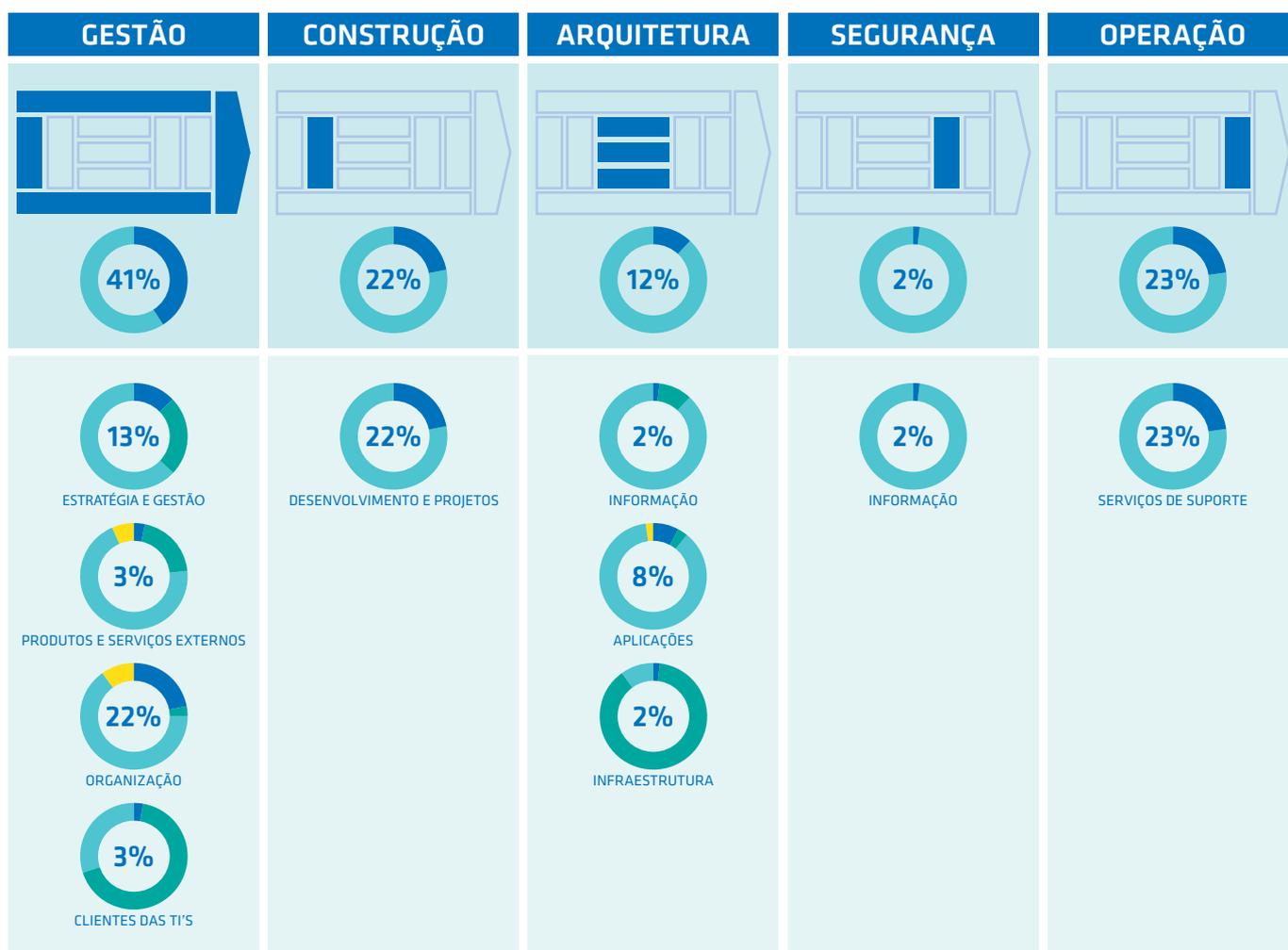
Ao nível das **Comunicações IP**, o DSI implementou solução unificada, apenas na componente de equipamentos ativos, nas vertentes de **Networking e Telefonia IP**, de forma totalmente integrada com os restantes sistemas de comunicação existentes na SCMP, sendo garantida redundância entre os sistemas. No que concerne à componente de **Networking**, foram instalados equipamentos ativos de rede, dimensionados para suportar elevada capacidade de comutação, que garanta a segurança de uma infraestrutura convergente IP. Em suma, o CRN está dotado de uma solução de comunicações unificadas, modular e escalável, que permite o crescimento/evolução das comunicações, de forma a acompanhar as necessidades presentes e futuras dos Sistemas de Informação e Comunicação. A solução e o projeto teve como pressupostos:

- Qualidade de Serviço;
- Elevada disponibilidade;
- Redundância de componentes;
- Gestão e balanceamento da carga dos sistemas;
- Formação e transmissão do conhecimento necessário à adequada gestão das operações;
- Documentação da solução.

Em termos de interfaces com a Entidade Contratante foram garantidos, por parte da SCMP, todos os componentes técnicos para assegurar a disponibilização bidirecional dos serviços Consulta Tempo e Horas, Portal de Dados da Saúde (PDS+CRD), Certificados de Incapacidade Temporária e Prescrição Eletrónica Externa, sendo que os interfaces carecem de configuração adicional e otimização técnica por parte da SPMS para garantir efetivação na sua utilização global.

## 2.8. PORTFÓLIO DE SOLUÇÕES TI

Continuamos a desenvolver e evoluir os SI/TIC agora numa perspetiva mais integrada e abrangente no universo da SCMP, de acordo com a estratégia e princípios orientadores definidos, com o objetivo de, cada vez mais, alavancar o potencial das TIC no suporte à atividade e áreas de negócio da SCMP. O DSI atuou e alocou recursos em iniciativas de planeamento, desenvolvimento/aperfeiçoamento e consolidação da infraestrutura TI e do portfólio aplicacional conforme apresentado nos seguintes quadros.



PROGRAMA TI	TEMPO	PRINCIPAIS PROJETOS TI
OTIMIZAÇÃO DO CICLO DE GESTÃO ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E HOTELEIRO DA SCMP	 <b>40%</b> <b>1055hh</b>	GESTÃO DE RENDAS (462HH) CONSOLIDAÇÃO/CENTRALIZAÇÃO DO ERP (348HH) GESTÃO DOCUMENTAL – UOS (104HH) DIETÉTICA (72HH) + 7 PROJETOS TI (69HH)
OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TI DA SCMP	 <b>47%</b> <b>1219hh</b>	DATACENTER (463HH) FUSÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS PLATAFORMAS APLICACIONAIS SCMP-UOS (219HH) CONSOLIDAÇÃO SISTEMA IMPRESSÃO/CÓPIA (171HH) COMUNICAÇÕES IP – CRN (144HH) + 2 PROJETOS TI (222HH)
OTIMIZAÇÃO DA ÁREA DA SAÚDE NO CICLO DE GESTÃO DE DOENTES	 <b>5%</b> <b>127hh</b>	MFR AMBULATÓRIO (81HH) PORTAL DO DOENTE (46HH)
OTIMIZAÇÃO DA ÁREA DA SAÚDE NO CICLO DE GESTÃO CLÍNICA	 <b>7%</b> <b>184hh</b>	LIS – LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS (54HH) OTIMIZAÇÃO MÓDULO APLICACIONAL BLOCO OPERATÓRIO (43HH) INTERFACE E INTEGRAÇÃO INFORMAÇÃO CLÍNICA PDS (42HH) PCE – BLOCO OPERATÓRIO (18HH) + 2 PROJETOS TI (27HH)
OTIMIZAÇÃO DA ÁREA DE PROJETOS ESPECIAIS	 <b>1%</b> <b>25hh</b>	DESENHO HOSPITAL INFORMATION SYSTEM – EPESCB (25HH)

O resultado dos esforços realizados na área das SI/TIC, com objetivo de suportar a evolução e gestão dos processos de negócio da SCMP, mostra a determinação, resiliência e capacidade de implementação das equipas multidisciplinares que foram fatores essenciais para uma constante profissionalização dos recursos do Departamento de Sistemas de Informação da SCMP.

Foram desenvolvidos com sucesso projetos essenciais para introduzir e fomentar a utilização dos SI/TIC, verificando-se um esforço significativo quer no reforço como também no desenvolvimento e otimização dos ciclos de gestão financeira,

administrativo e hoteleiro, ciclo clínico e ciclo de gestão de doentes, contribuindo decisivamente para uma melhoria qualitativa, claramente repercutida e percebida, na qualidade dos serviços prestados no universo das áreas de atuação da SCMP.

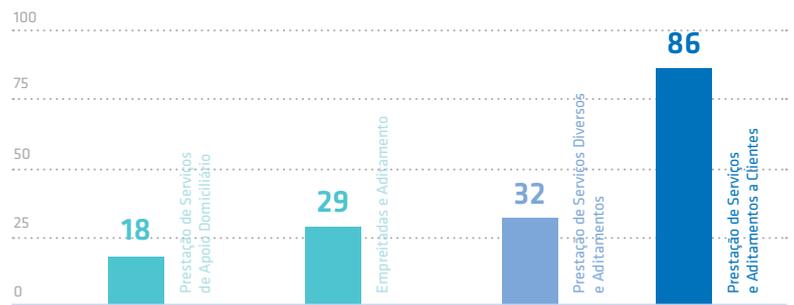
O ano em questão foi também interessante ao nível da prospeção de soluções inovadoras e evoluídas em termos dos padrões de arquitetura das SI/TIC atuais, destacando-se, neste contexto, uma série de projetos adotados e introduzindo novos conceitos e plataformas, como são os casos da arquitetura orientada a serviços e das experiências no domínio da virtualização e ambientes Private Cloud da SCMP.

### 3. DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PATRIMÓNIO

O papel estratégico deste departamento na vida da Misericórdia do Porto, porque transversal a toda a organização, permitiu implementar um conjunto de reformas fundamentais no sentido da eficácia e eficiência, por exemplo, de todo o sistema de aprovisionamento e compras.

### 3.1. CARTÓRIO PRIVATIVO

Havendo lugar a diversas empreitadas e a prestação de serviços, quer a clientes dos equipamentos sociais, quer aos utentes de apoio domiciliário, estes em interligação com o DISG, foram elaborados os respetivos contratos.



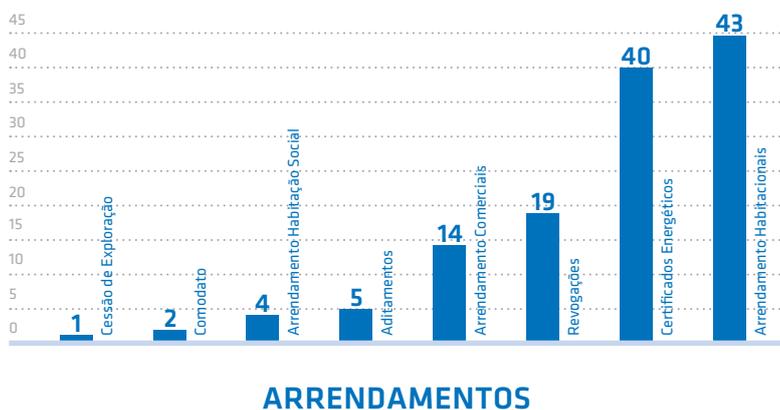
CONTRATOS/ESCRITURAS



## 3.2. ARRENDAMENTOS

Ao longo do ano realizaram-se 43 arrendamentos habitacionais, 14 arrendamentos comerciais, 1 cessão de exploração, 4 em Habitação Social, 2 de comodato, 19 revogações, 5 aditamentos e pedidos/emitidos 40 certificados energéticos.

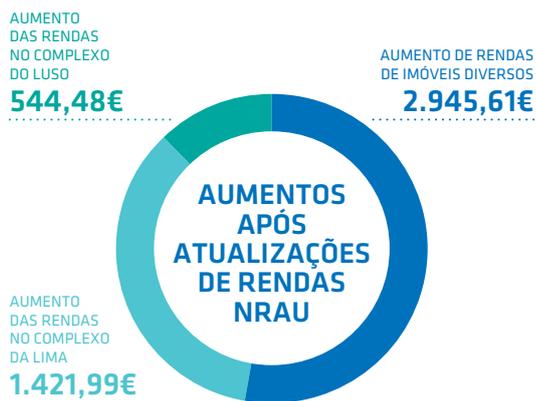
Neste movimento, houve sempre a intervenção dos Serviços Técnicos, para a elaboração do relatório de vistoria do espaço a arrendar, ou para a supervisão do desempenho do Setor de Conservação, para a realização das condições de habitabilidade através de pequenas obras, ou de empresas da especialidade, quando as melhorias eram de grande vulto.



## 3.4. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO A TRANSITAR PARA O NRAU

Há 11 contratos que transitaram para o NRAU e 17 que, por diversas razões legais, só o serão daqui a 5 anos. Com estas atualizações, 4 Inquilinos procederam à entrega da habitação, por discordar do valor apresentado.

No final do ano, foi iniciado o mesmo processo em 5 arrendamentos que, em obediência ao prazo legal, só entrará em vigor no ano de 2015.



## 3.3. ATUALIZAÇÃO DE RENDAS NO ÂMBITO DO NRAU

Continuando com o trabalho iniciado no final do ano de 2012, relativamente à atualização dos valores da renda, com a publicação da Lei nº 31, de agosto de 2012, houve o movimento traduzido no gráfico que segue:



### 3.5. REGULARIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO (IMI)

Através da apresentação do Modelo 1 do IMI, foram 3 avaliações corrigidas na divisão por andar, legalizando os prédios a que diziam respeito. Há ainda 284 avaliações que deverão ser verificadas durante o primeiro trimestre do ano de 2015.

AVALIAÇÕES CORRIGIDAS NA DIVISÃO POR ANDARES COM APRESENTAÇÃO DO MOD.1 IMI

3

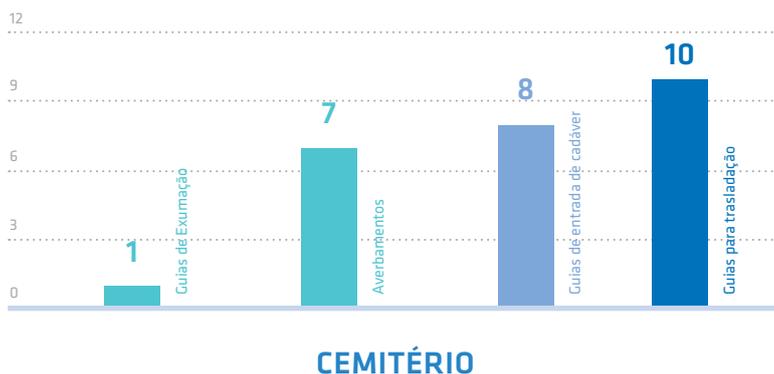
AVALIAÇÕES AINDA NÃO VERIFICADAS

284



### 3.6. CEMITÉRIO PRIVATIVO

Foram emitidas 8 guias para entrada de cadáver, 10 guias para trasladação, 1 guia para exumação e realizados 7 averbamentos.



### 3.7. ARQUIVO GERAL

Houve a continuidade da seleção e arquivo de toda a documentação rececionada, em cada respetivo processo, a fim de uma resposta exata a qualquer tipo de consulta, dentro e fora do Departamento, para apoio dos mais diversificados pedidos.

### 3.8. EXPEDIENTE GERAL

Com a implementação da “Gestão Documental”, no intuito de se eliminar a circulação de documentos em suporte de papel e para a redução dos custos e dos espaços de armazenamento, houve um aumento substancial na circulação de todos os documentos a serem digitalizados, registando-os.



## 3.9. CLIENTES

### 3.9.1. GABINETE DO INQUILINO

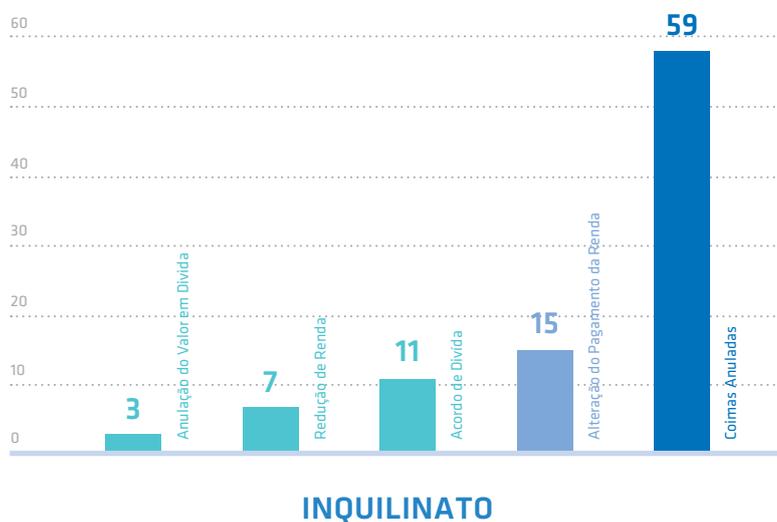
Pela reestruturação dos Serviços, em meados do ano, transitou este Gabinete do Inquilino para o Setor Patrimonial, o qual recebe, anota, encaminha, resolve e finaliza os vários pedidos de reclamações registados.

### 3.9.2. RENDAS EM ATRASO

Ao longo de 2014, no âmbito do universo dos clientes, sentimos um aumento no pedido de ajuda para o pagamento da renda, desde a redução no seu valor mensal até à apresentação de plano de pagamento para a amortização de valores em débito, através da assinatura do respetivo Acordo de Dívida no GAJC, tendo sido ainda anuladas as coimas aplicadas sobre a renda pelo incumprimento fora de tempo.

Foi também cancelada a totalidade de valores em dívida, por ser incobrável e/ou incomportável a sua respetiva liquidação, a três agregados familiares em condições de pobreza extrema.

Nunca esquecendo a verdadeira missão da Misericórdia do Porto, sempre foi dada uma resposta a todas as situações, de acordo com o perfil económico-social dos Inquilinos que aqui se dirigiram.

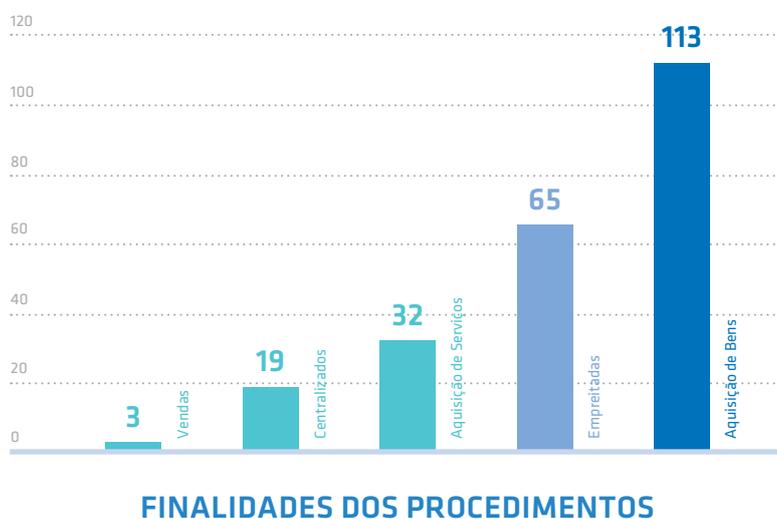


## 3.10. CENTRAL DE COMPRAS

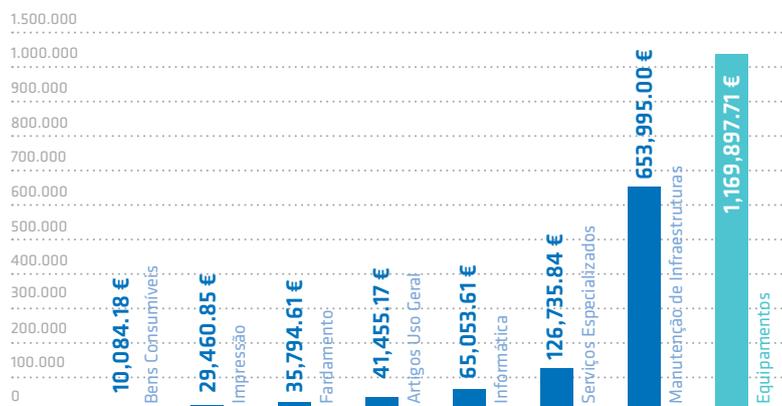
O clima de restrição orçamental e de contenção de custos é ainda uma realidade na vida portuguesa à qual a SCMP não é alheia.

A necessidade de estipular prioridades de aquisição, reduzir custos e maximizar a satisfação do *cliente interno* continuaram a ser os pilares da Central de Compras. Apoiada na Plataforma Eletrónica Vortal, a Central de Compras lançou este ano um total de 232 procedimentos, 19 dos quais Centralizados. O volume total de aquisições realizadas cifrou-se em € 5.145.681,47 (acrescido de IVA).

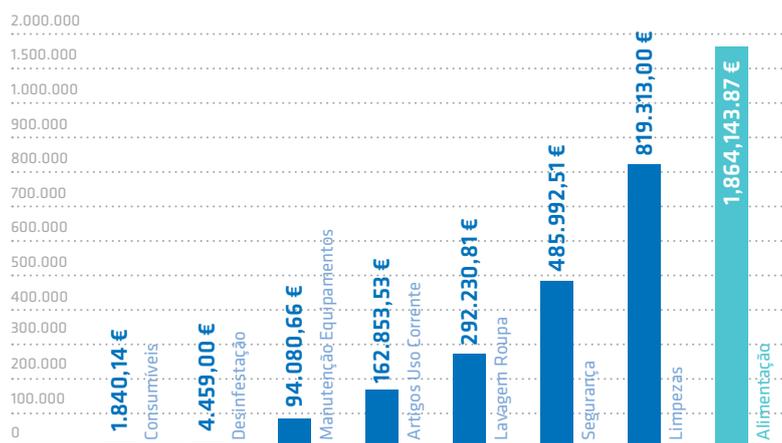
Pelo gráfico podemos ver que a maioria dos procedimentos lançados visaram a aquisição de bens e serviços, seguindo-se as empreitadas.



O acréscimo verificado no número de procedimentos lançados - 155 em 2013, para 232 em 2014 - espelha bem a dinâmica da Central de Compras e a sua transversalidade nas aquisições feitas na SCMP.



### AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS



### AQUISIÇÕES CENTRALIZADAS

Em termos de valores, vemos que o valor global dos procedimentos centralizados cifrou-se em € 3.724.913,52, em que as áreas mais representativas foram as de serviços de Alimentação (com o valor de € 1.864.143,87, representando cerca de 50% do valor total) e serviços de Limpeza (com o valor de € 819.313,00, representando cerca de 22% do valor total).

Relativamente ao valor global das empreitadas adjudicadas, € 1.420.767,95, cerca de 51% daquele valor foi investido no Património de Rendimento, traduzindo o contínuo esforço da SCMP em manter e recuperar o património existente.



A importância da negociação continua bem patente nos valores finais obtido, quer a nível de procedimentos centralizados, não-centralizados, e empreitadas. Durante o ano, foram poupados cerca de € 150.000 através das negociações efetuadas, traduzindo uma diferença global de cerca de 8,5% entre a proposta original e o valor de adjudicação.

Nas negociações efetuadas, cada vez mais é notória a importância das quantidades a adquirir. O poder negocial aumenta consideravelmente quando os volumes a adquirir são elevados. Desta forma, centralizar as compras a realizar fazendo o correto levantamento das necessidades, são fatores-chave no valor final de adjudicação.

### 3.10.1. AQUISIÇÕES MATERIAL DE CONSERVAÇÃO

Relativamente às aquisições feitas para os diversos Setores de Conservação (Departamentos Centrais, UOS's), o volume global foi de € 60.370,93, dividido, conforme se pode ver pelo gráfico abaixo, em cerca de 54,5% para os Departamentos Centrais, 22,8% para o HP e 22,5% para o CHCF.

Incluem-se nesta rubrica materiais como tintas, materiais de construção, material elétrico, ferragens, artigos de pichelaria e diverso material para manutenção de equipamentos.



## 3.10.2. ARMAZÉM GERAL

Relativamente ao armazém, continua o objetivo de se manter, tanto quanto possível, a quase paridade entre as entradas e as saídas. Conseguido através da gestão de encomendas em tempo e das parcerias estabelecidas com os fornecedores dos artigos de armazém – no sentido de entregarem os artigos num curto espaço de tempo - esta estratégia evita o investimento em artigos que não têm tanta rotação, libertando capital que pode ser aplicado noutras áreas mais prioritárias.



## 3.11. SETOR TÉCNICO

### 3.11.1. ÁREA DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

O Património da SCMP divide-se em Património Operacional e Património de Rendimento, sendo a equipa do DGAP a responsável pela sua manutenção e conservação.

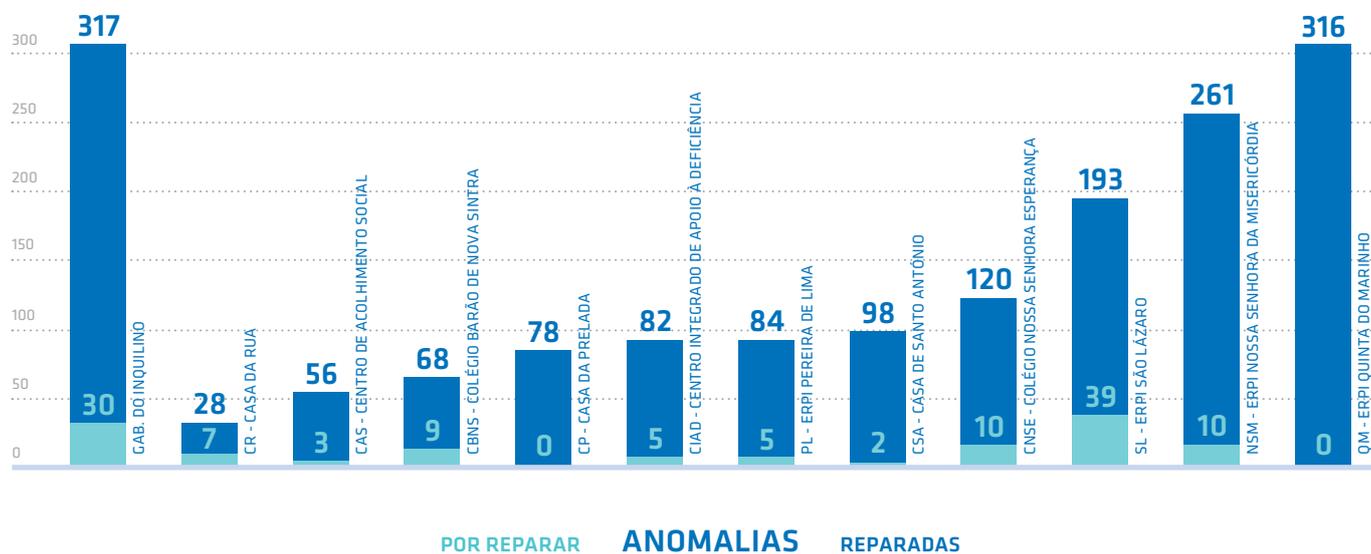
Esta equipa multidisciplinar integra as áreas técnicas de Arquitetura, Engenharia Civil e Higiene e Segurança no trabalho, tendo a seu cargo a elaboração de projetos, coordenação, legalização de edifícios e fiscalização das empreitadas. Por forma a obter uma maior proximidade e uma manutenção mais eficaz, a equipa técnica do DGAP foi dividida e consequentemente atribuídos gestores para cada estabelecimento e restante património. Estes assumem a responsabilidade da gestão e necessidades do património.

**Esta coordenação abrange duas áreas distintas:**

**Gabinete do inquilino:** Recebeu todas as reclamações dos inquilinos. Posteriormente analisou e geriu as intervenções necessárias, no âmbito da responsabilidade da SCMP, como proprietário. As intervenções foram realizadas pela equipa interna do Setor de Conservação ou, nos casos em que se verificou maior complexidade de execução, foi aberto um procedimento externo de consulta a empreiteiros.

**Estabelecimentos:** Mensalmente, foram enviadas pelas direções as necessidades de reparações. Semanalmente, foram analisadas as prioridades de todos os pedidos feitos pelos diversos estabelecimentos, para resolução pelo Setor de Conservação. Para a reparação de cada anomalia, foram calendarizadas as ações necessárias, atribuindo-as a cada especialidade (pichelaria, carpintaria, construção civil, eletricidade e serralharia).

O gráfico apresentado de seguida, representa as anomalias comunicadas, resolvidas e pendentes dos vários estabelecimentos da SCMP e prédios de rendimento.



### 3.11.2. EMPREITADAS ASSEGURADAS PELO SETOR DE CONSERVAÇÃO

Foram ainda desenvolvidas empreitadas gerais de reabilitação integrais em apartamentos do Património de rendimento nos seguintes locais: Alameda Eça de Queirós (3), Complexo do Luso (20), Complexo Lima (6), Complexo Foz (4), Complexo Nau Trindade (1), Complexo Daniel Constant (11), Complexo Antas Houses (3).



### 3.11.3. INTERVENÇÕES

A equipa técnica procedeu ao desenvolvimento e fiscalização de obras, sendo as mais relevantes:

**MMIPO - Museu da Misericórdia do Porto:** empreitada de reconversão do edifício sede em Museu;

**ERPI S. Lázaro:** reabilitação da ala Monteiros dos Santos para acolhimento de utentes provenientes do Lar Residencial das Fontainhas;

**Rua da Prelada nº 131:** reabilitação do edifício para albergar o Projeto Arco Maior;

**CIAD – Centro Integrado de Apoio à Deficiência:** reabilitação do interior e exterior do estabelecimento;

**CBNS - Colégio Barão de Nova Sintra:** reabilitação exterior e interior (coberturas, capela, campo de jogos)

**Rua de Costa Cabral nº 1216:** demolição e contenção da Fachada do edifício;

**CPAC - Centro Professor Albuquerque Castro:** criação das novas instalações, Rua Costa Cabral nº 606;

**Complexo Habitacional do Luso:** reabilitação da cobertura e fachadas;

**Complexo Habitacional da Foz:** reabilitação das entradas comuns;

**Parque da Prelada:** limpeza dos terrenos.

### 3.11.4. PROJETOS EXECUTADOS

A equipa técnica desenvolveu ao longo do ano os projetos de arquitetura (licenciamento e execução e projetos de especialidades, tais como segurança contra incêndio), sendo os mais relevantes:

**Instituto Araújo Porto:** nova sede, para instalação dos Departamentos Centrais;

**Centro de Alojamento Social:** licença de utilização

**Av. da Boavista, nº 243:** projeto de arquitetura e segurança contra incêndio;

**Centro Hospitalar Conde de Ferreira:** projeto e reabilitação do rés-do-chão do edifício A5;

**Hospital da Prelada:** projeto de remodelação das instalações afetas aos Serviços Farmacêuticos;

**Casa da Prelada:** licenciamento do muro que delimita a propriedade;

**Centro Professor Albuquerque e Castro:** projeto de arquitetura e segurança contra incêndio;

**Colégio Nossa Senhora Esperança:** projeto de arquitetura para a reabilitação do r/chão da ala poente;

**Museu da Misericórdia do Porto:** projeto de execução e segurança contra incêndio.



### 3.11.5. PROGRAMA 2020 REABILITAR PARA ARRENDAR

Foi efetuado um levantamento exaustivo do Património que se encontra devoluto e elaboradas fichas que o caracterizam.

Cada ficha apresenta uma síntese que abrange os seguintes pontos:

1. Identificação
2. Caracterização
3. Anomalias e elementos funcionais
4. Determinação do índice de anomalias
5. Descrição de sintomas que motivam de níveis de anomalias Graves e/ou muito Graves
6. Avaliação
7. Nível de reabilitação
8. Investimento
9. Utilização do edifício

Através da elaboração destas fichas, foi possível selecionar quais os edifícios com caráter de intervenção prioritária, ao nível da reabilitação. Teve início o desenvolvimento de projetos para os seguintes prédios:

- Rua das Flores nº 85
- Rua Cândido dos Reis nº 133
- Rua Chã nº 66
- Rua Chã nº 98
- Rua de Trás nº 63
- Rua de Sto Ildefonso nº 48/52 / Largo da Ramadinha nº 79
- Rua de São Miguel nº 38/40
- Rua da Restauração nº 133

## 4. DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS

O Departamento de Atividades Culturais procurou criar condições de poder vir, a curto prazo, a ser uma área sustentável da Santa Casa. No cumprimento daquela que é uma das obras de Misericórdia estamos certos que a área da cultura tem condições para ser no futuro uma bandeira da atividade da Misericórdia do Porto e da divulgação do seu património artístico, cultural e histórico cuja guarda lhe pertence.

Em 2014, a SCMP editou as seguintes publicações: sobre “Os Mártires da Liberdade e a Santa Casa da Misericórdia do Porto”, da autoria de Francisco Ribeiro da Silva e “Os Presos da Relação do Porto. Entre a Cadeia e a Misericórdia (1735-1740)”, da autoria de Maria Teresa Ferreira Cardoso, no sentido de afirmar e publicitar a sua atividade.

### 4.1. CASA DA PRELADA - D. FRANCISCO DE NORONHA

A Casa da Prelada continuou a desenvolver um conjunto de atividades com destaque:

- 04 de julho – IV Noite Lírica, protagonizada pela Orquestra do Norte, sob a direção do maestro Ferreira Lobo;
- 04 de novembro – lançamento do livro “Os Mártires da Liberdade e a Santa Casa da Misericórdia do Porto”, da autoria de Francisco Ribeiro da Silva;
- 13 de novembro – abertura da exposição “Casa da Prelada – Memórias de um Espaço”, que estará patente até 31 de março de 2015;
- 13, 14 e 15 de novembro – realização do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Saúde, Ciência, Património. As atas sairão no primeiro semestre de 2015.

O III Congresso reuniu como comunicadores a maioria dos especialistas na temática das Misericórdias e alguns dos grandes nomes da História de Arte oriundos das mais prestigiadas Universidades públicas e privadas. O Congresso contou com uma grande participação de um público muito interessado que pode,



para além da qualidade das comunicações, beneficiar das boas condições da Casa da Prelada que acolheu pela primeira vez esta iniciativa.

A Casa da Prelada acolheu e participou na organização de outras iniciativas da SCMP:

- 15 de janeiro – receção do Reitor da Universidade do Porto e restante equipa reitoral;
- 15 de abril – apresentação do “Programa Cidadania”, do Banco de Inovação Social;
- 15 de maio – debate “O Turismo de Saúde e clientes internacionais: à procura do *El Dorado*”;
- 04 de junho – receção da CEO da Allen Medical International;
- 26 de junho – realização do 6.º Encontro de Quadros da SCMP;
- 11 de setembro – homenagem ao Dr. Albino Aroso;
- 10 de novembro – apresentação do “Relatório de Identificação e Avaliação Preliminar de Riscos na SCMP”;
- 20 de novembro – apresentação do livro “Família e Trabalho – Oposição ou Harmonia”, da autoria de Stefano e Vera Zamagni;
- 04 de dezembro – conferência do Banco de Inovação Social.

## 4.1.1. ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇO EDUCATIVO

Sabemos que as organizações desenvolvem diversas atividades de acordo com as suas atribuições e os documentos refletem essas atividades, porque fazem parte do conjunto dos seus produtos. Portanto, são variados os tipos de documentos produzidos e acumulados, bem como são diferentes os formatos, as espécies e os géneros em que se apresentam dentro de um Arquivo. É importante salientar a questão da organicidade dos documentos de arquivo porque isto significa que um documento não tem valor se for descontextualizado, mas no conjunto de documentos do qual faz parte e que ajuda a explicar, demonstrar, comprovar, enfim, dar a conhecer a realidade que se pretende compreender seja ela a vida de uma pessoa, as atividades de uma empresa pública ou privada.

### Tratamento documental

Na continuação do tratamento documental, ao nível da avaliação e seleção, procedeu-se à eliminação e transferência de documentação do Depósito A do antigo IAP para o Arquivo Histórico na Casa da Prelada. No âmbito do Protocolo celebrado entre a SCMP e a Irmandade dos Clérigos, procedeu-se à transferência e desinfestação, pelo método anoxia, do acervo documental dos Clérigos para a Casa da Prelada, ficando esta com a responsabilidade da custódia do mesmo.

Transferência de documentação dos Departamentos Centrais para a Casa da Prelada e igual procedimento relativamente à documentação que estava dispersa no antigo IAP. Posteriormente procedeu-se à sua desinfestação pelo método anoxia e inventariação.

Nos arquivos, paralelamente à atividade de elaboração intelectual, devem implementar-se medidas tendentes ao tratamento físico do acervo documental, nomeadamente ao nível da conservação e restauro. Entende-se por *conservar* o “conjunto de medidas de intervenção sistemática e directa nos documentos com o objectivo de impedir a sua degradação, sem alterar as características físicas do suporte”, *restaurar* é o “conjunto de técnicas utilizadas para a recuperação e/ou eliminação dos danos causados na documentação pelo tempo, uso ou outros fatores. Implica intervenção e tratamento do documento”. Neste sentido, contando com a colaboração do Arquivo Histórico Municipal do Porto, desenvolveu-se o processo de limpeza mecânica e restauro de documentos gráficos.

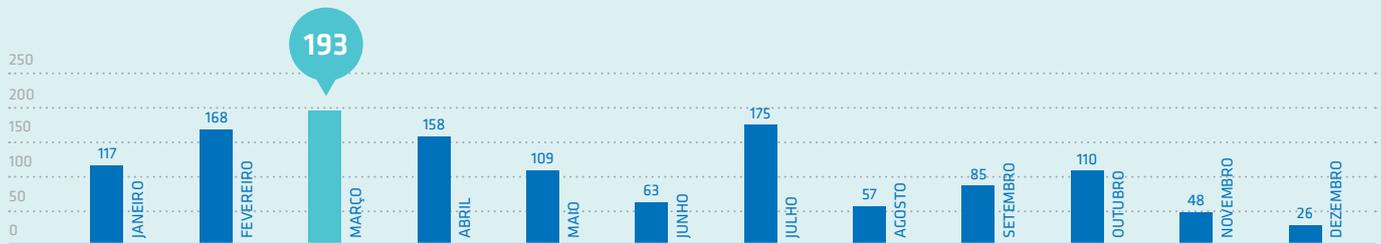
Para incrementar a preservação do acervo documental que tem por fundamento o “conjunto de medidas de gestão tendentes a neutralizar potenciais fatores de degradação dos documentos”, foram digitalizados alguns documentos de valor histórico permitindo, desta forma, restringir o seu manuseio. Importa dar continuidade a este processo devido à importância de que se reveste.

### Biblioteca e Salas de Leitura

Tratamento das espécies bibliográficas, quer das que já integravam a Biblioteca da Casa da Prelada como das que nela foram incorporadas posteriormente, com atribuição de novas cotas, colocação das respetivas etiquetas e atualização da base de dados.

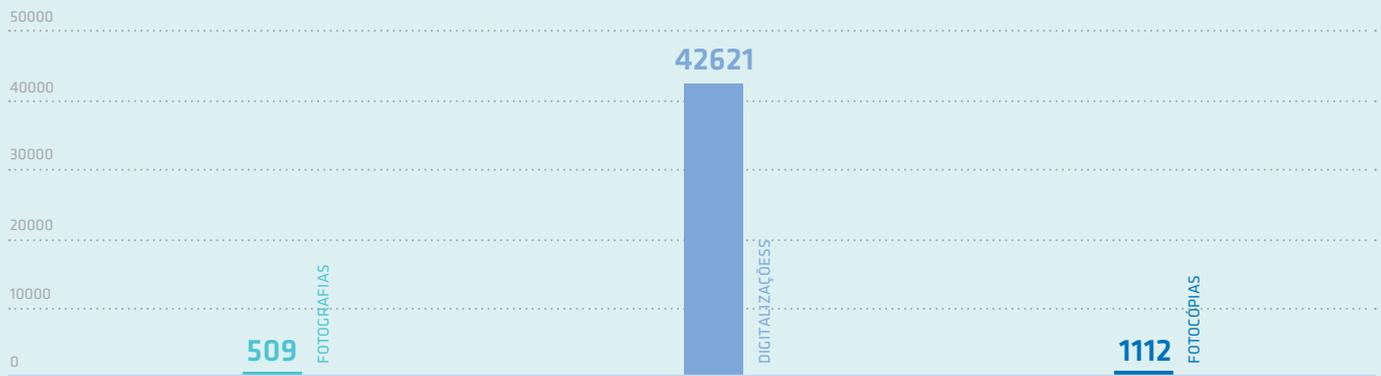
Apoio e orientação à pesquisa, quando solicitada pelos leitores, no sentido de dar cumprimento a um dos objetivos fundamentais dos Arquivos – servir os fundos documentais tanto à instituição produtora como à investigação em geral.

Os gráficos que se seguem permitem-nos analisar o movimento dos Serviços de Leitura e Reprodução de Documentos:



### CONSULTA DE DOCUMENTOS ARQUIVO HISTÓRICO - 2014

U.I. UNIDADES DE INSTALAÇÃO

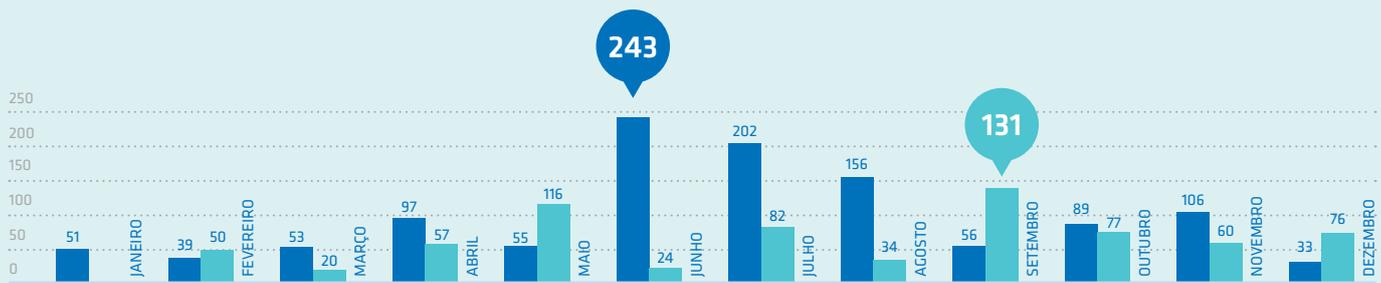


### REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS - 2014

QUANTIDADE

## 4.1.2. SERVIÇO EDUCATIVO

Foram contabilizados 1907 visitantes na Casa da Prelada, sendo 1180 pessoas respeitantes a visitas livres e 727 a visitas orientadas. Da análise do gráfico abaixo, constatámos que a casa recebeu mais visitas livres nos meses de verão. No que respeita às orientadas, os números mais elevados de visitantes registaram-se nos meses de maio e setembro.



### VISITAS LIVRES E ORIENTADAS

ORIENTADAS LIVRES

### Visitas orientadas

Na Casa da Prelada, o SE realizou várias visitas orientadas para as escolas, professores, estudantes universitários, universidades seniores, instituições de solidariedade social e outros grupos institucionais (ver gráfico). Dentre as razões que levaram estas entidades a visitarem o espaço destacam-se as seguintes: conhecer a Casa da Prelada (história, património, jardim e reabilitação); visitar as exposições temporárias; visitar o espaço no âmbito de roteiros nasonianos, do caminho de Santiago, de passeios culturais pela cidade e do conhecimento e descoberta do património local.



Entre os meses de março e maio esteve patente no CRN a exposição “515 anos ao seu lado: os hospitais da Misericórdia do Porto”, que foi visitada por algumas escolas de Gaia, nomeadamente a Escola Secundária Joaquim Ferreira Alves. No âmbito da 3.ª edição das Jornadas de História de Arquitectura em Portugal, promovidas pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 29 de novembro, o SE realizou uma visita orientada à Igreja Privativa. No mês de agosto, importa referir que a Igreja foi visitada por 31.270 pessoas.

### História da Misericórdia

A investigação realizada pelo Centro de Estudos de História Religiosa, no âmbito do Protocolo assinado com a Universidade Católica Portuguesa, com vista à elaboração da História da SCMP, conheceu avanços significativos.

## 4.2. MMIPO – MUSEU DA MISERICÓRDIA DO PORTO

- Criação do grupo de trabalho do MMIPO e da equipa de trabalho para a área da Museologia;
- Organização e acompanhamento do transporte dos bens móveis do edifício sede para diversos destinos; acondicionamento da pintura *Fons Vitae* em embalagem com condições ambientais adequadas à conservação de obras de arte; acompanhamento da retirada do painel da Nossa Senhora da Misericórdia e sua colocação em estrutura executada para o efeito; acondicionamento e transporte das pinturas sobre madeira de Diogo Teixeira e Fernão Gomes para o CHCF;
- Início dos trabalhos de estudo e investigação da colecção de pintura, nomeadamente da *Fons Vitae*, para a elaboração de conteúdos para catálogo, audiovisual e outros meios; realização de análises químicas no Laboratório Hércules da Universidade de Évora;
- Início das obras do museu no edifício;
- Aprovação pela Direcção Geral do Património Cultural do pedido de adesão à Rede Portuguesa de Museus (RPM) e presença na cerimónia de creditação de novos museus à RPM, no Palácio da Ajuda em Lisboa.

## 4.3. PATRIMÓNIO ARTÍSTICO

- Organização da exposição “515 Anos ao seu lado: os hospitais da Misericórdia do Porto” no CRN, com a colaboração da Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves, e elaboração do respectivo catálogo;
- Comemoração do Dia de D. Lopo de Almeida com apresentação do Cálice da Confiança e da exposição “515 Anos ao seu lado: testemunhos do património da Misericórdia do Porto”, e elaboração do respetivo catálogo;
- Participação no “Dia Nacional dos Centros Históricos”, com visitas orientadas à exposição na galeria dos benfeitores, a demonstração do processo de limpeza de uma pintura e a apresentação de dois filmes do “Projeto de materiais e técnicas de pintores do norte de Portugal” da Escola das Artes da UCP;
- Participação no “Circuito São Joanino”, iniciativa da CMP – Casa do Infante;
- Participação na monografia do Projeto Mouzinho – Flores.

### 4.3.1. CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Continuação do trabalho já iniciado em anos anteriores de restauro do vasto património artístico da SCMP. No presente ano foram intervencionadas 12 retratos da coleção da Santa Casa, para além de molduras, escultura, mobiliário e ainda algumas peças de cerâmica.

## 4.3.2. AQUISIÇÃO DE OBRAS

No sentido de enriquecer as coleções da Santa Casa da Misericórdia do Porto foram adquiridas algumas peças em dois domínios bem distintos. Por um lado, peças de autores contemporâneos continuando uma linha de aquisições já iniciada anteriormente e, por outro lado, peças que tem em vista o reforço de temáticas e de autores a integrar no MMIPO.

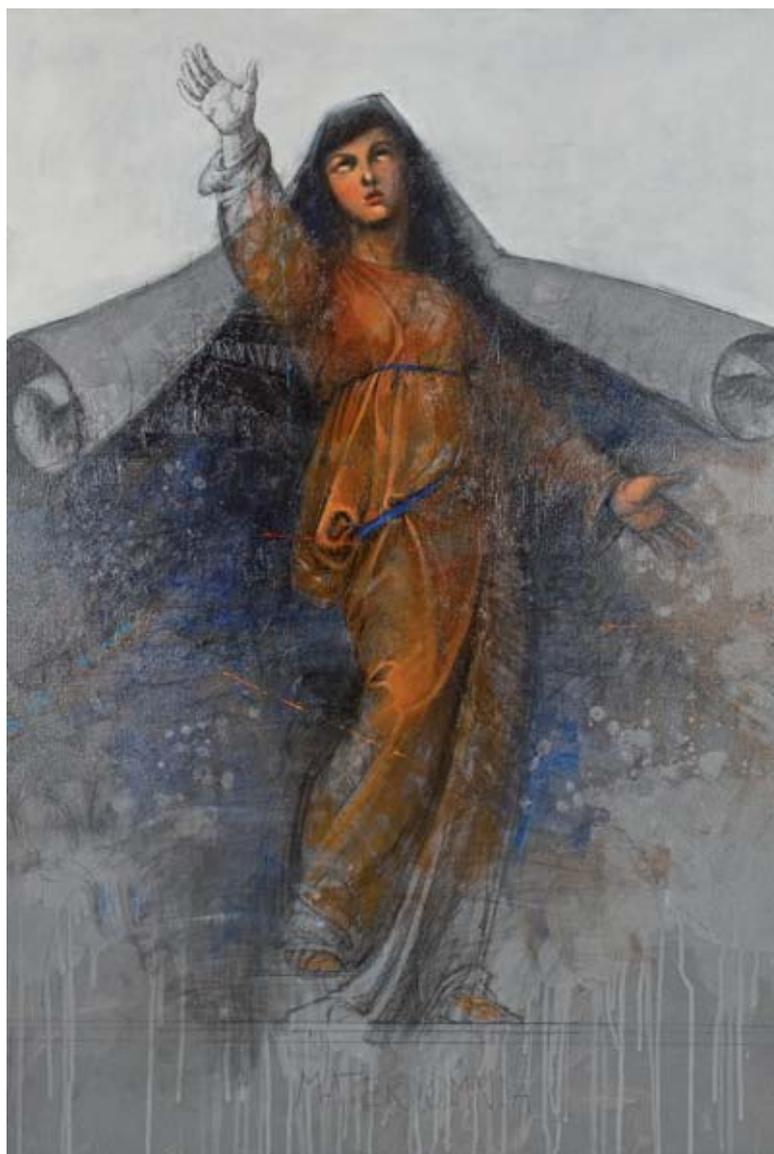
- “Nossa Senhora da Misericórdia”, de José Maia;
- “Nossa Senhora da Misericórdia”, de Mário Bismarck;
- Sem título, da série “Árvores”, de Armando Alves;
- Sem título, de Fernando Pinto Coelho;
- Sem título, de António Soares;
- Sem título, da série “Cristos”, de José Rodrigues;
- “Aparição de Cristo”, atribuído a Fernão Gomes;
- “Calvário”, atribuído a Frans Francken;
- “Adoração dos Reis Magos”, atribuído a Vieira Lusitano;
- “Pietà”, de pintor desconhecido.

## 4.3.3. RECURSOS INTERPRETATIVOS

A instalação da mostra “As Catorze Obras de Misericórdia” e a conceção dos painéis para a exposição sobre a Casa da Prelada tiveram como propósito disponibilizar aos visitantes recursos interpretativos sobre a missão da SCMP, a história e a reabilitação da Casa.

## 4.3.4. DIVULGAÇÃO PÚBLICA

Em articulação regular com o DESC, o SE procedeu à atualização e à criação de conteúdos para o site institucional da SCMP, na área do Culto e Cultura, para o Boletim Interno e para a brochura da Casa da Prelada. Colaborou com a Câmara Municipal do Porto no roteiro “Porto, Cidade das Camélias” e nas edições de dobráveis sobre os Caminhos de Santiago e para o segmento famílias, em versão quadrilingue – português, inglês, francês e espanhol. Participou também no questionário “Que lazer e turismo nos Jardins Históricos Portugueses? Uma análise ao presente e ao futuro”, realizado no âmbito de um Doutoramento em Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.



MADONNA DELLA MISERICÓRDIA (FRA BARTOLOMEO)  
MÁRIO BISMARCK, 2014  
ÓLEO SOBRE TELA

## 5. DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

O exercício de 2014 marcou uma nova etapa na área contabilística e financeira da SCMP, após durante o ano de 2013 serem tomadas medidas, no âmbito da centralização dos serviços partilhados, tendentes à concentração dos processos administrativos/financeiros.

Este objetivo obrigou a uma reestruturação da ferramenta suporte à área do DCF, obrigando a uniformizar critérios e metodologias que se estendam às diversas áreas de atividade da Instituição.

Apesar da tarefa que toda esta temática encerrava foi possível num espaço de tempo muito razoável atingir o objetivo nas vertentes que se apresentavam mais críticas.

Em termos concretos, abandonou-se o modelo multiempresa que vigorava e que contribuía em larga escala para um dinâmica interna a várias velocidades abstraída de políticas/procedimentos transversais, trespassando para o exterior uma imagem muito setorial da Instituição.

Ainda, e no sentido de consolidar este modelo, foi decidido encetar uma reformulação no modelo operativo do DCF, dotando-o de valências, conforme as melhores práticas o aconselham.

As valências criadas promoveram o princípio da especialização e segregação de funções que eram de todo imprescindíveis face à dimensão da SCMP, quer em termos de volume de negócios quer na sua diversidade ao nível da atividade. Foram então criadas as seguintes áreas: Contabilidade e Fiscalidade | Contas

a Pagar | Contas a Receber | Tesouraria | Faturação | Controlo de Gestão.

Já no final do ano, e com efeitos práticos a partir de 2015, foi também criada a área de Seguros motivada pela especificidade, importância e risco que uma matéria destas encerra.

### Esquema atual modelo Operativo do DCF

No seguimento da centralização dos serviços financeiros, tornou-se evidente a necessidade de dotar o Departamento de novas regras operacionais visando a disciplina e a uniformização no tratamento das matérias que fazem parte do seu quotidiano.

Desse modo, foi dado um importante passo com a decisão de efetuar um levantamento exaustivo de todas as tarefas adstritas ao DCF, permitindo-se identificar as entropias administrativas existentes, bem como tarefas redundantes e/ou divergentes e, simultaneamente, apresentar oportunidades de melhoria tendentes a melhorar todos procedimentos administrativos necessários ao bom funcionamento do Departamento.

O resultado final irá permitir a evolução que se pretende com a criação dos Serviços Partilhados e Corporativos da SCMP.

### DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS | DCF

#### ÁREAS

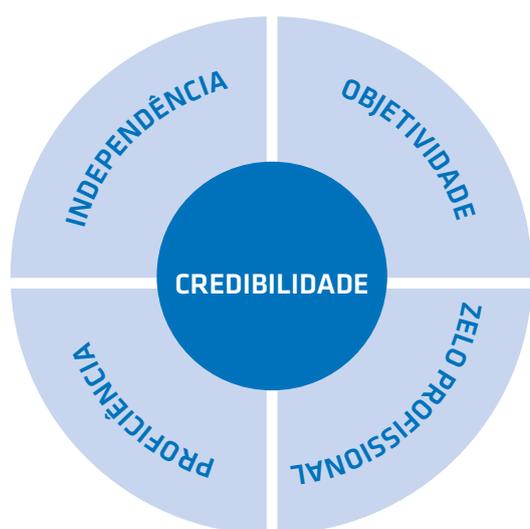
CONTABILIDADE & FISCALIDADE	TESOURARIA	CONTAS A PAGAR	CONTAS A RECEBER	FATURAÇÃO	SEGUROS	CONTROLO DE GESTÃO
-----------------------------	------------	----------------	------------------	-----------	---------	--------------------

## 6. GABINETE DE AUDITORIA INTERNA

Área nova na estrutura orgânica da Santa Casa, a Auditoria Interna é uma atividade independente e objetiva de investigação e consultoria, que se rege pela premissa de agregar valor para melhorar o funcionamento interno da Organização.

A Auditoria Interna ajuda a SCMP a atingir os seus objetivos, através da introdução de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e aperfeiçoar a eficácia e eficiência da gestão dos riscos, dos controlos e dos processos de governação.

Em 2014, promoveu-se uma reorganização da atividade de Auditoria Interna na SCMP, mais alinhada com as melhores práticas estabelecidas, quer a nível nacional pelo IPAI – Instituto Português de Auditoria Interna, quer a nível internacional pelo IIA – *Institute of Internal Auditors*, de onde resultou à partida e como base, a definição dos princípios orientadores que assistem a prática da Auditoria Interna na Instituição, a saber:



Este passo, pela natureza e especificidade da atividade de Auditoria Interna, alavancou uma imagem mais forte e robusta da Auditoria Interna, transmitindo à Instituição confiança, isenção, eficácia e eficiência, permitindo assim o desenvolvimento de uma atividade de Auditoria Interna bem-sucedida e consolidada.

Para melhor operacionalizar os objetivos da SCMP no desenvolvimento da atividade de Auditoria Interna, foram definidas na estrutura orgânica da SCMP, a Comissão de Auditoria Interna e o Gabinete de Auditoria Interna (GAI), sendo a primeira o Órgão que apoia a Mesa Administrativa no cumprimento das suas responsabilidades de supervisão do processo de reporte, para o sistema de controlo interno, para o processo de auditoria e para o processo de monitorização da conformidade com a legislação, regulamentações e códigos de conduta e o segundo, um Órgão de apoio à gestão, que concentra os recursos afetos ao desenvolvimento da atividade de Auditoria Interna na SCMP, assegurando-se assim os níveis de independência, objetividade e autoridade, para a atividade de Auditoria Interna.

O GAI foi gradualmente reforçado ao nível dos meios humanos e técnicos, tendo-se definido também um novo modelo de funcionamento, que visou na sua essência, reservar um período inicial de reflexão, adaptação e organização para a atividade de Auditoria Interna, fundamental para o sucesso qualitativo e quantitativo da função de Auditoria Interna e sua adequada consolidação ao longo do tempo.

Foram aprovados diversos documentos de referência para regular a atividade de Auditoria Interna, num processo que culminou na publicação do Livro de Legislação Complementar de Auditoria Interna, nomeadamente:

- Código de Ética da Auditoria Interna;
- Regulamento da Comissão de Auditoria Interna da SCMP;
- Regulamento da Atividade de Auditoria Interna;
- Normas de Auditoria Interna;
- Manual de Procedimentos de Auditoria Interna;
- Regulamento de Reclamações de Auditoria Interna;
- Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria Contínua da Atividade de Auditoria Interna;
- Política de Controlo da Gestão Organizacional da SCMP;
- Política de Segregação de Funções entre o GAI, GACQ e o GACC.

Considerando que a atividade de Auditoria Interna e o GAI são ainda processos/funções incipientes, definiram-se os seguintes objetivos:

- Estabelecer no GAI processos organizacionais e procedimentos de trabalho adequados, para assegurar o fornecimento de serviços de investigação e consultoria, agregadores de valor e benefícios para a SCMP e a sua estrutura organizacional;
- Operacionalizar e dinamizar a Comissão de Auditoria Interna da SCMP;
- Conceber, formalizar e aprovar o Plano Estratégico de Auditoria Interna da SCMP;
- Conceber, formalizar e aprovar o Plano de Atividades de Auditoria Interna para 2015;
- Desenhar e estabelecer o Sistema de Gestão de Qualidade e o Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria Contínua do GAI.

Foram desenvolvidas um total de 58 iniciativas, maioritariamente Trabalhos de Auditoria Interna e Ações de Monitorização (*Follow-up*) e colaborou em 5 Projetos Especiais.

A maior parte dos Trabalhos de Auditoria Interna, tiveram na sua base a disponibilização de Serviços de Garantia, ou seja, visaram na sua essência, assegurar aos Corpos Gerentes da SCMP, que as situações avaliadas/investigadas, correspondem em termos de risco, controlo interno, conformidade, governação, eficácia e eficiência, tendo sido apenas desenvolvidos dois trabalhos com base em Serviços de Consultoria, ou seja, onde foram utilizados os conhecimentos e competências do GAI, para apoiar os Órgãos de Direção e Gestão da SCMP.

No que concerne aos Trabalhos de Auditoria Interna desenvolvidos durante o ano em análise, considerando as Áreas de Exploração definidas na SCMP, estes incidiram principalmente na Saúde, nos Departamentos Centrais e na Educação.

Em relação às Ações de Monitorização (*Follow-up*) realizadas, num total de 20, considerando as 141 recomendações emitidas em Trabalhos de Auditoria Interna, foi possível constatar a implementação de 47 recomendações, situação explicada em parte, pelo facto de, para muitos dos Trabalhos de Auditoria Interna, os Planos de Resposta/Ação preparados estarem ainda em curso.

Adicionalmente, o GAI desenvolveu alguns Projetos que, pelas suas características (seja a complexidade, os objetivos, a duração, ou outras), merecem ser destacados:

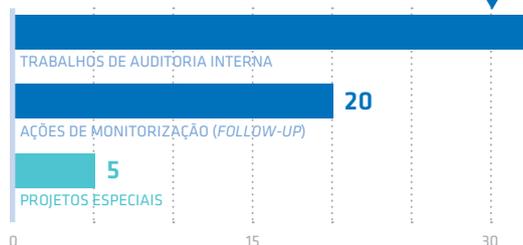
## 6.1. AUDITORIA À GESTÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA SCMP

Projeto iniciado em fev/2013 e concluído em abr/2014, que avaliou a eficácia e eficiência do Controlo Interno TI e a maturidade da Gestão dos SI/TIC da SCMP, de acordo com a *framework* COBIT 4.1, que teve como principal objetivo e benefício, promover um ciclo de melhoria contínua ao nível da Gestão dos SI/TIC, onde se desenvolvem atualmente iniciativas conducentes à otimização dos processos TI.

Em colaboração com o Departamento de Sistemas de Informação, avaliaram-se 30 processos nas áreas de Planeamento e Organização, de Aquisição e Implementação, e de Entrega e Suporte, tendo-se gerado um conjunto significativo e relevante de recomendações, para o aperfeiçoamento dos processos.

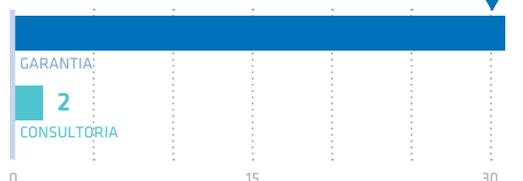
### ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO GAI

33



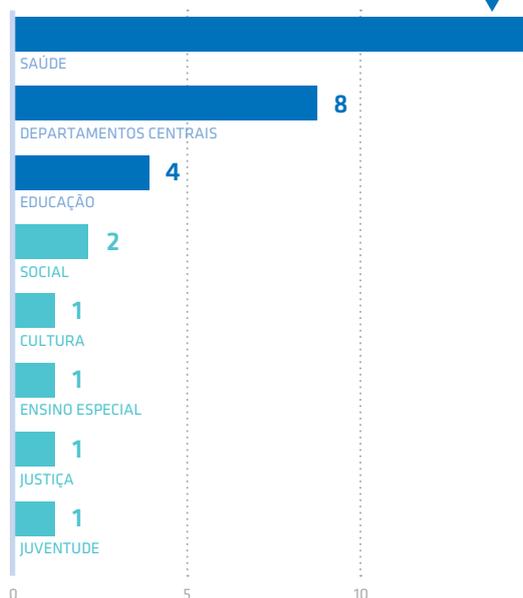
### TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA POR TIPO DE SERVIÇO

31



### TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA POR ÁREA DE EXPLORAÇÃO

15



### IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE RESPOSTA/AÇÃO

141



## 6.2. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO PRELIMINAR DE RISCOS NA SCMP

Projeto iniciado em jul/2014 e concluído em nov/2014, devidamente alinhado com as melhores práticas para o setor, que permitiu identificar, analisar e avaliar as exposições aos riscos, relacionadas com a governança, as operações e os sistemas de informação da organização, no que concerne à:

- Concretização dos objetivos estratégicos da Instituição;
- Confiança e integridade da informação financeira e operacional;
- Eficiência e eficácia das operações e programas;
- Salvaguarda dos ativos;
- Cumprimento das leis, regulamentos, políticas, procedimentos e contratos.

Este trabalho permitiu, adicionalmente, estabelecer uma *framework* de referência, para a SCMP lidar com o risco e com a incerteza, onde a identificação, avaliação e tratamento dos riscos fazem parte do desenvolvimento estratégico, dinamizando-se uma abordagem integrada da gestão do risco para avaliar, controlar e monitorizar todos os riscos aos quais a Instituição está exposta.

Adicionalmente com este estudo, o Gabinete de Auditoria Interna definiu as bases para estabelecer um processo de auditoria baseada no risco, ou seja, uma metodologia que interliga a auditoria interna à *framework* de gestão de risco da SCMP, possibilitando à gestão de topo confiar que os processos de gestão de risco são geridos de forma eficaz, e de acordo com a tolerância da Instituição ao risco.

## 6.3. PROJETO CERTIFICAÇÃO ISO 9001:2015 DISG

Projeto iniciado em Set/2014 e com conclusão prevista para o segundo semestre de 2016, que tem como objetivo uniformizar as práticas, processos e procedimentos chave que suportam o correto funcionamento do Departamento de Intervenção Social e Gerontológica (DISG) e dos Estabelecimentos SCMP sobre a sua responsabilidade.

Pretende-se que este projeto crie um padrão de atuação organizacional, mais evoluído, otimizado e transversal a todos os Estabelecimentos Sociais da Misericórdia do Porto, com base nas melhores práticas do setor, de forma a assegurar níveis de desempenho organizacional, de excelência operacional e de qualidade de serviço, que permitam melhores índices de satisfação interna e externa, um melhor posicionamento competitivo da Instituição para as diferentes valências da Área Social, melhores respostas sociais e uma maior notoriedade da própria marca SCMP.

O projeto abraça os principais processos organizacionais do DISG e incide quer ao nível da estrutura central de gestão da Área Social representada pelo DISG, quer ao nível das diferentes estruturas de gestão afetas aos estabelecimentos da Área Social, contemplando todas as iniciativas necessárias para assegurar a conformidade com as melhores práticas na área da Gestão da Qualidade e a consequente certificação ISO 9001 do DISG e respetivos Estabelecimentos.

## 6.4. POLÍTICA DE FORMAÇÃO DA SCMP

Projeto iniciado em set/2014 e concluído em nov/2014, desenvolvido em parceria com o Departamento de Recursos Humanos e Formação Profissional, que estabeleceu na Instituição uma política de formação global, participativa e interativa, com o objetivo geral de, definir, regular e formalizar todo o processo de diagnóstico e planeamento da formação na SCMP, com os objetivos específicos de:

- Definir as responsabilidades ao longo do processo de diagnóstico e planeamento da formação;
- Elencar as fases do processo e respetivos responsáveis;
- Detalhar as iniciativas e tarefas a desenvolver em cada etapa do processo;
- Estabelecer os mecanismos de monitorização e controlo do processo.

Para o efeito foi adotada, adaptada e formalizada uma *framework* que suporta os processos da Gestão da Formação da SCMP, que genericamente, pretende com a formação profissional, partir de um conjunto de necessidades da Organização melhorar o seu desempenho, através da aprendizagem organizacional. O modelo assenta em três pilares de aprendizagem: Competências individuais, Conhecimento Coletivo e Aperfeiçoamento e Inovação, suportados por seis fases (Diagnóstico, Planeamento, Conceção, Organização, Desenvolvimento e Avaliação). Os processos da gestão da formação são 16, distribuídos por 4 áreas – Gestão, Conteúdos, Entrega e Suporte e Tecnologia.

## 6.5. POLÍTICA DE CIBERSEGURANÇA DA SCMP

Projeto iniciado em out/2014 e concluído em nov/2014, desenvolvido em parceria com o Departamento de Sistemas de Informação da SCMP, que estabeleceu na Instituição uma política de Cibersegurança, que define as linhas gerais de ação e respetivas orientações, no âmbito da segurança no universo cibernético e nas redes de comunicação entre computadores e que tem como principal objetivo a Garantia da Informação, de forma a assegurar a respetiva Confidencialidade, Integridade, Disponibilidade, Autenticidade e Legitimidade.

Para o efeito foi adotada, adaptada e formalizada uma *framework* que suporta os processos do Modelo de Gestão da Cibersegurança, que genericamente pretende, com base num conjunto de necessidades da Instituição, melhorar o seu desempenho, através de 5 processos específicos: Identificar, Proteger, Detetar, Responder e Recuperar.

## 6.6. PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E MELHORIA CONTÍNUA DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA

O Programa de Avaliação de Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna (PAQMEC) visa garantir ao cliente e às diversas partes interessadas, que o Gabinete de Auditoria Interna (GAI):

1. Realiza o seu trabalho de acordo com o seu plano, e que este é concordante com as normas do Instituto Internacional de Auditores Internos para a Prática Profissional da Auditoria Interna (*Standards*), com a Definição de Auditoria Interna, e com o Código de Ética;
2. Trabalha de uma forma eficaz e eficiente;
3. É um elemento agregador de valor e de melhoria para os trabalhos de auditoria interna.

O processo de avaliação contempla avaliações internas e externas, sendo que nas primeiras está incluída

a realização de uma monitorização contínua e de uma autoavaliação periódica (semestral, anual e bianual).

O processo de avaliação externa decorrerá de forma independente (de 5 em 5 anos), devendo este ser entregue a uma entidade externa.

Em 2014, a monitorização contínua dos Trabalhos de Auditoria Interna efetuados e já avaliados, apresentou globalmente os seguintes resultados:

### AVALIAÇÃO PAQMEC

ETAPA	RÁCIO	DESEMPENHO
Preparação	84%	●
Auditoria	85%	●
Relatório	81%	●
Pós-Auditoria	47%	●
Monitorização	81%	●
<b>AVALIAÇÃO GLOBAL DA AUDITORIA</b>	<b>76%</b>	<b>●</b>

- ✓ >= 90% Totalmente cumprido
- 75% até <90% Potencial de melhoria ligeiro
- 50% até <75% Potencial de melhoria significativo
- <50% Incompleto

O GAI está já a rever todo o processo de Trabalho de Auditoria Interna, para incorporar as recomendações que resultaram do PACMEQ e melhorar de forma regular e continuada, a qualidade dos serviços disponibilizados.

O ano de 2014 foi reservado para um período inicial de reflexão, adaptação e organização para a atividade de Auditoria Interna, que consideramos ter sido fundamental para o sucesso qualitativo e quantitativo da função e para a sua adequada consolidação ao longo do tempo na estrutura organizacional da SCMP.

Desenhámos e estabelecemos o Sistema de Gestão de Qualidade e o PACMEQ e iniciámos o desenvolvimento do Plano Estratégico de Auditoria Interna da SCMP, para o triénio 2015-2017.

A Mesa Administrativa considera como fundamental esta área operacional de serviço pois como os números e os resultados demonstram, produzindo atividade de Auditoria Interna em quantidade e qualidade suficiente, para apoiar a Instituição a atingir os seus objetivos, é possível aperfeiçoar a eficácia e eficiência da gestão dos riscos, do sistema de controlo interno e dos processos de governação.

## 7. DEPARTAMENTO DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL E COMUNICAÇÃO

O Departamento de Empreendedorismo Social e Comunicação continua a sua atuação no âmbito das várias funções da sua missão, como as relações internacionais, de candidatura ao quadro comunitário, o desenvolvimento do projeto de empreendedorismo social e a utilização de mecanismos de suporte à comunicação.

A edição do “Fons Vitae” continuou como elemento de divulgação de informação junto da comunidade da Misericórdia, tendo a nossa habitual revista duas edições, uma primavera/verão e outra outono/inverno.

No domínio do Empreendedorismo Social, o BIS - Banco de Inovação Social assumiu, neste domínio, o principal projeto onde participamos em conjunto com a Misericórdia de Lisboa.

O DESC assume, na área de marketing e comunicação, um papel fundamental no desenvolvimento e afirmação da Misericórdia do Porto junto da comunidade.







03

PARTE ESPECIAL

# ÁREAS OPERACIONAIS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA NOSSA MISSÃO

## 1. INTERVENÇÃO SOCIAL

*Nos últimos anos a **Misericórdia do Porto** tem respondido prontamente aos desafios lançados à intervenção social, resultantes do contexto de fortes restrições financeiras, enquadrados numa cultura social de prevenção do risco e de valorização da estabilidade social.*

*Pela inovação social, apostando na proximidade e na maximização das respostas sociais existentes, rentabilizando a capacidade instalada, nomeadamente as de apoio aos mais idosos, foi possível reforçar como prioridade a população sénior, cumprindo assim a missão de responder às necessidades das pessoas e famílias.*

*Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) da SCMP registaram um aumento de residentes, resultado do encerramento do Lar Residencial das Fontainhas, enquanto propriedade da Segurança Social, objeto de preocupação que exigiu um rápido encaminhamento das situações ali acolhidas e sem resposta alternativa.*

*A Casa de Sto. António (CSA) beneficiou de medidas de apoio ao acolhimento de emergência, à autonomização das vítimas de violência doméstica e ao melhoramento das condições de habitabilidade.*

*Estas medidas foram facilitadoras, na medida em que permitem uma resposta mais célere no apoio à vítima, disponibilizando duas vagas de emergência e um projeto sustentado, traduzindo-se numa forma mais confortável na autonomização das mulheres.*

*O próprio estabelecimento beneficiou também com uma verba que visa a melhoria das condições de habitabilidade e conforto, por forma a proporcionar um acolhimento mais adequado e cómodo às mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos menores.*

*A Santa Casa da Misericórdia do Porto, atenta às novas necessidades, que envolvem toda a problemática da violência doméstica, criou uma resposta social pioneira – a **Casa Bento XVI**, que permite alargar o âmbito da CSA.*

*No momento em que a avaliação de risco é reduzida e que os agregados se encontrem no período facilitador de autonomização, esta nova resposta permite libertar vagas na casa-abrigo.*

*Por falta de resposta habitacional das entidades competentes, esta nova resposta é uma estrutura residencial temporária que, recorrendo a uma equipa multidisciplinar, que orienta na procura ou na manutenção de emprego, apoia na gestão do orçamento familiar, na gestão da casa e de todas as tarefas domésticas.*

*Ao nível da **Estratégia Nacional de Apoio às Pessoas Sem Abrigo - a Casa da Rua - D. Lopo de Almeida (CR-DLA)** continuou a integrar o Conselho Executivo do NPISA e participou nas reuniões de parceria alargado.*

*A equipa técnica da CR-DLA integrou a **Comissão Organizadora da Plataforma + Emprego**. No âmbito desta plataforma conseguiu-se a integração no mercado de trabalho de 8 pessoas, 3 das quais na SCMP (CIAD).*

*Da experiência recolhida no **Centro de Alojamento Social - D. Manuel Martins** destaca-se, como dado mais relevante, a rapidez na saturação da capacidade de resposta deste Estabelecimento que tem mantido a lotação máxima prevista – 30 utentes em vaga comum.*

## 1.1. AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA

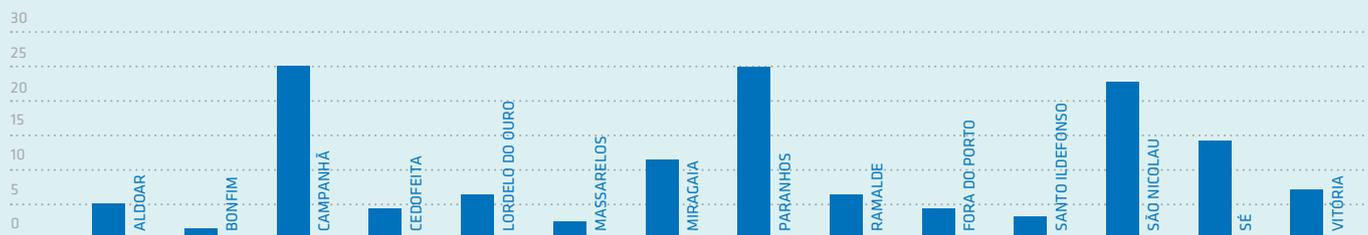
### 1.1.1. ATENDIMENTO À COMUNIDADE

A salientar um aumento do número de atendimentos realizados à comunidade, relativamente ao ano anterior, cerca de 32%, como se poderá verificar no gráfico.

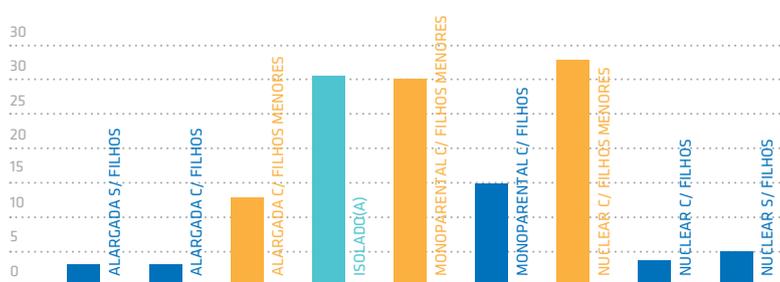
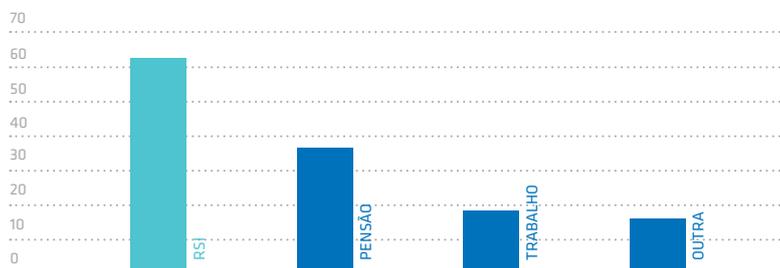


### 1.1.2. CABAZ DE NATAL

Continua-se a registar um aumento dos pedidos deste tipo de apoio. No entanto, este ano manteve-se o número de Cabazes atribuídos (130). De referir que os pedidos oriundos da [Freguesia da Sé](#), diminuíram significativamente (50%), aumentando os de Paranhos, Campanhã e S. Nicolau.



A grande maioria dos candidatos apresenta como **principal fonte de rendimento** os benefícios sociais públicos (RSI e Pensões), mantendo-se a tendência dos anos anteriores.



## 1.2. RESPOSTAS SOCIAIS DIRIGIDAS AOS IDOSOS

As ERPI registaram um aumento de residentes. Neste momento estão alojados um número inédito de 238 idosos, possibilitando inclusivamente o encerramento do Lar Residencial das Fontainhas, com alojamento de 63 idosas, objeto de preocupação e que exigia um rápido encaminhamento das situações ali acolhidas e sem resposta alternativa.

A conclusão deste processo, que se revelou complexo, mostra que intervir socialmente implica procurar soluções colaborativas, aproveitando as parcerias, a informação e o conhecimento acumulado e capitalizado com a experiência, como recursos imprescindíveis para a resolução dos problemas sociais e para a sustentabilidade financeira.

Importa ainda registar que no processo de encerramento do LRF, a Misericórdia do Porto alargou a sua responsabilidade social às questões do emprego, pois houve a preocupação de assegurar 13 postos de trabalho dos recursos humanos deste estabelecimento. O desempenho destes garantiu a qualidade e responsabilidade, ao mesmo tempo que funcionou como referência para os idosos transferidos, minimizando as consequências inerentes a este processo.

Aproveitando a capacidade instalada, os recursos materiais, logísticos e humanos existentes, a ERPI S. Lázaro aumentou a sua taxa de ocupação em 12%. Durante o ano de 2014 todas as ERPI se aproximaram dos 100% de ocupação.

Embora se mantenha o contexto de restrição nos apoios financeiros atribuídos às Misericórdias, o que exige um elevado esforço da instituição, manteve-se a preocupação em criar condições de alojamento com qualidade e segurança na ERPI Quinta Marinho - Jorge Calheiros.

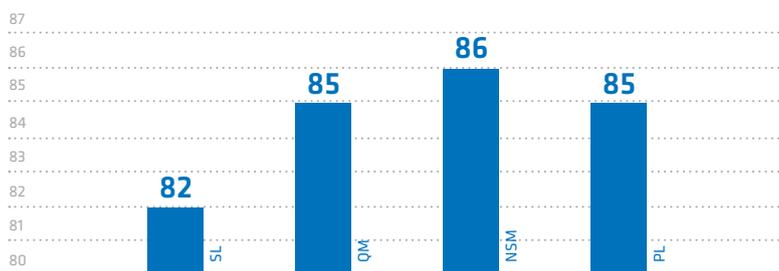
A partir do último trimestre concretizou-se a transferência dos clientes e colaboradores da ERPI Quinta Marinho para instalações do Hospital da Prelada - Dr. Domingos Braga da Cruz.

Desta cooperação interna resultou a melhoria das condições de alojamento e libertação do espaço para as obras de reabilitação previstas para 2015.

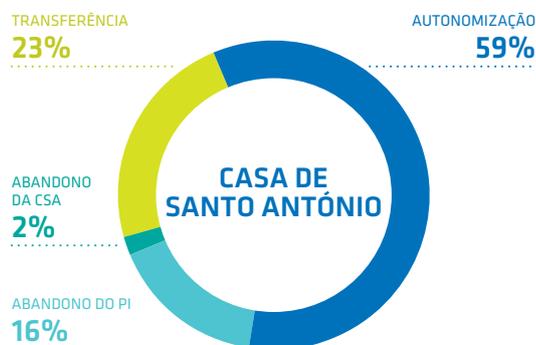
O Serviço de Apoio Domiciliário integrado aumentou a sua capacidade de resposta com um novo Acordo de Cooperação para 50 clientes, prevendo-se intervenção numa área geográfica alargada, nomeadamente todas as freguesias do concelho do Porto, com especial atenção às freguesias sem cobertura deste tipo de serviço.

A preocupação com a manutenção do idoso, no seu domicílio e o apoio a famílias e cuidadores informais, continua a ser uma prioridade na atividade desenvolvida. No entanto, tanto o SAD NSM, como o SAD Manto Azul, este com capacidade para 30 clientes, têm desenvolvido a sua atividade com maior exigência ao nível dos cuidados prestados, procurando dar uma resposta adequada às necessidades do novo perfil de clientes, com idades mais avançadas e em situação de maior dependência, exigindo uma atuação humanizada, personalizada e multidisciplinar.

Gradualmente têm vindo a ser criadas ou melhoradas as condições facilitadoras do Alojamento Temporário. Este tipo de acolhimento cada vez mais procurado destina-se à reabilitação do cliente e descanso ou complementaridade do apoio prestado pelos cuidadores informais.



**INDICADORES DE ATIVIDADE**  
DISTRIBUIÇÃO POR MÉDIA DE IDADE  
A MÉDIA DE IDADES DOS CLIENTES ALOJADOS NAS ERH É DE 85 ANOS



#### Distribuição por género

Verifica-se a predominância de clientes do sexo feminino, com uma incidência de 82%, contra 18% de clientes do sexo masculino. Esta discrepância foi acentuada de forma ainda mais evidente após o processo de transferência das clientes do Lar Residencial das Fontainhas.

#### Distribuição por situação funcional

Nas ERPI da SCMP os clientes dependentes de 1º grau representam cerca de 70% da população apoiada, sendo que a ERPI Pereira de Lima acolhe 90% de idosos nesta condição. A ERPI S. Lázaro apresenta uma distribuição equilibrada ao nível da dependência dos clientes.

## 1.3. RESPOSTAS SOCIAIS DIRIGIDAS ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

### 1.3.1. CASA DE SANTO ANTÓNIO

No ano de 2014 realizaram-se 65 acolhimentos (43 mulheres e 22 crianças). Das 51 saídas ocorridas em 2014, **30 utentes (59%) conseguiram uma autonomização**, beneficiando do apoio económico da Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, 11 agregados:

### 1.3.2. CASA BENTO XVI

A ocupação máxima depende sempre do grupo existente na casa abrigo, respeitando sempre a vontade da utente em integrar uma nova resposta.

MÊS	Nº AGREGADOS	OCUPAÇÃO
JUNHO	2	3
JULHO	2	3
AGOSTO	2	3
SETEMBRO	2	3
OUTUBRO	1	3
NOVEMBRO	3	8
DEZEMBRO	3	5

No primeiro semestre de funcionamento desta resposta social foram respeitados os prazos de saída, e todas as utilizadoras se autonomizaram ao fim de 4 meses.

## 1.4. RESPOSTAS SOCIAIS DIRIGIDAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO

### 1.4.1. CASA DA RUA D. LOPO DE ALMEIDA

A existência de uma equipa multidisciplinar na **Casa da Rua - D. Lopo de Almeida** introduziu mudanças fundamentais na orientação de serviços, passando a centrar-se nos processos individuais para alcançar uma reabilitação psíquica, social e laboral, estimular o comportamento adaptativo, mudar hábitos e melhorar competências sociais dos utentes. Ao nível do alojamento, manteve-se o mesmo número ao longo de 2014 - 15 utentes.

### INDICADORES DE ATIVIDADE 2013 | 2014

NÍVEL ALIMENTAR	2013	MÉDIA DIA	2014	MÉDIA DIA
Pequeno-Almoço	5517	15	6205	17
Almoço	18050	49	19509	53
Jantar	18250	50	16837	46
Cantina Social	35415	200	36500	200
<b>OUTROS</b>				
Ceia de Natal	65		60	
Ceia Ano Novo	90		75	
Cabazes de natal	6		6	

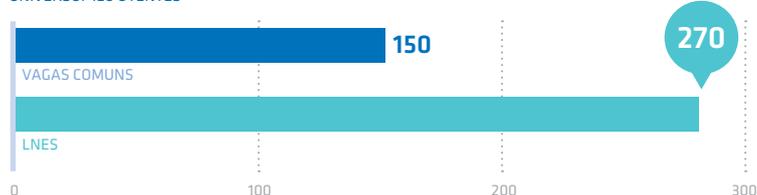


## 1.4.2. CENTRO DE ALOJAMENTO SOCIAL D. MANUEL MARTINS

No ano de 2014 estiveram acolhidos no CAS um total de 453 utentes, dos quais 33 transitaram do ano de 2013 e foram realizados mais 420 novos acolhimentos (270 em vaga LNES e 150 em vagas comuns / normais).

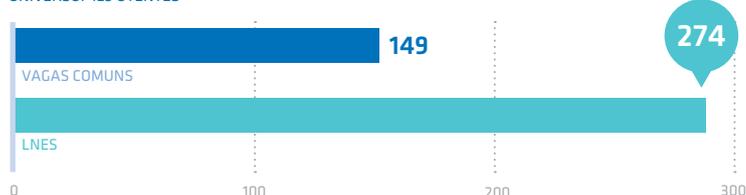
### Nº DE ACOLHIMENTOS

UNIVERSO: 420 UTENTES



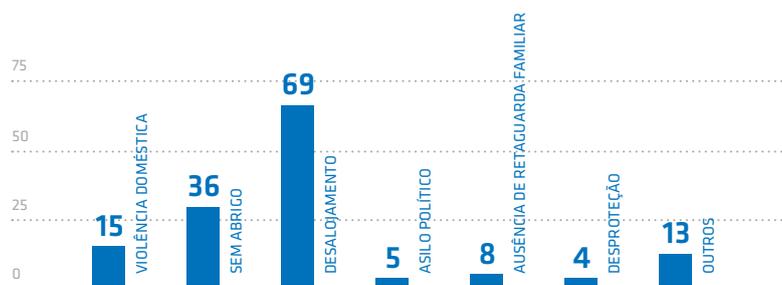
### Nº DE SAÍDAS

UNIVERSO: 423 UTENTES



Nos primeiros 8 meses do ano o principal motivo do pedido de acolhimento em vagas LNES foram as **situações de violência doméstica**.

Em setembro verificou-se uma alteração naquele que era o principal motivo de acolhimento no CAS, destacando-se a **perda de habitação** por parte das várias famílias, decorrente de situações de incumprimento no pagamento das rendas, com inerentes ações de despejo.



### MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO

Das 44 famílias acolhidas, em vagas LNES e em vagas comuns, 34 são relativas a agregados familiares monoparentais, na maioria dos casos com menores a cargo.

Prevalecem os acolhimentos unifamiliares (indivíduos isolados), a que correspondem 292 indivíduos.

Destaca-se o número significativo de acolhimentos de utentes do género feminino, essencialmente em vagas LNES.

Nas vagas comuns sobressai o género masculino que, em média, tem permanecido mais tempo acolhido.

A média de idades situa-se essencialmente na faixa etária dos 35 aos 49 anos, nas duas tipologias de vagas.

## 1.5. PROJETOS ESPECIAIS

### 1.5.1. CHAVE DE AFETOS

Número de beneficiários no final de cada ano:

- De 2011: 30 (31 instalações e 1 desistência)
- De 2012: 75 (51 instalações e 6 desistências)
- De 2013: 114 (52 instalações e 13 desistências)
- **De 2014: 146 (55 instalações e 23 desistências)**

Desde o início do programa até final de 2014, já beneficiaram do serviço de teleassistência **189 idosos**.

Em 2014 foi realizado um estudo no âmbito de mestrado da Faculdade de Letras do Porto na área de Sociologia sobre o impacto social do Chave de Afetos, com resultados a serem apresentados no início de 2015.

## 1.5.2. BANCO DO VESTUÁRIO

No ano de 2014 foram celebrados 9 novos Protocolos com o Banco do Vestuário, existindo, neste momento, 38 Protocolos já celebrados com Associações, Centros Sociais, Juntas de Freguesia, Misericórdias, Fundações e as mais variadas IPSS.



**BANCO DO VESTUÁRIO**  
ENTRADAS SAÍDAS PESSOAS ABRANGIDAS

## 1.5.3. LOJA SOLIDÁRIA

Realizaram-se ao longo de 2014, duas iniciativas no âmbito do Projeto Loja Solidária.

## 1.6. CERTIFICAÇÃO ISO 9001:2015 - DISG

Este projeto, aplicado ao DISG e estabelecimentos sob a sua responsabilidade, teve início no último trimestre de 2014 – Fase A, em conjunto com o Gabinete de Auditoria Interna. Pretende-se com o mesmo, criar um padrão de atuação organizacional, mais evoluído, otimizado e transversal a todos os estabelecimentos sociais da SCMP, com base nas melhores práticas do setor, de forma a assegurar níveis de desempenho organizacional, de excelência operacional e de qualidade de serviço que permitam melhores índices de satisfação interna e externa, um melhor posicionamento competitivo da SCMP para as diferentes valências da Área Social.





## 2. JUVENTUDE COLÉGIO DO BARÃO DE NOVA SINTRA

*O CBNS intensificou e deu continuidade à intervenção específica com as crianças e jovens, aos procedimentos, e à organização interna, de forma a alcançarmos um grau de satisfação mais elevado, tornando as equipas autónomas e autosuficientes.*

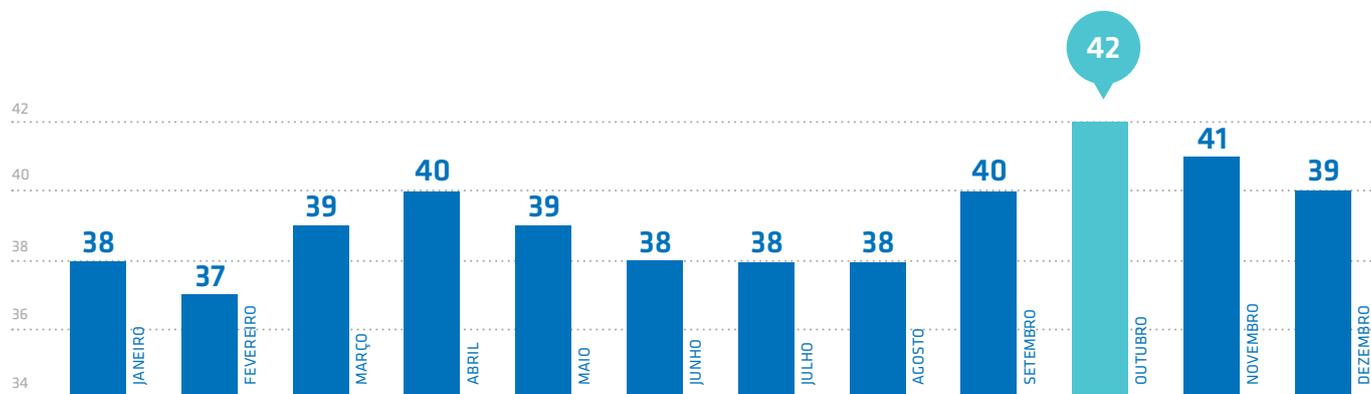
O CBNS conseguiu atingir um patamar de excelência no acompanhamento personalizado que desenvolve em prol do bem-estar psicossocial das crianças e jovens, e criou uma equipa técnico-educativa capaz de responder em tempo útil às necessidades e problemáticas que diariamente surgem.

O CBNS deu resposta a um total de 47 menores, sendo que em média a frequência mensal de acolhimento foi de 39 crianças e jovens (representando uma taxa de ocupação de aproximadamente 93%). Ao longo do ano foram admitidos 10 menores, e foram “desinstitucionalizados” 8 jovens, cuja maioria foi reintegrada na família nuclear ou concretizaram o projeto de vida de autonomização.

Para além do trabalho direto com as crianças e jovens é igualmente realizada uma intervenção psicossocial de apoio e mediação com as famílias, que contempla as diversas dimensões da parentalidade. Pretende-se realizar uma intervenção atenta às características e necessidades de cada família, bem como o contexto social onde estão inseridos, procurando valorizar o seu papel enquanto pais e educadores, estimulando a sua colaboração com a instituição, e dotando-as de estratégias para a adoção de uma postura assertiva e de práticas educativas congruentes na educação dos menores.







### MÉDIA DE FREQUÊNCIA MENSAL

A nossa missão é ajudar as crianças/jovens a estabelecer metas alcançáveis e abrir portas para novas oportunidades em diferentes campos. Para atingir com sucesso tal desafio, empenhamo-nos fortemente na componente educativa/formativa.

Neste sentido, redefinimos mais um momento de estudo de forma a individualizar as necessidades da criança e jovem com o estreitamento de relações com a direção do agrupamento de escolas Alexandre Herculano, frequentado pela maioria das crianças e jovens do CBNS tendo como fator impulsionador dos resultados escolares a colocação de um Professor por parte do Ministério da Educação.

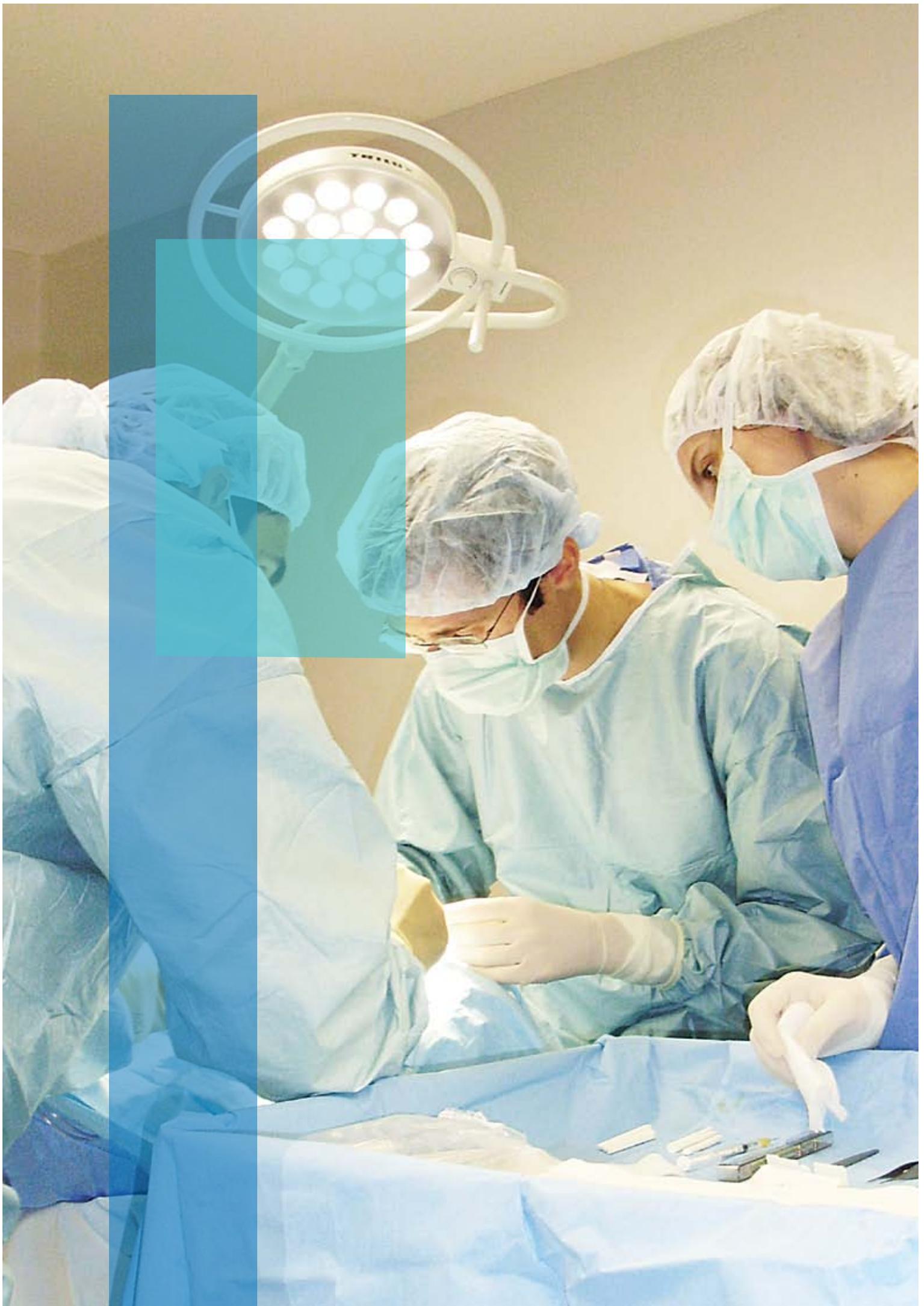
As inovações e alterações apresentadas anteriormente fazem parte de um trabalho contínuo com vista ao bem-estar e desenvolvimento integral das crianças e jovens acolhidos. O trabalho já produzido merece uma avaliação do Centro Distrital da Segurança Social do Porto como estando implementadas adequadamente a totalidade das recomendações/orientações do acompanhamento técnico, fazendo deste estabelecimento um dos mais modernos pedagogicamente em Portugal.

NÃO TRANSITOU  
21%



**RESULTADOS  
ESCOLARES  
2013/2014**

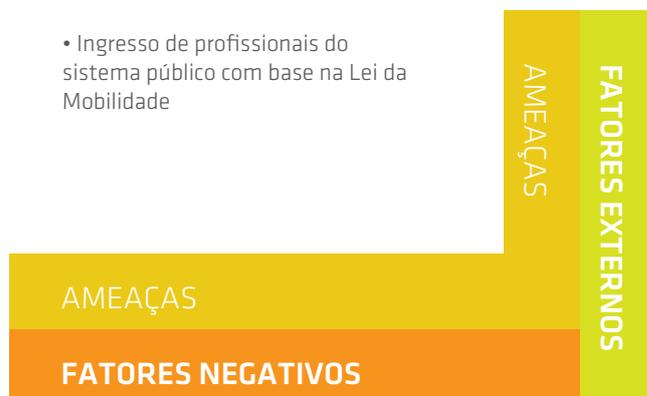
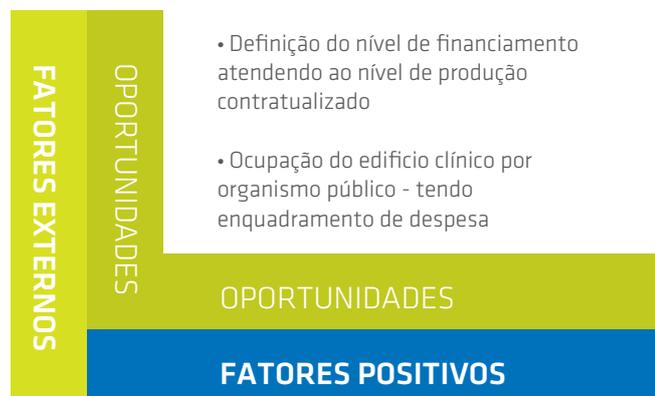
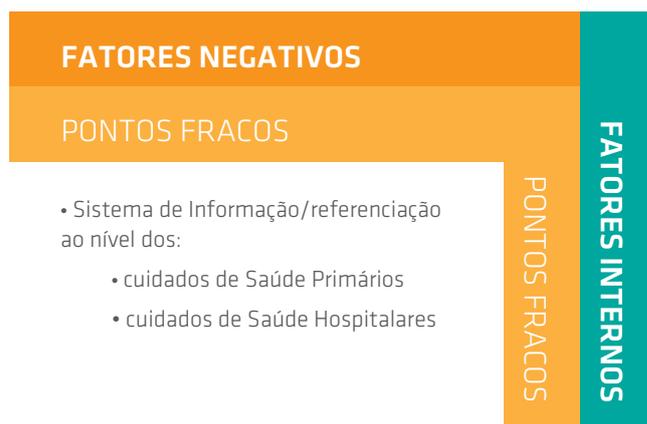
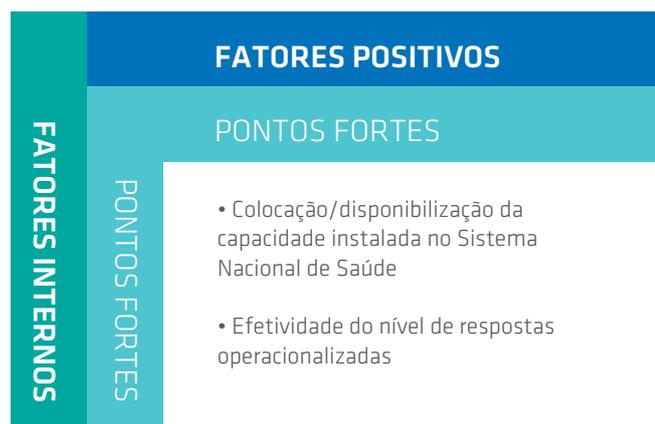
**TRANSITOU  
79%**



## 3. SAÚDE

*A área da saúde continua a representar para a Santa Casa um papel decisivo na sua sustentabilidade económica e financeira revelando bem a capacidade de estar junto das populações com uma experiência de mais de cinco séculos.*

É entendimento da Mesa Administrativa que essa posição passa também pelo aumento da capacidade de resposta onde o CRN – Centro de Reabilitação do Norte assume um papel decisivo nessa consolidação a par de um esforço de internacionalização da nossa resposta de saúde e médica.



## 3.1. HOSPITAL DA PRELADA - DR. DOMINGOS BRAGA DA CRUZ

O Hospital da Prelada continua a integrar a rede nacional de prestação de cuidados de saúde e, presentemente, a referenciação provém dos ACES de Gondomar, Maia Valongo, Porto, Vila do Conde, Porto Ocidental, Porto Oriental, Gaia e Espinho.

A atividade médica/cirúrgica do Hospital da Prelada continuou a desenvolver-se num quadro de forte restrição orçamental, decorrente da atual conjuntura económica e financeira, exigindo, por isso, não só a manutenção, o rigor e a qualidade e a humanização dos serviços prestados, bem como um esforço de contenção de custos/desperdícios e uma acrescida responsabilização na gestão equilibrada do Hospital, tornando-o mesmo mais eficiente.

No domínio da internacionalização dos serviços de saúde foi possível concluir a participação no programa do Health Cluster de Portugal, celebrar um protocolo com a Glamhealth e aprofundar a cooperação com a Embaixada da Suécia, na área dos cuidados domiciliários e da hemodiálise, bem como com a Linde, empresa alemã da área da reabilitação respiratória. A Embaixada da Ucrânia, através do Consulado do Porto solicitou apoio clínico da Misericórdia para os seus feridos de guerra, mantendo-se, ainda, o apoio a cidadãos líbios, feridos da

guerra. Conseguiu-se a captação de novos protocolos de colaboração com outras entidades, nomeadamente com Seguradoras.

A implementação de novas especialidades foi também uma realidade, desenvolvendo-se, em regime de consulta privada, as especialidades de medicina dentária, dermatologia e ginecologia.

No prosseguimento de política de melhoria e de qualidade, o quadro médico e de enfermagem do Hospital têm vindo paulatinamente a renovar-se, e simultaneamente a valorizar-se através de sucessivas participações quer em formações quer em eventos científicos.

De registar que a idade de cerca de 34% dos médicos se situa entre os 60 e 64 anos de idade, o que implica um programa de substituição que está já em andamento.



20

NÚMERO DE AÇÕES DE  
FORMAÇÃO CIENTÍFICA  
1º SEMESTRE

### 3.1.1. AÇÕES DE FORMAÇÃO HP 2014

## HOSPITAL DA PRELADA

### Ações de Formação Científica

### Médicos, enfermeiros e técnicos superiores

#### 1º SEMESTRE

DATA	N. A. F.	NOME	GRUPOS	AÇÃO FORMAÇÃO A.F.
18 jan.	1	Gonçalo Borges	Médicos	Part. e interv. Congr. " I Jornadas Internacionais de Medicina Desportiva" - Lisboa
31 jan.	1	Cláudia Nascimento	Técnicos Superiores Part.	Part. Enc. "Biológicos e Biossimilares " - Lisboa
15 fev.	1	Guiomar Pontes	Técnicos Superiores	Curso pós-grad. em Dt. da Investigação Clínica- Fac. Dt. Univ. Coimbra
		Isabel Mendes		
		Cláudia Nascimento		
17 fev.	1	João Melo e Sousa	Médicos	Part. Congr. " International Clinical Congress"- Lisboa
22 fev.	1	Cláudia Nascimento	Técnicos Superiores	Part. " VII Jornadas de Farmácia Hospitalar " - Lisboa
22 fev.	1	Manuel Maia	Médicos	Part. como moderador "Lisbon Breast Meeting " - Lisboa
8 mar.	1	Noémia Leite	Enfermeiros	Part. Sem. "Seg. do doente ass. Ao reprocess. De disp. Médicos " - Porto
29 mar.	1	Gonçalo Borges	Médicos	Part. como palest. "II Encontro Gonartrose e o Desporto " - Berlim
29 abr.	1	Manuel Maia	Médicos	Part. "The Aesthetic Meeting 2014 " - S. Francisco, EUA
29 abr.	1	Cláudia Nascimento	Técnicos Superiores	Part. "XVI Congr. Anual da APNEP " - Matosinhos
9 mai.	1	José Luís Carvalho	Médicos	Part. "Jornadas: Um dia com...Joelho"- Porto
		Maria Margarida Cantista		
19 mai.	1	Sónia Soares	Enfermeiros	Part. Simpósio "ASP -Seg. do doente na prest. Cuidados de saúde " - Lisboa
23 mai.	1	Sónia Soares	Enfermeiros	Part. Simpósio " Simposium de Enfermeiros 2014 " - Málaga, Espanha
23 mai.	1	Cláudia Nascimento	Técnicos Superiores	Part. Visita Lab. Basi, em Mortágua
24 mai.	1	Gonçalo Borges	Médicos	Part. "Jornadas de Med. Desportiva do Rio Ave " - Vila do Conde
24 mai.	1	Vitor Carvalho	Médicos	Part. "XXII Congr. CAR-Club Anestesia Regional " - Lisboa
24 mai.	1	Enes Martins	Médicos	Part. Congr. "Knee Reconstruccion,"-Faro
31 mai.	1	Cláudia Nascimento	Técnicos Superiores	Part. "Prog. Formação : Reconciliação Terapêutica " - Porto
6 jun.	1	Rosmaninho Seabra	Médicos	Part. " 15º Congr. da EFORT- ass. Ortopedia " -Londres
		Amadeu Galdes		
21 jun.	1	Joaquim Pires	Médicos	Part. "XIX FESS Meeting " - Paris

17

NÚMERO DE AÇÕES DE  
FORMAÇÃO CIENTÍFICA  
2º SEMESTRE

37

NÚMERO TOTAL DE AÇÕES DE  
FORMAÇÃO CIENTÍFICA 2014

## HOSPITAL DA PRELADA

### Ações de Formação Científica

#### Médicos, enfermeiros e técnicos superiores

#### 2º SEMESTRE

DATA	N. A. F.	NOME	GRUPOS	AÇÃO FORMAÇÃO A.F.
4 Jul.	1	Gonçalo Borges	Médicos	Part. " Porto HIP Meeting 2014 " - Porto
19 set.	1	José Luís Carvalho	Médicos	Part. "International Ultrasound Course, Euro Musculus V " - Gant, Bélgica
26 set.	1	Cláudia Nascimento	Técnicos Superiores	Simposium: " O farmacêutico no S. Saúde " - Porto
27 set.	1	Maria João Silva	Médicos	Part. Curso " 2º de Ecografia da Soc Port. de MFR " - Lisboa
9 out.	1	João Melo e Sousa	Médicos	Part. "11th Congress of the european Hip Society" - Estocolmo
23 out.	1	Rosmaninho Seabra	Médicos	Congresso Nacional Ortopedia- Algarve
24 out.	1	Maria João Silva	Médicos	Jornadas Internacionais de MFR- Alcoitão
10 nov.	1	Enes Martins	Médicos	Part. "89º Congr. da Soc. Francesa de Cir. e Traumatologia " - Paris
20 nov.	1	Maria João Silva	Médicos	Il curso pré-congresso do "II Cong. Nac. Prev. Oncológica " - Porto
22 nov.	1	Varejão Pinto	Médicos	Part. " XXVI Sicut Triennial World Congress" e "46th Brazilian Congr. Ortop. and Traumatologie" - Rio de Janeiro
28 nov.	1	Maria Margarida Cantista	Médicos	Part. "XXII Jornadas Internacionais I.P. Reumatologia " - Lisboa
		João Pedro Carvalho		
28 nov.	1	Filomena Mota	Enfermeiros	Part. "Simpósio APT Feridas 2014, que desafios?" - Porto
5 dez.	1	Inês Natário	Médicos	Part. " Um dia com a Lesão Modular " - Porto
		Maria João Silva		
		José Luís Carvalho		
6 dez.	1	Cláudia Nascimento	Técnicos Superiores	Part. Formação: "Conceitos de Farmacoconomia " - Porto
12 dez.	1	Inês Natário	Médicos	Freq. Curso: "Formação Cient. Disfagia"
12 dez.	1	Joaquim Pires	Médicos	Part. "Institucional Course - Form Primary to Revision " - Madrid
13 dez.	1	Gonçalo Borges	Médicos	Coimbra Part. e Interv. Congr. "Prevenção em Desporto" - Lisboa
		José Luís Carvalho		
17	NÚMERO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO CIENTÍFICA 2º SEMESTRE			
37	NÚMERO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO CIENTÍFICA 2014			

A utilização dos inquéritos de satisfação dos utentes permitiram de igual forma obter a melhoria contínua de qualidade dos serviços prestados.

O contínuo e adequado desenvolvimento dos sistemas de informação tem contribuído de igual modo à prossecução e melhoria da qualidade das atividades do Hospital.

#### HOSPITAL DA PRELADA - Nº DE COLABORADORES AO SERVIÇO

31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014
508	504	488	440

Nota 1: em 31-12-2013 já tinham sido transferidos para o CRN 66 colaboradores, mas que ainda foram encargo do HP

Nota 2: em 31-12-2014, há 5 colaboradores do DCF (Faturação e Tesouraria) que se mantêm encargo do HP

O Hospital da Prelada tem continuado a ser reconhecido como uma estrutura hospitalar, com a adequada idoneidade para a formação no internato médico, em diversas áreas Hospitalares. Em estreita colaboração com a ACSS/ARSN, o Hospital da Prelada possibilitou a formação no internato médico a médicos fisiatras e de cirurgia plástica:

No Serviço de MFR – 5 médicos internos desta especialidade;

No Departamento de Cirurgia – 4 médicos internos de Cirurgia Plástica, cujos internatos são partilhados com o C. H. Vila Nova de Gaia/Espinho;

No âmbito da constante humanização dos cuidados prestados, e na prossecução de elevados níveis de qualidade, as instalações e equipamentos médicos têm merecido uma especial atenção, na procura da sua constante adequação, quer com a aquisição de novos e atualizados equipamentos quer na sua constante manutenção, quer preventiva, quer curativa.

O apoio da estrutura do Hospital da Prelada ao CRN, numa fase de implementação inicial da nova gestão daquele estabelecimento, foi essencial, nomeadamente com a transferência de recursos humanos, materiais e equipamentos.

A formação dos demais recursos humanos tem sido uma prática habitual, não só para manter os mesmos níveis de qualidade decorrente da acreditação hospitalar, mas sobretudo de modo a responder aos desafios diários que se colocam a uma estrutura hospitalar.



## 3.1.2. CONTRATO PROGRAMA 2014

O contrato programa com o Serviço Nacional de Saúde foi 100% cumprido, em todas as suas áreas de produção. Assim:

### CONTRATO PROGRAMA 2014

SERVIÇO	SNS	REALIZADO SNS 2014	REALIZADO	VARIAÇÃO 2014 2013		TAXA DE EXECUÇÃO	
	2014	31-12-214	31-12-2013	ABSOLUTA	RELATIVA	2014	DESVIO
<b>PRIMEIRAS CONSULTAS</b>	23.121	23.121	23.121	0	0%	100%	0
Cirurgia Geral	2.016	1.855	1537	318	21%	92%	-161
Cirurgia Plástica	5.000	3.870	3783	87	2%	77%	-1.130
MFR	3.000	3.697	4952	-1.255	-25%	123%	697
Ortopedia	8.701	8.005	7623	382	5%	92%	-696
Urologia	804	1.287	1124	163	15%	160%	483
Oftalmologia	3.600	4.407	4102	305	7%	122%	807
<b>Consultas Subsequentes</b>	47.528	47.528	47.528	0	0%	100%	0
Cirurgia Geral	3.107	2.695	2.787	-92	-3%	87%	-412
Cirurgia Plástica	8.900	9.897	10.421	-524	-5%	125%	997
MFR	5.037	4.931	5.536	-605	-11%	110%	-106
Ortopedia	13.378	14.080	13.355	725	5%	119%	702
Urologia	1.500	3.154	2.520	634	25%	237%	1.654
Medicina Interna	10.000	8.645	9.352	-707	-8%	98%	-1.355
Oftalmologia	4.500	3.515	2.895	620	21%	88%	-985
Psiquiatria	1.106	611	662	-51	-8%	62%	-495
<b>GDH Médico</b>	160	160	151	9	6%	100%	0
Cirurgia Geral	24	26	24	2	8%	108%	2
Cirurgia Plástica	46	41	44	-3	-7%	101%	-5
Ortopedia	60	56	56	0	0%	105%	-4
Urologia	30	37	27	10	37%	139%	7
<b>GDH Cirurgicos</b>	4.853	4.853	4.853	0	0%	100%	0
Cirurgia Geral	490	592	614	-22	-4%	121%	102
Cirurgia Plástica	1.753	1.706	1746	-40	-2%	97%	-47
Ortopedia	2.437	2.368	2.343	25	1%	97%	-69
Urologia	173	187	150	37	25%	108%	14
<b>MFR</b>	6.000	6.000	14.998	-8.998	-60%	100%	0
<b>GDH Cirurgicos Ambulatório</b>	4.879	4.879	4.879	0	0%	100%	0
Cirurgia Geral	500	396	510	-114	-22%	79%	-104
Cirurgia Plástica	1.442	1.321	1413	-92	-7%	92%	-121
Ortopedia	1.372	1.163	1331	-168	-13%	85%	-209
Urologia	115	67	70	-3	-4%	58%	-48
Oftalmologia	1.450	1.932	1555	377	24%	133%	482

<b>ÍNDICE CASE-MIX GLOBAL</b>	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	<b>2014</b>
ICM-GDH MÉDICOS - INTERNAMENTO		0,58	0,60	0,61	0,71	0,68	0,67	0,67
ICM-GDH CIRÚRGICOS - INTERNAMENTO		1,47	1,50	1,54	1,60	1,64	1,46	1,42
ICM-GDH CIRÚRGICOS - AMBULATÓRIO		0,54	0,63	0,66	0,67	0,67	0,66	0,65

<b>ÍNDICE CASE-MIX ESPECIALIDADE</b>	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	<b>2014</b>
ICM-GDH MÉDICOS - INTERNAMENTO		0,59	0,56	0,57	0,71	0,77	0,60	0,65
ICM-GDH CIRÚRGICOS - INTERNAMENTO	1,04	0,99	0,93	0,87	1,60	1,14	1,10	1,11
ICM-GDH CIRÚRGICOS - AMBULATÓRIO		0,62	0,72	0,73	0,67	0,69	0,66	0,71

<b>ICM - CIRURGIA PLÁSTICA</b>	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	<b>2014</b>
ICM-GDH MÉDICOS - INTERNAMENTO	0,73	0,42	0,43	0,45	0,57	0,50	0,40	0,54
ICM-GDH CIRÚRGICOS - INTERNAMENTO	1,78	1,24	1,10	1,12	1,20	1,20	1,02	1,12
ICM-GDH CIRÚRGICOS - AMBULATÓRIO		0,52	0,63	0,62	0,63	0,64	0,64	0,66

<b>ICM - ORTOPEDIA</b>	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	<b>2014</b>
ICM-GDH MÉDICOS - INTERNAMENTO		0,73	0,83	0,69	0,82	0,76	0,72	0,72
ICM-GDH CIRÚRGICOS - INTERNAMENTO		1,68	1,87	1,94	1,97	2,02	1,86	1,70
ICM-GDH CIRÚRGICOS - AMBULATÓRIO		0,53	0,63	0,67	0,67	0,67	0,64	0,61

<b>ICM - UROLOGIA</b>	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	<b>2014</b>
ICM-GDH MÉDICOS - INTERNAMENTO	0,59	0,43	0,51	0,49	0,45	0,38	0,61	0,67
ICM-GDH CIRÚRGICOS - INTERNAMENTO	0,95	0,96	1,02	0,93	0,99	0,95	0,93	0,88
ICM-GDH CIRÚRGICOS - AMBULATÓRIO		0,37	0,53	0,57	0,53	0,56	0,40	0,42

<b>ICM - UNIDADE DE QUEIMADOS</b>	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	<b>2014</b>
ICM-GDH MÉDICOS - INTERNAMENTO		0,83	0,67	0,95	0,94	0,85	1,05	0,81
ICM-GDH CIRÚRGICOS - INTERNAMENTO	5,03	8,57	9,72	8,11	6,85	7,69	7,27	6,50
ICM-GDH CIRÚRGICOS - AMBULATÓRIO								

<b>ICM - OFTALMOLOGIA</b>	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	<b>2014</b>
AMBULATÓRIO					0,71	0,71	0,71	0,67



**ICM-GDH MÉDICOS - INTERNAMENTO**  
EVO ICM - GLOBAL



**ICM-GDH CIRÚRGICOS - INTERNAMENTO**  
EVO ICM - GLOBAL



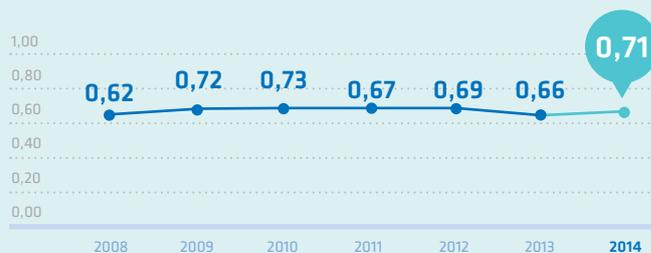
**ICM-GDH CIRÚRGICOS - AMBULATÓRIO**  
EVO ICM - GLOBAL



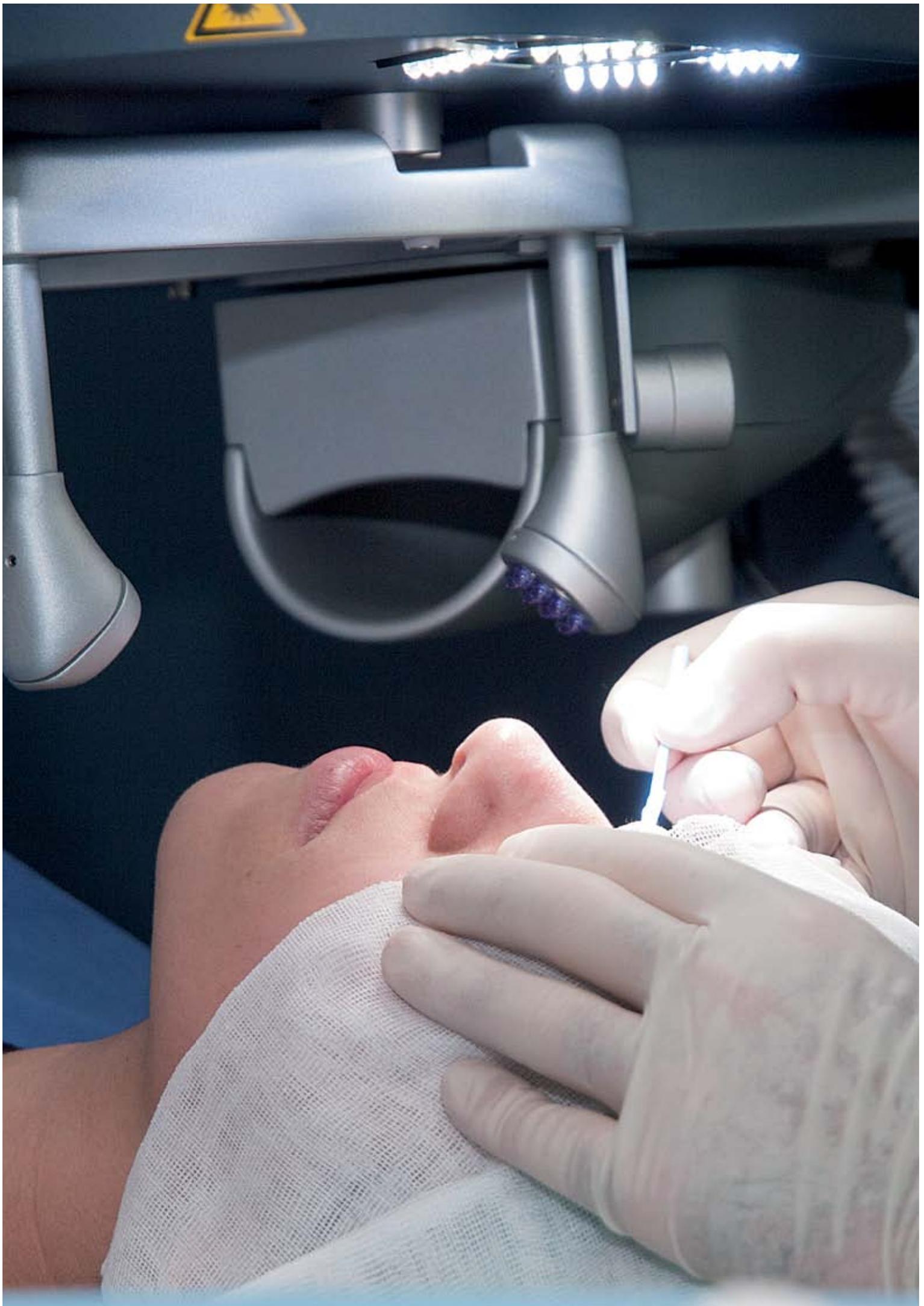
**ICM-GDH MÉDICOS - INTERNAMENTO**  
EVO ICM - CIRURGIA GERAL

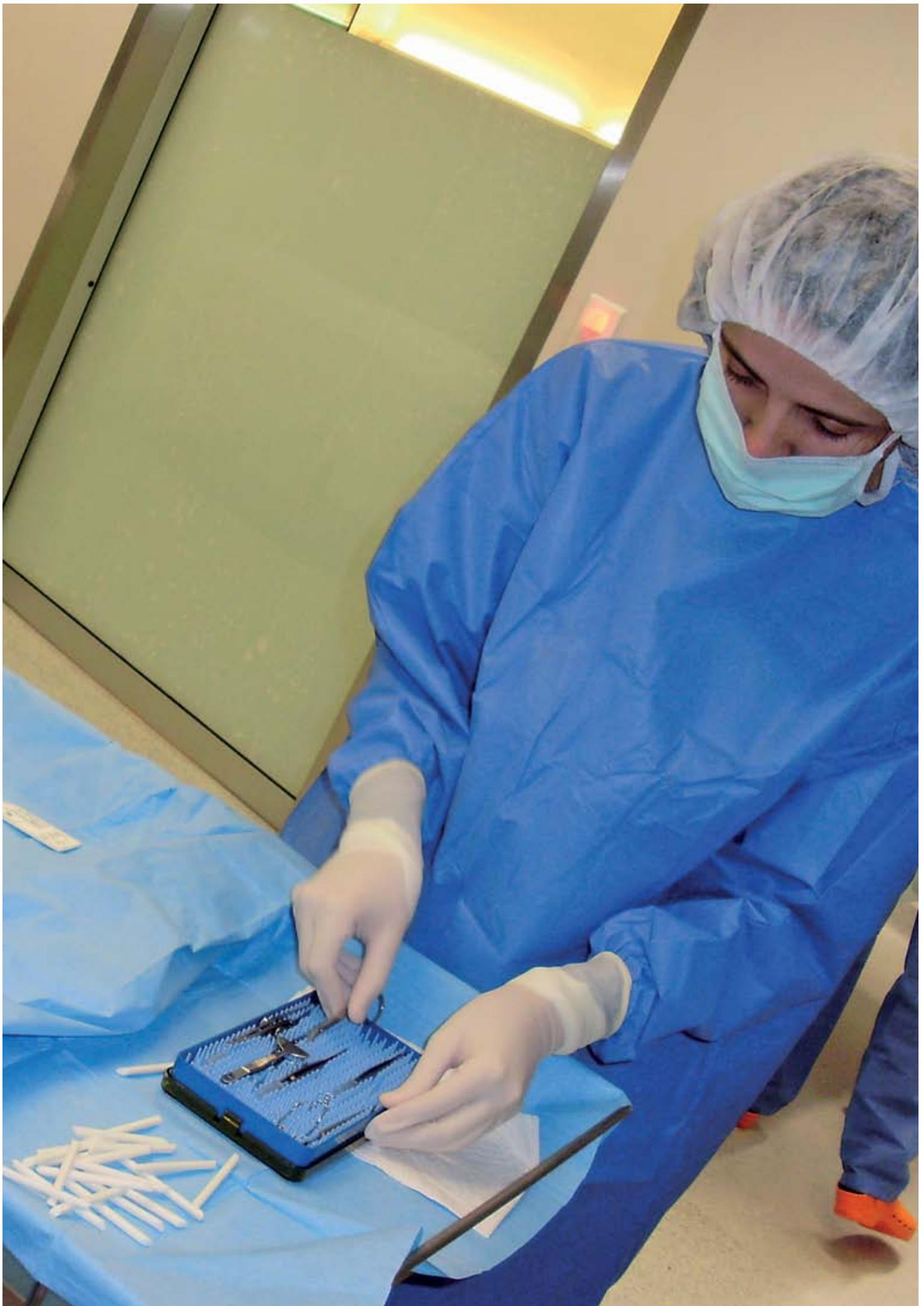


**ICM-GDH CIRÚRGICOS - INTERNAMENTO**  
EVO ICM - CIRURGIA GERAL



**ICM-GDH CIRÚRGICOS - AMBULATÓRIO**  
EVO ICM - CIRURGIA GERAL







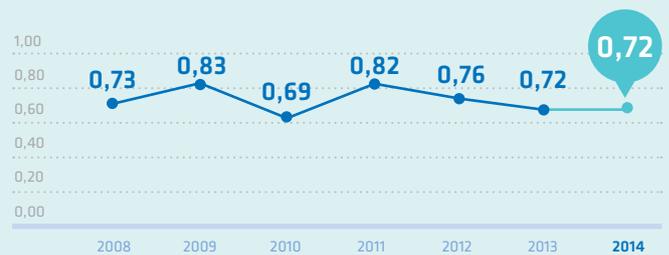
**ICM-GDH MÉDICOS - INTERNAMENTO**  
EVO ICM - CIRURGIA PLÁSTICA



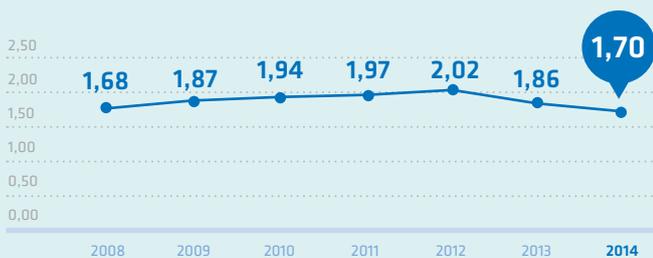
**ICM-GDH CIRÚRGICOS - INTERNAMENTO**  
EVO ICM - CIRURGIA PLÁSTICA



**ICM-GDH CIRÚRGICOS - AMBULATÓRIO**  
EVO ICM - CIRURGIA PLÁSTICA



**ICM-GDH MÉDICOS - INTERNAMENTO**  
EVO ICM - ORTOPEDIA



**ICM-GDH CIRÚRGICOS - INTERNAMENTO**  
EVO ICM - ORTOPEDIA



**ICM-GDH CIRÚRGICOS - AMBULATÓRIO**  
EVO ICM - ORTOPEDIA



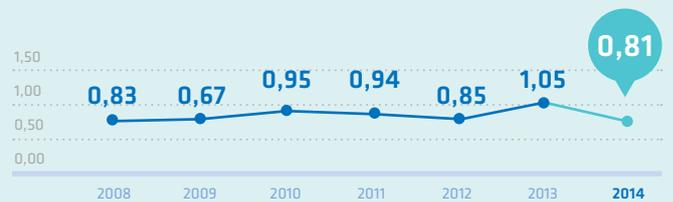
**ICM-GDH MÉDICOS - INTERNAMENTO**  
EVO ICM - UROLOGIA



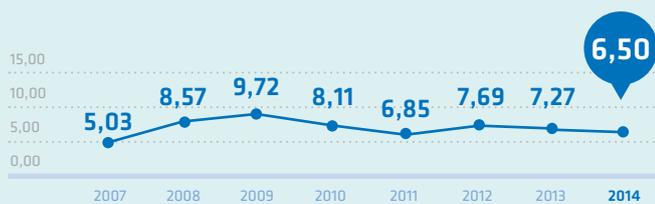
**ICM-GDH CIRÚRGICOS - INTERNAMENTO**  
EVO ICM - UROLOGIA



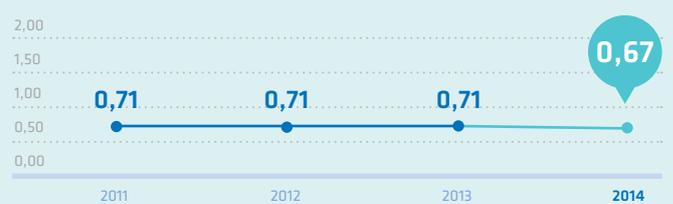
**ICM-GDH CIRÚRGICOS - AMBULATÓRIO**  
EVO ICM - UROLOGIA



**ICM-GDH MÉDICOS - INTERNAMENTO**  
EVO ICM - UNIDADE DE QUEIMADOS



**ICM-GDH CIRÚRGICOS - INTERNAMENTO**  
EVO ICM - UNIDADE DE QUEIMADOS



**ICM-GDH CIRÚRGICOS - AMBULATÓRIO**  
EVO ICM - OFTALMOLOGIA

## 3.2. CENTRO DE REABILITAÇÃO DO NORTE - DR. FERREIRA ALVES

O Centro de Reabilitação do Norte (CRN), Estabelecimento do Ministério da Saúde, foi disponibilizado a todos os Utentes e Rede de Estabelecimentos dos diferentes Níveis de Cuidados do Serviço Nacional de Saúde (SNS), a partir do dia 13/12/2013.

A Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP), como Entidade Gestora (EG) desempenhou um papel de acordo com os seus mais de cinco séculos de existência. Reafirmou com firmeza e profissionalismo o seu posicionamento histórico na concepção, criação e administração de estruturas assistenciais gerais e universais aos cidadãos da Região Norte.

A Marca e Obra da Misericórdia do Porto (MP) ao nível da proteção na doença estão ao longo dos tempos bem patentes no Hospital Geral de Santo António (HGSA), no Centro Hospitalar Conde de Ferreira (CHCF), no Hospital Rodrigues Semide (HRS), no Hospital da Prelada (HP) e, mais recentemente, no CRN.

Atendendo à necessidade efetiva de colocar o CRN na Rede do SNS, foram conjugadas intenções, assentes num modelo de partilha de responsabilidades, de garantia de qualidade dos cuidados, de princípios de gestão racional e controlo eficaz de recursos, que permitiram que o Ministério da Saúde (MS) celebrasse com a SCMP um Acordo de Gestão (AG) que assegura a operacionalidade do CRN durante trinta e seis meses compreendidos entre 2013/2016.

### 3.2.1. EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

As ações desenvolvidas e os factos mais relevantes que contribuíram para a performance verificada, foram cronologicamente os seguintes:

- O CRN/EG promoveu a sua apresentação e divulgação do AG junto dos dirigentes dos Hospitais e Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) da Região Norte em duas sessões que tiveram o alto patrocínio da Administração Regional de Saúde do Norte (ARSN) / Entidade Pública Contratante (EPC) em janeiro e dezembro, respetivamente.
- O CRN/EG visitou os principais Hospitais da GAMP, designadamente o CHP, o CHSJ, o CHVNG/E e a ULSM, cujo objetivo foi a divulgação do plano clínico e o modelo de referenciação/articulação.
- Durante o 1.º trimestre de 2014, a EG procedeu à transferência de recursos entre as Unidades Operacionais de Saúde (UOS) HP e CRN, de acordo com o modelo de gestão e operacionalização dos pressupostos do plano de negócios.
- Em fevereiro, a EG desencadeou o processo de recrutamento e seleção de recursos humanos do SNS para ao abrigo da lei da mobilidade integrarem o projecto CRN.
- A unidade de internamento pediátrico do CRN/EG entrou em funcionamento em outubro.

#### INDICADORES DE ATIVIDADE 2013 | 2014

INDICADORES	1T2014	2T2014	3T2014	4T2014	
Nº DE CAMAS	28	48	90	102	
Nº DE MÉDICOS	3	4	12	13	
Nº DE ENFERMEIROS	21	22	49	52	
FISIOTERAPEUTAS	7	10	21	22	
AUXIL. AÇÃO MÉDICA	21	31	56	59	
<b>PRODUÇÃO</b>	<b>1T2014</b>	<b>2T2014</b>	<b>3T2014</b>	<b>4T2014</b>	<b>2014</b>
CONSULTAS	258	437	577	1.077	2.349
DIÁRIAS	1.973	3.545	5.643	8.613	19.774
Nº DOENTES TRATADOS FISIATRIA	151	277	357	783	1.568

O grau de execução da produção efetiva face à contratualizada para o exercício de 2014, foi otimizado tendo em consideração os constrangimentos não controláveis pela SCMP associados aos processos de referenciação eletrónica/indução da procura do CRN e ingresso de profissionais de saúde no CRN oriundos da função pública ao abrigo da lei da mobilidade.

Entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014, concluiu-se o processo de transferência de recursos humanos entre as UOS HP/CRN, de acordo com o modelo de gestão e operacionalização dos pressupostos do plano de negócios gizado. De forma a cumprir com o clausulado constante na secção III - Meios Humanos do AG, a EG desencadeou o processo de recrutamento e seleção através de anúncio publicado no Jornal de Notícias, datado de 8 de fevereiro.

Do referido processo resultou uma seleção de 52 elementos de diferentes grupos profissionais do universo de 287 candidaturas elegíveis, conforme quadro abaixo.

GRUPO PROFISSIONAL	CANDIDATURAS	SELEÇÃO
FISIATRAS	7	7
ENFERMEIROS	223	15
FISIOTERAPEUTAS	24	11
TERAPEUTAS DA FALA	3	3
TERAPEUTAS OCUPACIONAIS	8	6
AUXILIARES DE AÇÃO MÉDICA	22	10
<b>TOTAL</b>	<b>287</b>	<b>52</b>

Apesar de todas as iniciativas adotadas, no exercício de 2014, não se verificou o ingresso de qualquer profissional com vínculo à função pública, na estrutura de recursos humanos do CRN. Este facto condicionou decisivamente o desenvolvimento do plano assistencial planeado para 2014. A SCMP não dispõe de mais instrumentos para desenvolver iniciativas adicionais neste âmbito.

O CRN-SCMP aderiu a um programa de *benchmarking* promovido pela IASIST para centros de reabilitação. Desta forma, os resultados em saúde e a performance do CRN serão comparados com os do Alcoitão, CMR do Sul e o Instituto Guttmann/Barcelona.

No final de 2014, o CRN-SCMP foi sujeito à auditoria de 1.ª fase, tendente à certificação do Centro pela norma ISO 9001 pela entidade SGS.

Os inquéritos de qualidade aos utentes e colaboradores estão a ser realizados pela entidade SGS.

Ainda neste capítulo, informa-se que a EG dispõe de estruturas internas, designadamente Gabinete de Auditoria Interna e Gabinete de Auditoria Clínica e Qualidade que, sistematicamente, recolhem e analisam evidências, compilam informação e validam resultados, permitindo a monitorização do exercício do Acordo de Gestão, nas suas várias vertentes.

O desafio que se coloca à Santa Casa, nesta fase, é continuar a melhorar a sua capacidade de resposta, de modo a fazer do CRN o mais moderno equipamento do Serviço Nacional de Saúde.



## 3.3. CENTRO HOSPITALAR CONDE DE FERREIRA

O Centro Hospitalar Conde de Ferreira foi a primeira construção de raiz feita em Portugal. Embora mantendo a estrutura física que tão bem o caracteriza como um marco na história da Psiquiatria portuguesa, sofreu algumas reestruturacões, quer a nível físico, quer humano, adaptando-se não só às necessidades dos utentes mas também à realidade atual num esforço de modernização.

O CHCF acolhe atualmente cerca de 320 doentes com patologia do foro psiquiátrico, nomeadamente, esquizofrenias, debilidades mentais (ligeira, moderadas e profundas), demências, patologias aditivas, casos sociais, entre outras.

### RECURSOS HUMANOS 2013 | 2014

RECURSOS HUMANOS	DATA 31-12-2013	DATA 31-12-2014
PESSOAL DIRIGENTE	2	1
MÉDICOS	7	7
ENFERMEIROS	63	62
TDT	6	6
TEC. PROF; TEC E TEC SUPERIORES (a)	15	13
ADMINISTRATIVOS	14	11
PESSOAL AUXILIAR (b); (c)	99	95
OPERÁRIOS	5	5
CAPELÃO	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>212</b>	<b>201</b>

(a) Não contempla 2 colaboradores do quadro que se encontram de licença sem vencimento em 2013 e 2014.

(b) Não contempla 1 colaborador do quadro que se encontra de licença sem vencimento em 2013.

(c) Não contempla 2 colaboradores do quadro que se encontram de licença sem vencimento em 2014. NÃO CONTEMPLA CONTRATOS TERMO INCERTO (Substituição colaboradores já considerados nos efetivos).

No cumprimento do plano estratégico do CHCF realizaram-se trabalhos sobre:

- Reabilitação do CHCF, visando a Unidade de Doentes de Alzheimer, considerando urgente e necessária a abertura de um serviço com internamento completo.
- Reabilitação para os Inimputáveis, concluindo que a verificar-se um acordo com o Ministério da Justiça, se deve rever o valor da diária.
- Pedopsiquiatria e internamento/consultas. Concluiu-se que a primeira medida de desenvolver devia ser a criação de uma consulta de Pedopsiquiatria.
- Alargamento dos horários da consulta externa. As consultas externas passaram a realizar-se até às 20:00h.
- Atualização das normas de articulação do Mundo a Sorrir para os utentes do CHCF.
- Desenvolvimento de um estudo sobre a alimentação: Controle de Infeção; Circuito de Distribuição do serviço de restauração; Nutrição.
- Melhoramento dos circuitos da alimentação das roupas e da farmácia.
- Agilização da articulação dos estágios com o DRHFP.
- Realização dos trabalhos de investigação solicitados de acordo com as normas éticas.
- Reorganização das enfermarias, tendo culminado com a desativação da enfermaria A12.

### PRESTADORES DE SERVIÇOS 2013 | 2014

RECURSOS HUMANOS	DATA 31-12-2013	DATA 31-12-2014
MÉDICOS	0	0
OUTRO	4	1
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>1</b>

### 3.3.1. INDICADORES DE GESTÃO - SERVIÇO DE GESTÃO DE DOENTES

#### CENTRO HOSPITALAR CONDE FERREIRA

Utentes Internados			Novos Internamentos			Consultas Psicologia			Consultas Psiquiatria		
2013	2014	%	2013	2014	%	2013	2014	%	2013	2014	%
297	282	-5,67	167	94	-77,66	Agendadas 248	Agendadas 234	-5,98	Agendadas 2134	Agendadas 2302	+7,87
						Realizadas 207	Realizadas 192	-7,81	Realizadas 1789	Realizadas 1852	+3,52

No final do ano de 2014, registamos um total de 282 utentes internados, que se traduz num decréscimo de 5,67% em relação ao ano anterior. Saliente-se que, no final do ano de 2013, foram internados 50 utentes provenientes do Lar das Fontainhas, referentes ao Protocolo com a Segurança Social.

A Consulta Externa manteve a sua atividade de consultas de Psiquiatria e Psicologia, assim como a continuação da Consulta Solidária, verificando-se um aumento de 3,52% nas consultas realizadas de psiquiatria e uma redução de 7,81% nas consultas de psicologia.

## 3.4. SERVIÇO DE PSICOLOGIA E CENTRO DE DIA DE ALZHEIMER S. JOÃO DE DEUS

### 3.4.1. SERVIÇO DE PSICOLOGIA

#### Consulta Externa/Enfermarias

- Consulta psicológica e psicoterapia
- Avaliação psicológica
- Consulta Solidária
- Protocolo Liga dos Combatentes
- Avaliação Multidisciplinar para Internamento
- Acompanhamentos individuais
- Remediação cognitiva/estimulação cognitiva
- Reuniões técnicas
- Reuniões comunitárias
- Acompanhamento a saídas programadas
- Elaboração de relatórios/registos clínicos

#### Centro de Dia São João de Deus

Estimulação Cognitiva Individual e Grupal, Avaliação Neuropsicológica, Atendimento Individual, Atendimento a Famílias, Reuniões Técnicas, Acompanhamento a saídas programadas, Avaliação para Admissão, Registos Clínicos.

### 3.4.2. CENTRO DE DIA DE ALZHEIMER - S. JOÃO DE DEUS

Pretende este relatório demonstrar, de forma clara e sucinta, as atividades e ações desenvolvidas ao longo do ano de 2014, de forma a concretizarmos os objetivos deste Centro de Dia: preservar e estimular as capacidades psíquicas e a autonomia ainda conservadas, retardando a evolução da doença; promover a manutenção do utente no seu ambiente familiar; dar apoio aos familiares/ cuidadores; diminuir a institucionalização do doente em Unidades Residenciais ou Unidades de Cuidados Continuados, com consequentes benefícios terapêuticos e uma considerável redução de custos; recorrer ao uso combinado das terapias farmacológicas e não farmacológicas.

#### a) Movimento de Utentes

Durante o ano de 2014, foram admitidos no Centro de Dia 17 novos utentes e foram dadas 12 altas a pedido dos familiares. Terminamos o mês de dezembro de 2014 com 30 utentes, lotação máxima deste Centro. Foram realizadas 22 avaliações multidisciplinares para admissão no Centro de Dia.

#### b) Serviços Prestados

Cumpriu-se o previsto em regulamento interno e foram prestados os seguintes serviços: refeições (jantar incluído), transporte (apoio médio a 15 utentes), higiene (cuidados de higiene básicos, banho em situações específicas avaliadas pela equipa), serviços de enfermagem, psicologia, psiquiatria, terapia ocupacional, fisioterapia.

### 3.4.3. SERVIÇO DE TERAPIA OCUPACIONAL

#### a) Introdução

O Serviço de Terapia Ocupacional organiza todos os anos um Plano de Atividades adequadas à época e ao contexto hospitalar. O serviço promove, previne e reabilita utilizando atividades terapêuticas que façam sentido neste contexto. Estas atividades são estruturadas, adequadas ao programa de intervenção individual, promovendo as rotinas, a valorização e a responsabilização pessoal, diminuindo o isolamento social e a apatia. As atividades incluem ainda as festas sazonais, que permitem desenvolver e reforçar competências de relacionamento interpessoal, estimular a exploração e participação nestas atividades de lazer, e promover a iniciativa e a espontaneidade.

#### b) Movimento de Utentes

O nosso objetivo profissional é dar o melhor pelos nossos utentes. Assim, na definição de objetivos de reabilitação psicossocial temos em conta que cada utente é único e, como tal, tem um plano de atividades individual. Sempre foi nosso objetivo ter todos os utentes deste Centro Hospitalar inscritos nas atividades terapêuticas. Ainda não conseguimos mas já estamos perto. Primeiro, porque tem havido um esforço para que haja diversificação de atividades, segundo, porque em termos de equipa temos trabalhado em conjunto para que as falhas sejam atempadamente detetadas e corrigidas e, por fim, a melhoria da qualidade de serviços prestados.

#### c) Atividades Desenvolvidas

“Cantar as Janeiras”, “Festa de Carnaval”, “Festa da Primavera”, “Festa de Famílias - Peddy Papper”, Festa de Páscoa, “Torneio Jogos Mesa”, “Jogos Tradicionais”, “Festa de S. João”, “Época Balnear”, “Festa das Atividades”, “Dia Mundial da Saúde Mental”, “Festa de Magusto”, “Arca Natal”, “Exposição de Natal”, “Festa de Natal”.

#### d) Estágios

No ano de 2014, acolhemos os estágios em Terapia Ocupacional, da CESPU e da ESTSP/Instituto Politécnico do Porto.

## 3.5. DIVERSOS

No ano de 2014 iniciaram-se, ainda, as seguintes atividades transversais:

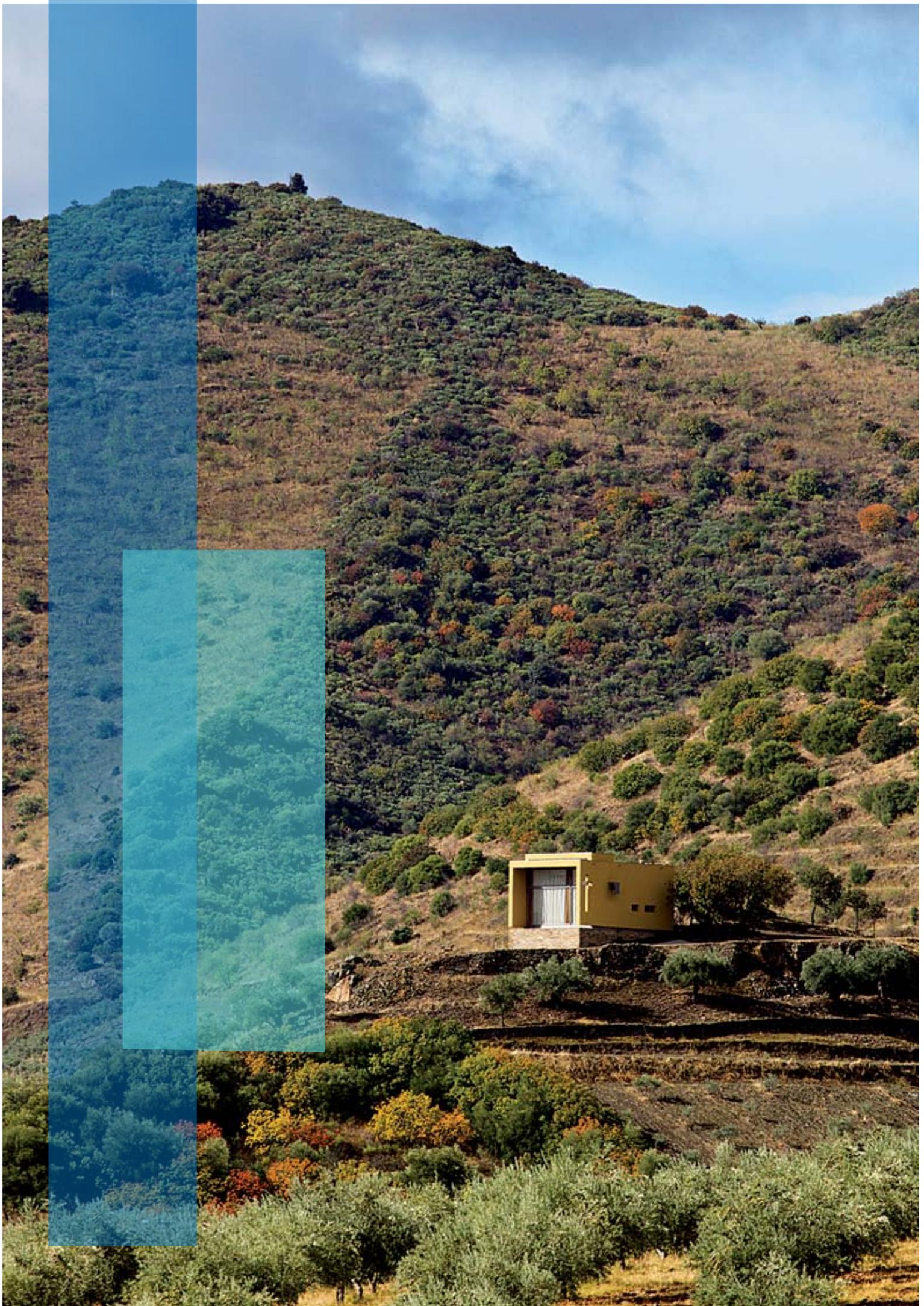
### 3.5.1. BANCO DE IDEIAS

Iniciou funções no último trimestre de 2014, esperando-se resultados em 2015. O objetivo é envolver toda a equipa no sentido de lançar ideias para obter mais rendimentos, menores gastos e melhorar a qualidade de serviço prestado para satisfação dos utentes e familiares.

### 3.5.2. HORTAS BIOLÓGICAS - PARQUE AVIDES MOREIRA

Fruto da reconversão da Quinta, iniciou-se o processo de abertura das inscrições para a cedência de 250 talhões, de aproximadamente 30m<sup>2</sup>, a um custo anual de 50€ ano (IVA incluído).





## 4. DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - QUINTA D'ALVA

O ano de **2014** caracterizou-se por quebras nas produções agrícolas, tal como era expresso pelas várias sondagens, contudo, a **Quinta D'Alva** enquadrou-se nas suas produções médias e superiores à média, ao longo de alguns anos.

Na agricultura, a ausência de um único fator de produção pode pôr em causa o resultado esperado, nomeadamente uma deficiência nutricional que, por vezes, no custo na correção é insignificante comparativamente com o resultado que pode proporcionar.

É de salientar que existem deficiências nutricionais expressivas na vinha, olival e citrinos, o que tem vindo a ser expresso nas análises ao solo e, consequentemente, nas produções.

No caso do olival, além das deficiências nutricionais, não se têm efetuado intervenções ao nível da poda, conduzindo a um esgotar progressivo da capacidade produtiva.

Além da vertente da produção, não menos importante é a forma de escoamento e valorização do produto, por vezes a transformação confere a este um valor acrescentado com rentabilidades mais aliciantes.

De modo a potenciar os resultados económicos da Quinta D'Alva, a Mesa considera ser o momento de alargar as áreas de intervenção e explorar todos os recursos nomeadamente: hotelaria, cinegética e observação de aves.

FRUTO	KG	FRUTO	KG
Laranja	3.180,00	Azeitona	45.242,00
Pêssego	1.038,5	Azeite	3100,00
Azeitona conserva	2.430,00	Uvas Sogrape	136.120,00
Uva de mesa	3.490,50	Amêndoa	69,00
Figos	93,50	Ameixa	2.247,00
Tangerina	340,00	Clementina	102,00
Diospiros	34,60		

Após analisadas e estudadas todas as formas e meios de potenciar os resultados a cinco anos, foi esboçado um Plano Estratégico com metas e objetivos claros e tangíveis.

Foram promovidas iniciativas na Quinta, com vista à sua sustentabilidade ambiental, económica e financeira, como a elaboração de cartografia com delimitação do perímetro da Quinta D'Alva em carta militar, carta de declives, carta hipsométrica, carta de orientação das encostas e Ortofotomapa, que servem de base para futuras análises e estudo.

No que concerne à produção de vinho, foi um ano positivo, atendendo que a produção se manteve dentro da média, mas com graduações excelentes (em duas castas fomos os melhores na Quinta da Leda) e uvas com grande qualidade e sem quaisquer problemas de sanidade.

A produção de azeitona enquadrou-se nas expectativas e foi conseguido um preço de venda muito bom e produziu-se uma quantidade de azeite como já não acontecia a alguns anos, de muito boa qualidade.

Aumentámos as produções de figo seco, amêndoa, uva de mesa, pêssego, tangerina, clementina e ameixa.

A intervenção no património teve como eixo duas áreas, uma ao nível dos imóveis e outra na conservação da natureza, com destaque para a autorização da realização de um projeto de criação de uma zona de caça turística, com o Diretor do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, com vista à criação de um observatório de espécies ameaçadas, em vias de extinção e endémicas.

A estratégia desenvolvida pela Mesa na última década começa agora a dar evidentes sinais de ser correta, com vista à criação de um projeto que liberte meios financeiros que assegurem a sua viabilidade.



## 5. ENSINO ESPECIAL CENTRO INTEGRADO DE APOIO A DEFICIÊNCIA (INSTITUTO S. MANUEL E INSTITUTO ARAÚJO PORTO)

*Tendo por base o Plano Estratégico 2013/2015, verificou-se que o ano de 2014 foi determinante na operacionalização de dois dos seus objetivos estruturantes:*

- *A reconversão da resposta social Lar de Apoio em Lar Residencial, que permitiu ao CIAD assumir uma resposta permanente, indo ao encontro das necessidades e expectativas de clientes e familiares;*
- *O alargamento da capacidade do Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), indo ao encontro das necessidades da comunidade e Segurança Social (que se encontra em profunda reestruturação de serviços), tendo triplicado a sua capacidade de resposta, passando a apoiar 90 clientes de CAO.*

Este processo de reestruturação interna do CIAD foi acompanhado de profundas mudanças **funcionais** e no **edificado**. A nível funcional, todo o edifício foi revisto, e abrindo-o à comunidade interna da SCMP, criando ainda o Centro de Terapia Ocupacional Nuno Lacerda. Funcionalmente, e atendendo a uma nova intervenção de escala, foi necessário rever os espaços e atividades, desenvolvendo-se mecanismos de gestão e controlo mais rigorosos, ao mesmo tempo que se alargou o quadro de cuidadores, integrando 14 novos elementos. Este efetivo processo de reinvenção institucional teve o seu corolário numa cerimónia de reabertura, no dia 15 de julho, presidida pelo Exmo. Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho, acompanhado do Sr. Secretário de Estado da Segurança Social, Dr. Agostinho Branquinho e Sua Excelência Reverendíssima António Francisco do Santos, Bispo do Porto.

Este processo de reestruturação incluiu, também, o Centro Professor Albuquerque e Castro, alvo de uma profunda reestruturação. Tendo sido, em 2013, deslocado para o CHCF, para um espaço que não permitia o total desenvolvimento desta resposta, o CPAC foi recolocado em instalações na Rua Costa Cabral, reestruturadas, de raiz, para poderem acolher a Imprensa Braille. Como resultado, e pela primeira vez desde a constituição deste serviço, o CPAC possui: (a) um espaço privilegiado de arquivo, disponível à comunidade; (b) um espaço aberto à comunidade (loja museológica), que permitirá a obtenção de novos clientes e a melhor disseminação dos serviços Braille. Funcionalmente, foi definida a figura do coordenador de serviço, que permitiu uma maior e melhor agilização do processo de gestão com as restantes estruturas do CIAD.

Seguidamente, apresentar-se-ão sumariamente os principais resultados e impactos do trabalho desenvolvido no CIAD ao longo de 2014.

Assumindo uma perspetiva holística, e de acordo com o referencial de qualidade EQUASS, o CIAD interveio nos diferentes princípios que suportam este sistema. Assim, apresentamos os três resultados mais significativos por indicador:

## LIDERANÇA

*Referente à “boa governação” da organização, imagem positiva e utilização eficiente de recursos, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva.*

Reconversão do Lar de Apoio em Lar Residencial e alargamento da valência de CAO de 30 para 90 clientes (visando a sustentabilidade das respostas oferecidas e económico-financeira); recolocação do CPAC em instalações próprias que proporcionam o crescimento deste serviço.

Realização de diferentes iniciativas, internas e externas, de disseminação da Missão e Visão do CIAD, nomeadamente, participação na Loja Solidária e Caminhada para a Inclusão.

Implementação de um negócio social com vista ao reconhecimento político-social da população-alvo do CIAD e contributo para autossustentabilidade do estabelecimento (DiverCiad).

## RECURSOS HUMANOS

*Supõe o recrutamento, a liderança e a gestão dos colaboradores e do respetivo desempenho, a sua qualificação e competência, as condições ambientais e de trabalho e o envolvimento com a gestão e a organização em geral, de forma a alcançar os objetivos organizacionais e assegurar uma prestação de serviços centrada no cliente/utilizador.*

Alargamento das diferentes equipas, nomeadamente, técnica, auxiliar e de manutenção (contratação de 12 cuidadores, 1 psicóloga, 1 fisioterapeuta, 1 professor de música e 1 prof. educação física.)

Realização de mais de 80% das ações de formação previstas no plano de formação anual.

Realização da análise de satisfação organizacional dos colaboradores através da aplicação de questionários desenvolvidos para o efeito.

## DIREITOS

*Pressupõe o compromisso da organização na defesa dos direitos dos clientes, em termos de igualdade de tratamento, de oportunidades de participação, de liberdade de escolha e de autodeterminação.*

Acompanhamento na C.M. Porto das obras de requalificação da Rua do Instituto S. Manuel, de acordo com o levantamento de necessidades efetuado pelos clientes do CIAD.

Avaliação do Plano Individual (PI), processo de registo que garante uma intervenção centrada nas necessidades, expectativas e potencialidades dos clientes.

Realização de atividades longitudinais em torno dos direitos das pessoas com deficiência e incapacidade ( e.g.: Caminhada para a Inclusão, abertura à comunidade durante o mês de agosto) .

## ÉTICA

*Assenta no compromisso da organização no respeito pela dignidade do cliente e significativos, protegendo-os de riscos indevidos, especificando competências profissionais, regulando comportamentos e promovendo a justiça social.*

Regulação de diferentes situações de processos de interdição e tutelas.

Ações de formação de ética e deontologia profissional.

Desenvolvimento de mecanismos de aproximação a pais/significativos por forma a alinhar a intervenção familiar e institucional.

## PARCERIAS

*Preconiza o trabalho da organização em conjunto com outras entidades no sentido de assegurar os resultados e continuidade ao nível da prestação dos serviços. As parcerias na prestação de serviços devem contribuir para um maior valor acrescentado em termos de resultados.*

Reforço nas atividades de exterior e alargamento da rede de parcerias estabelecidas.

Implementação de parcerias de suporte a Atividades Socialmente Úteis (ASU).

Participação no projeto “Ao alcance de Todos” com apresentação aberta ao público e em parceria com a Casa da Música, e continuidade à participação no projeto “Corpo Evento” com o Espaço t.

## ABRANGÊNCIA

*Remete para a necessidade de assegurar um contínuo integrado de serviços aos clientes, a adoção de uma visão holística das intervenções e do trabalho em parceria.*

Organização do IV Congresso Ibérico de Educação Especial, em parceria com a Universidade Fernando Pessoa.

Encaminhamento de clientes para estruturas próximas das respetivas áreas de residência, garantindo um a continuidade de serviços mas em contexto em que as respetivas redes sociais se tornam mais presentes e apoiantes.

Abertura do CIAD durante o mês de agosto à comunidade dando resposta à ocupação de pessoas com deficiência/incapacidade durante este período sem resposta na comunidade.

## ORIENTAÇÃO PARA O CLIENTE

*Remete para a necessidade de assegurar os processos de trabalho implementados, orientados pelas necessidades dos clientes, atuais e potenciais, com o objetivo de promover a sua qualidade de vida.*

Recuperação estrutural do CIAD (remoção de fibrocimento, colocação de isolamento térmico, colocação de betuminoso no pavimento exterior, guias/corrimãos e pintura interior e exterior do edifício) .

Seleção de ementa semanal por parte dos clientes mediante propostas do SAND.

Recuperação de espaços úteis para os clientes (Pavilhão Gimnodesportivo/Centro de Terapia Ocupacional Nuno Lacerda) e aquisição de equipamento específico visando um melhor bem-estar dos clientes.

## ORIENTAÇÃO PARA OS RESULTADOS

*Relaciona-se com a necessidade de estabelecer objetivos de trabalho percecionáveis e mensuráveis em termos de execução, significando benefícios efetivos para os clientes e restantes partes interessadas.*

Início do processo de reestruturação do SGQ para a nova realidade institucional.

Acompanhamento e avaliação às respostas sociais CAO e LR, pelo Instituto de Segurança Social I.P. – Centro Distrital do Porto.

Avaliação da satisfação e de desempenho.

## MELHORIA CONTÍNUA

*Relaciona-se com a necessidade de atuar em permanência sobre os fatores suscetíveis de gerar um desempenho e resultados mais favoráveis para a organização e todas as partes interessadas.*

Continuação do Sistema de Gestão da Qualidade, como forma de capacitação da instituição e garantia na prestação dos serviços de qualidade a todos os clientes.

Revisão dos principais instrumentos de trabalho no sentido da melhoria contínua de processos e procedimentos, metodologias e impressos em vigor na instituição.

Inclusão do novo serviço de auditoria interna da SCMP enquanto mecanismo de aferição do desempenho institucional.

## QUADRO SÍNTESE DE INDICADORES

INDICADORES	REALIZADO
TOTAL DE CLIENTES	1477
TOTAL DE COLABORADORES	70
TAXA GLOBAL DE SATISFAÇÃO	91.1%
TIPOLOGIAS DE AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	4
TOTAL DE PARCERIAS	51
TAXA DE EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE FORMAÇÃO	80.97%
TOTAL DE RECLAMAÇÕES	4
TOTAL DE SUGESTÕES	4
Nº DE PROJETOS DE INOVAÇÃO	5
<b>TAXA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE MELHORIA (PDQ)</b>	<b>92%</b>

## EXECUÇÃO DE OBJETIVOS

ESCOLA ESPECIAL				
INDICADOR	META	RESULTADO	TAXA EX	STATUS
Nº DE ALUNOS	2	1	50%	●
TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PEI	100%	60%	60%	●
TAXA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES PEI	80%	78.09%	78.09%	●
GRAU MÉDIO DE CUMPRIMENTO DO CEI/PIT	≥80%	52%	65%	●
Nº DE CLIENTES COM CONTINUIDADE INTERNA	3	1	50%	●
Nº DE CLIENTES ENCAMINHADOS (COM UNIDADE)	2	2	100%	●
Nº DE CLIENTES SEM RESPOSTA INTERNA	0	0	100%	●
PSICOLOGIA (Nº DE SESSÕES)	50	40	80%	●
TERAPIA OCUPACIONAL (Nº DE SESSÕES)	40	35	87.5%	●
FISIOTERAPIA (Nº DE SESSÕES)	50	70	140%	●
<b>TAXA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESCOLA ESPECIAL</b>			<b>81%</b>	

### CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS

INDICADOR	META	RESULTADO	TAXA EX	STATUS
Nº DE CLIENTES (1)	91	92	101.1%	●
Nº CAND. ENCAMINHADOS (COMUNIDADE)	3	3	100%	●
Nº TOTAL DE CANDIDATOS SAÍDOS	3	3	100%	●
TAXA DE CANDIDATOS ADMISSÍVEIS	80%	--	81%	●
N.º DE RESCISÃO DE CONTRATOS	--	3	3.2%	●
Nº DE CONTRATOS ESTABELECIDOS (1)	30	95	316.7%	●
Nº DE CANDIDATOS EM LISTA DE ESPERA	--	21	--	
N.º TOTAL DE NOVAS ADMISSÕES	64	65	101.6%	●
N.º DE CLIENTES COM PI (1)	30	95	316.7%	●
TAXA DE EXECUÇÃO AÇÕES DO P. INDIVIDUAL	≥80%	88%	110%	●
TAXA DE CLIENTES QUE ATINGEM OBJETIVOS PI	≥80%	28	90%	●
GRAU MÉDIO DE CUMPRIMENTO DO PI	≥80%	81%	101.25%	●
Nº DE CLIENTES COM CONTINUIDADE INTERNA	91	92	101.1%	●
Nº DE CLIENTES SEM RESPOSTA INTERNA	0	18		●
<b>TAXA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESCOLA ESPECIAL</b>			<b>126.89%</b>	

(1) Inclui os 61 clientes absorvidos da Seg. Social, que não se encontram previstos em PAA

### LAR RESIDENCIAL

INDICADOR	META	RESULTADO	TAXA EX	STATUS
Nº DE CLIENTES (1)	24	21	89.2%	●
Nº CAND. ENCAMINHADOS (COMUNIDADE)	7	12	171%	●
Nº TOTAL DE CANDIDATOS SAÍDOS	7	12	171.4%	●
TAXA DE CANDIDATOS ADMISSÍVEIS	80%	--	100%	●
N.º DE RESCISÃO DE CONTRATOS	--	12	36.4%	●
Nº DE CONTRATOS ESTABELECIDOS	30	33	110%	●
N.º TOTAL DE NOVAS ADMISSÕES	4	7	175%	●
N.º DE CLIENTES COM PLANO INDIV. (PI)	30	31	103.3%	●
TAXA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO PI	≥80%	89%	111.25%	●
GRAU MÉDIO DE CUMPRIMENTO DO PI	≥70%	84%	120%	●
TAXA DE CLIENTES QUE ATINGEM OBJ. PI	≥70%	25	89.28%	●
Nº DE CLIENTES SEM RESPOSTA INTERNA	--	17		●
<b>TAXA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DO LR</b>			<b>128.64%</b>	

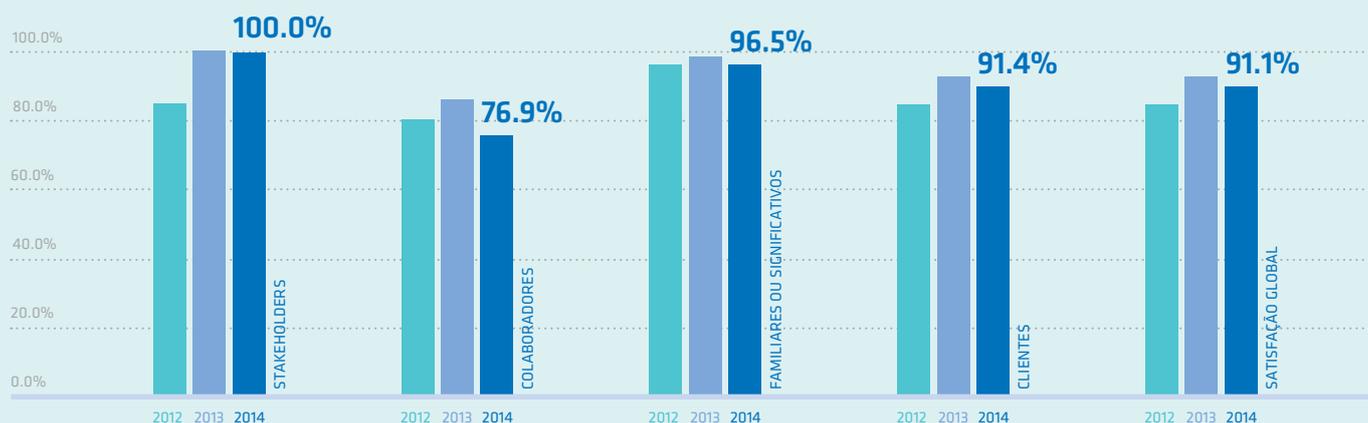
(1) Alteração da taxa de ocupação do LR (30 vagas para 21)

### FORMAÇÃO PROFISSIONAL

INDICADOR	META	RESULTADO	TAXA EX	STATUS
N.º FORMANDOS (A.V.HOTEL. + JARDINAGEM)	16	14	87.5%	●
VOLUME DE HORAS FORMAÇÃO	2400	2400	100%	●
N.º FORMANDOS EM CONT. DE TRABALHO (PCT)	16	14	87.5%	●
N.º DE HORAS EM PCT	666	666	100%	●
TAXA DE EX. AÇÕES PLANO IND. FORM. (PIF)	≥80	98%	122.5%	●
GRAU MÉDIO DE CUMPRIMENTO DO PIF	≥80	87%	108.75%	●
TAXA CLIENTES QUE ATINGEM OBJETIVOS PIF	≥80	100%	125%	●
N.º DE CLIENTES COM CONTINUIDADE INTERNA	16	14	87.5%	●
APRES. CANDIDATURA A CURSOS POPH	2	4	200%	●
CURSOS APROVADOS POPH	2	4	200%	●
<b>TAXA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DO FP</b>			<b>121.88%</b>	

### IMPRESA BRAILLE - CENTRO PROFESSOR ALBUQUERQUE E CASTRO

INDICADOR	META	RESULTADO	TAXA EX	STATUS
TOTAL DE CLIENTES INSTITUCIONAIS	10	10	100%	●
N.º DE NOVAS OBRAS PRODUZIDAS	25	17	68%	●
N.º DE VOLUMES PRODUZIDOS	140	61	43.57%	●
N.º DE EDIÇÕES (POLIEDRO)	11	11	100%	●
N.º DE EXEMPLARES (POLIEDRO)	3900	8963	229.82%	●
N.º DE EDIÇÕES (ROSA DOS VENTOS)	11	11	100%	●
N.º DE EXEMPLARES (ROSA DOS VENTOS)	3300	6282	100%	●
REIMPRESSÕES DE LIVROS	300	397	132.33%	●
REIMPRESSÕES DE LIVROS (VOLUMES)	1300	1321	101.61%	●
<b>TAXA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DO CPAC</b>			<b>118%</b>	



### AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO

A análise diacrónica dos valores relativos à avaliação de satisfação revela que, globalmente, as diferentes partes interessadas se encontram bastante satisfeitas com o desempenho institucional do CIAD ao longo dos últimos três anos. Contudo, os dados parecem evidenciar igualmente que a maioria das partes interessadas se encontra mais crítica e mais exigente em relação ao desempenho institucional.

A nível dos parceiros, parece verificar-se que o trabalho intencional de abertura do CIAD à comunidade se tem revelado uma efetiva mais-valia, reconhecida pelos parceiros.

O resultado que mais se diferencia da tendência global, prende-se com o grupo “Colaboradores” (-9,4% em relação ao ano anterior), que parece espelhar o descontentamento do subgrupo CPAC, relativamente à mudança de instalações para o Centro Hospitalar Conde de Ferreira.

A Mesa Administrativa tem aqui motivo de profundo orgulho já que este estabelecimento entrou num novo modelo de paradigma e é hoje, em Portugal, um exemplo de inovação na área da inovação.





## 6. EDUCAÇÃO COLÉGIO DE NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA

Dada a especificidade deste estabelecimento, este relatório abrange oito meses do ano letivo 2013/2014 e os quatro primeiros meses do ano letivo 2014/2015 e está organizado em várias áreas como Recursos Humanos, Infraestruturas, Atividades e Projetos desenvolvidos.

De um ponto de vista global, No ano **2014** destaca-se o cumprimento de dois objetivos propostos no Plano de Atividades:

- o acréscimo global de alunos do Colégio, com um saldo final de mais 15 discentes, correspondente a cerca de **2,7%** de incremento;
- a melhoria do trabalho pedagógico, de alguma forma expresso na obtenção da melhor posição de sempre no *ranking* das escolas secundárias.

O Colégio opera nas áreas da Educação e do Ensino, dividindo-se a sua intervenção por toda a área do ensino não superior: Creche, Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário.

*O ano letivo **2013/2014** foi um ano de grande crescimento – cerca de **26,8%** – sobretudo, graças à celebração de dois novos acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social, para a abertura de um novo núcleo de Creche e mais três salas da Educação Pré-escolar. Na senda deste crescimento, no atual ano letivo, o CNSE volta a aumentar o seu número de discentes.*

**O ANO LETIVO 2013/2014 CONCLUIU COM 558 ALUNOS, FREQUENTANDO NO CORRENTE 573 ALUNOS, DISTRIBUÍDOS CONFORME AS TABELAS ABAIXO:**

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Varição
Creche	37	40	39	40	83	83	=
Pré-escolar	61	58	68	92	139	146	+ 5%
1.º Ciclo	93	81	90	107	100	110	+ 10%
2.º e 3.º Ciclos	149	161	147	161	186	180	- 3%
Secundário	33	36	44	50	50	55	+ 10%
<b>TOTAIS</b>	<b>373</b>	<b>376</b>	<b>388</b>	<b>450</b>	<b>558</b>	<b>573</b>	<b>+ 2,7%</b>

a) Infantil

i. Creche – inclui os meninos dos 4 aos 36 meses. A evolução do número de alunos foi:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
BERÇÁRIO	10	6	6	5	19	19
1 ANO	11	17	14	14	28	29
2 ANOS	16	20	20	17	36	35
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>40</b>	<b>39</b>	<b>40</b>	<b>83</b>	<b>83</b>

EVOLUÇÃO CRECHE



ii. Pré-escolar – inclui os meninos dos 3 aos 5 anos. A evolução do número de alunos foi:

SALA	2009	2010	2011	2012	2013	2014
3 ANOS	20	21	24	25	49	49
4 ANOS	16	18	22	25	48	49
5 ANOS	25	19	22	25	42	48
MISTA				17		
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>58</b>	<b>68</b>	<b>92</b>	<b>139</b>	<b>146</b>

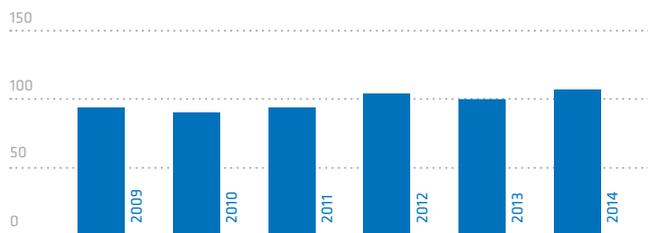
EVOLUÇÃO PRÉ-ESCOLAR



b) 1.º Ciclo do Ensino Básico – esta área inclui os quatro primeiros anos da escolaridade obrigatória. A evolução do número de alunos foi:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1º ANO	29	17	25	21	27	35
2º ANO	16	31	17	25	22	27
3º ANO	15	15	27	25	25	23
4º ANO	33	18	21	36	26	25
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>81</b>	<b>90</b>	<b>107</b>	<b>100</b>	<b>110</b>

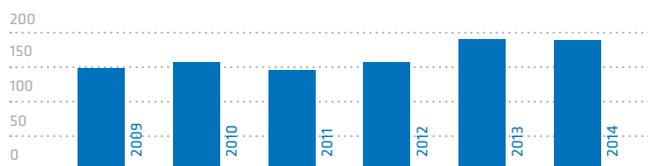
EVOLUÇÃO 1º CICLO



c) 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico – inclui os anos de escolaridade compreendidos entre o 5.º e 9.º. A evolução do número de alunos foi:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
5º ANO	38	45	17	40	45	48
6º ANO	40	36	44	18	46	38
7º ANO	24	33	37	42	20	36
8º ANO	29	19	28	35	41	20
9º ANO	18	28	21	26	34	38
<b>Total</b>	<b>149</b>	<b>161</b>	<b>147</b>	<b>161</b>	<b>186</b>	<b>180</b>

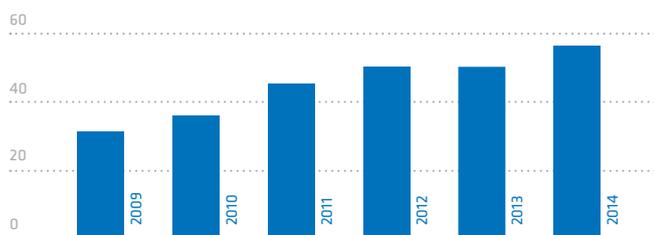
EVOLUÇÃO 2º E 3º CICLOS



d) **Ensino Secundário** – inclui os 10.º, 11.º e 12.º anos. O Colégio trabalha apenas com os cursos científico-humanísticos, aqueles predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos a nível superior. A evolução do número de alunos foi:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
10º ANO	9	18	18	15	17	24
11º ANO	12	7	18	18	10	17
12º ANO	12	11	8	17	23	14
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>36</b>	<b>44</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>55</b>

### EVOLUÇÃO SECUNDÁRIO



Os recursos humanos do Colégio tiveram uma pequena evolução em 2014, sobretudo nos serviços administrativos, com vista a qualificar e reorganizar todo o setor não pedagógico do CNSE. É desta forma que se justifica o aumento do pessoal não docente. As educadoras de infância contratadas em regime de estágio profissional, efetuaram entretanto um contrato a termo certo com a instituição.

As atividades praticadas no Colégio dividiram-se da seguinte forma:

### PESSOAL OPERACIONAL

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
EFETIVOS	34	33	29	28	27	29
CONTRATO A TERMO	1	1	1	2	2	4
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>34</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>29</b>	<b>33</b>

### PESSOAL DOCENTE

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
EFETIVOS	15	19	26	27	32	32
CONTRATO A TERMO	21	17	7	6	2	5
PREST. DE SERVIÇOS	12	12	13	15	10	11
ESTÁGIOS PROF.				1	2	
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>48</b>	<b>46</b>	<b>49</b>	<b>46</b>	<b>48</b>

#### a) Atividades Letivas

As atividades letivas correspondem àquelas que visam o cumprimento dos currículos nacionais para o ensino básico e para os cursos científico-humanísticos do ensino secundário. Foram aplicados exames e provas finais nacionais aos alunos que concluíam o 1.º, 2.º e 3.º ciclos, bem como aos alunos dos 11.º e 12.º anos de escolaridade. Regista-se a obtenção da melhor classificação de sempre no *ranking* do ensino secundário, integrando as trinta melhores escolas, num universo de 628.

FONTE	2014	2013	2012	2011	2010
PÚBLICO	62.	108.	228.	38.	29º

Como a hierarquização é elaborada segundo critérios diferentes, o jornal *Correio da Manhã* classifica o CNSE na 23.ª posição.



Ao nível da cidade do Porto, o CNSE conseguiu ficar na 5.ª posição, conforme ilustra a tabela seguinte.

POSIÇÃO	NOME	TIPO	DISTRITO	CONCELHO	MÉDIA DA CLASSIFICAÇÃO DE EXAME
6	Colégio Nossa Senhora do Rosário	PRI	Porto	Porto	14.45
10	Colégio Horizonte	PRI	Porto	Porto	13.99
16	Escola INED - Nevogilde	PRI	Porto	Porto	13.59
19	Grande Colégio Universal	PRI	Porto	Porto	13.44
<b>26</b>	<b>Colégio Nossa Senhora da Esperança</b>	<b>PRI</b>	<b>Porto</b>	<b>Porto</b>	<b>12.97</b>
29	Colégio Luso-Francês	PRI	Porto	Porto	12.89
31	Externato Ribadouro	PRI	Porto	Porto	12.68
48	Escola Secundária Aurélia de Sousa	PUB	Porto	Porto	12.10
50	Salesianos do Porto - Colégio	PRI	Porto	Porto	12.08
55	Escola Básica e Secundária Clara de Resende	PUB	Porto	Porto	12.02

Fonte: [http://www.jn.pt/multimedia/infografia970.aspx?content\\_id=4265245](http://www.jn.pt/multimedia/infografia970.aspx?content_id=4265245)

Digno de registo são ainda os resultados nas disciplinas de Português e de Matemática. Em Português conseguimos obter a 11.ª posição nacional, com uma média de 14,31 valores; em Matemática alcançamos o 13.º lugar, com uma média de 13,38 valores.

Ao nível do ensino básico, registou-se uma subida no 1.º ciclo e descidas nos 2.º e 3.º ciclos.

	2012	2013	2014
1º CICLO		444.	271.º
2º CICLO	239.	227.	551.º
3º CICLO	388.	149.	226.º

#### b) Atividades não letivas

Os alunos do 1.º ciclo beneficiaram de atividades de enriquecimento curricular - Expressão Física e Desportiva, Expressão Musical, Introdução à Informática, Ensino do Inglês, Introdução ao Espanhol, Expressão Plástica, Expressão Dramática, Atividades de Ciências e Matemática e Catequese.

Os alunos dos 2.º e 3.º ciclos e secundário tiveram atividades de Complemento Curricular, que funcionam como clubes - de Comunicação (Jornal / Rádio / Sítio), de Desporto (Basquetebol, Futsal, Ginástica Acrobática), do Ambiente, das Línguas, do Parlamento dos Jovens e do Xadrez.

**Decorreram ainda** atividades extracurriculares - **Karaté, Ballet, Natação, Ensino de Viola e Piano e Inglês (Pré-escolar)**. Os alunos do Karaté formam o **dojo** do Colégio de Nossa Senhora da Esperança, com cerca de 44 atletas, que logrou vários títulos no campeonato regional e nacional; as nossas alunas do ballet, cerca de 36 bailarinas, participaram no espetáculo “Capuchinho Vermelho”, no Teatro do Campo Alegre.

Importante destaque, pela vivência de cidadania, foi a comemoração dos 40 anos do 25 de Abril que contou com a participação de dois símbolos vivos desse momento e ambos Irmãos da Santa Casa, o General Alfredo Assunção e o Alferes Fernando Sotomayor.

As atividades desenvolvidas no Colégio de Nossa Senhora da Esperança visam a concretização da missão do estabelecimento, cumprindo com as obrigações perante os seus utentes e alunos. Procurando a sustentabilidade financeira por via do crescimento, da redução da despesa e da eficácia dos seus serviços, a evolução em cada uma das áreas atrás expostas visa a prossecução dos referidos desideratos.

Ao nível dos recursos humanos, o Colégio não registou alterações significativas no número de colaboradores. O crescimento não implicou um incremento de colaboradores na mesma proporção. Mantém-se a perspetiva de com os mesmos recursos servir mais alunos.

O Colégio leciona, atualmente, todo o espetro do ensino não superior. É importante divulgar todos os níveis de ensino, nomeadamente, o ensino secundário, que tem apenas dez anos de existência. Contudo, pelo que proporciona aos seus alunos e pelo nível que já atingiu, tem obrigação de atrair mais alunos, com o esforço que a Mesa pretende continuar a afirmar.





## 7. JUSTIÇA ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SANTA CRUZ DO BISPO (FEMININO)

*A 3 de janeiro de 2015, completaram-se dez anos de funcionamento do Protocolo celebrado entre a **Santa Casa da Misericórdia do Porto (S.C.M.P.)** e a **Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (D.G.R.S.P.)**, para a gestão do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo (Feminino).*

Foram dez anos recheados de aprendizagem e de experiências inovadoras que a S.C.M.P. introduziu no sistema prisional.

Dentro do leque de iniciativas, que muito contribuíram para o bem-estar da população reclusa, destacamos, como pioneira nos serviços prisionais, a informatização total do processo clínico, onde todos os colaboradores trabalham em rede, situação que, para além da eficácia e otimização de recursos, fez com que houvesse uma melhor prestação dos cuidados de saúde.

No setor laboral, com a maior taxa de ocupação de todos os Estabelecimentos Prisionais, o salário auferido pelas reclusas supera o praticado em todas as cadeias do país. Como mero exemplo, refira-se que das 317 reclusas, 242 trabalham, o que dá uma percentagem de 76,5% de ocupação laboral.

É de salientar que, no ano de 2014, houve um aumento da massa salarial recebida pelas reclusas de 41.943,66€, o que se traduz num total de 147.613,29€. No que ao Ensino diz respeito, temos também a maior taxa de adesão verificada no sistema Prisional, que se situa na ordem dos 33,02%.

São estes contributos, acompanhados do lado humanista que está na génese da S.C.M.P., que nos move a continuar a fazer o melhor para estas mulheres a quem a vida não compreendeu ou ajudou no sentido da sua reinserção social.

Foi obedecendo a este princípio de apoio à reinserção, que a S.C.M.P. concedeu Bolsas de Estudo às reclusas que ingressaram no Ensino Superior no corrente ano letivo e patrocinou a edição de um livro infantil, escrito também por uma reclusa do estabelecimento prisional.

As atividades desenvolvidas no universo do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo (Feminino), no que respeita à cooperação da Santa Casa da Misericórdia do Porto, foram variadas, com destaque para os Serviços Clínicos, onde passaram pelo estabelecimento 474 utentes, tendo-se registado 158 admissões e 151 saídas, sendo que a 31-12-2014 a população do EP era de 318 reclusas.

Na problemática aditiva, preservamos a premissa de que o estabelecimento prisional é uma “grande unidade livre de drogas”, pelo que mantivemos a atividade do Observatório da Toxicodependência {programas de substituição (metadona); antagonista opiáceo (naltrexona); desabituação de drogas/álcool e programa de controlo de consumos de drogas ilícitas}, porém, investimos no desenvolvimento de novos programas terapêuticos – PPR- Álcool; PPR Toxicodependência e Cessação Tabágica.

Os Serviços Clínicos contemplam ainda o Núcleo da Qualidade e Formação e Investigação, tangentes à prestação de cuidados de saúde, mas com elevado impacto na dinâmica organizacional, melhoria contínua da qualidade, formação permanente dos profissionais e atividade de educação para a saúde dirigida à população.

## QUADRO DA OCUPAÇÃO LABORAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL 1º SEMESTRE 2014

	JAN	FEV	MAR	ABRIL	MAIO	JUN
<b>1. N.º de Reclusas a Trabalhar nos serviços do E.P.</b>	<b>62</b>	<b>62</b>	<b>61</b>	<b>61</b>	<b>62</b>	<b>63</b>
1.3. Taxa de Ocupação Parcial / Serviços do E.P.	19.75%	19.43%	19.36%	19.55%	19.74%	19.32%
1.4. Média de Vencimentos por Reclusa em Euros	55.04€	49.7€	55.32€	49.46€	51.92€	50.98€
1.5 Vencimento mínimo por reclusa	1.7€	1.7€	1.7€	1,70 €	1,70 €	3.4€
1.6 Vencimento máximo por reclusa	98.4€	95.2€	105.4€	102€	105.4€	102€
<b>2. N.º De Reclusas a Trabalhar nas oficinas</b>	<b>150</b>	<b>145</b>	<b>179</b>	<b>155</b>	<b>167</b>	<b>182</b>
2.1. Taxa de Ocupação Parcial / Oficinas do E.P.	47.77%	45.45%	56.82%	49.68%	53.18%	55.83%
2.2. Média de Vencimentos por Reclusa	93.09€	77.1€	50.44€	61.62€	72.37€	46.88€
2.3 Vencimento mínimo por reclusa	0.18€	0.38€	0.23€	0.43€	0.19€	0.12€
2.3 Vencimento máximo por reclusa	313.81€	307.65€	277.84€	214.44€	182.41€	218.53€
<b>4. N.º de reclusas a trabalhar</b>	<b>212</b>	<b>207</b>	<b>240</b>	<b>216</b>	<b>229</b>	<b>245</b>
4.1 Taxa de ocupação laboral (oficinas, serviços)	67.51%	64.89%	76.19%	69.23%	72.93%	75.15%
<b>5. N.º de Reclusas em Ações de Formação</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>15</b>
5.1 Taxa de Ocupação Parcial/ Formação Profissional	4.78%	4.7%	4.76%	4.81%	4.78%	4.6%
<b>Total reclusas no E.P. no ultimo dia do mês</b>	<b>314</b>	<b>319</b>	<b>315</b>	<b>312</b>	<b>314</b>	<b>326</b>

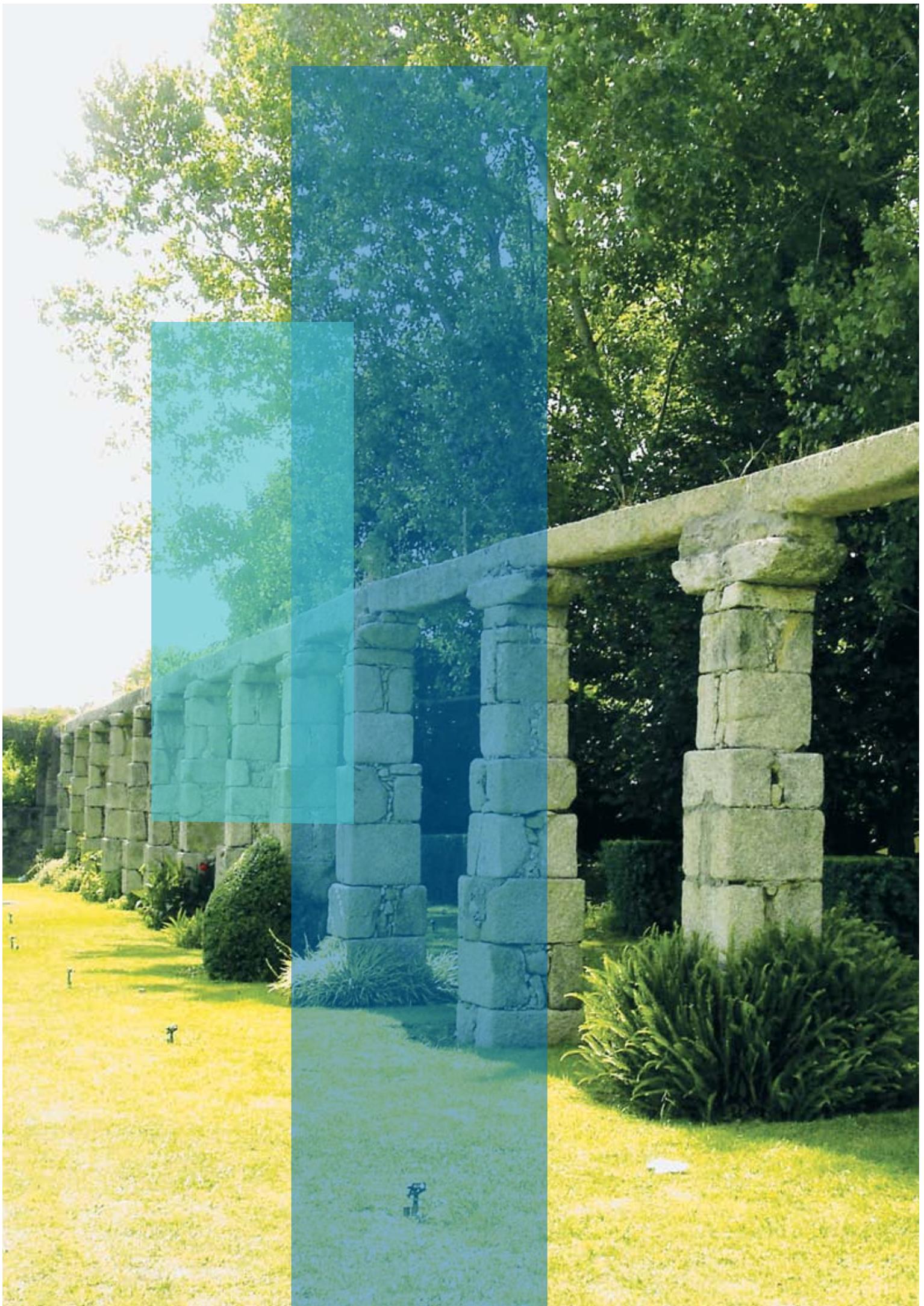


## QUADRO DA OCUPAÇÃO LABORAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL 2º SEMESTRE 2014

	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
<b>1. N.º de Reclusas a Trabalhar nos serviços do E.P.</b>	<b>65</b>	<b>61</b>	<b>67</b>	<b>66</b>	<b>57</b>	<b>60</b>
1.3. Taxa de Ocupação Parcial / Serviços do E.P.	19.88%	18.94%	21.27%	20.43%	17.7%	18.93%
1.4. Média de Vencimentos por Reclusa em Euros	54.13€	56€	52.74€	52.37€	61.23€	56.67€
1.5 Vencimento mínimo por reclusa	1.7 €	1.7 €	1.7 €	1.7 €	1.7 €	1.70 €
1.6 Vencimento máximo por reclusa	105.4 €	105.4 €	98.6 €	101.8 €	102 €	105.4 €
<b>2. N.º De Reclusas a Trabalhar nas oficinas</b>	<b>196</b>	<b>170</b>	<b>142</b>	<b>166</b>	<b>146</b>	<b>181</b>
2.1. Taxa de Ocupação Parcial / Oficinas do E.P.	59.94%	52.79%	45.08%	51.39%	45.34%	57.1%
2.2. Média de Vencimentos por Reclusa	76.49 €	82.22 €	125.72 €	77.13 €	77.36 €	68.24 €
2.3 Vencimento mínimo por reclusa	0.26 €	0.13 €	0.43 €	0.56 €	0.6 €	0.19 €
2.3 Vencimento máximo por reclusa	205.67 €	187.6 €	200 €	200 €	254.9 €	291.86 €
<b>4. N.º de reclusas a trabalhar</b>	<b>261</b>	<b>231</b>	<b>209</b>	<b>232</b>	<b>203</b>	<b>241</b>
4.1 Taxa de ocupação laboral (oficinas, serviços)	79.82%	71.74%	66.35%	71.83%	63.04%	76.02%
<b>5. N.º de Reclusas em Ações de Formação</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
5.1 Taxa de Ocupação Parcial/ Formação Profissional	0%	0%	0%	0%	0%	0%
<b>Total reclusas no E.P. no ultimo dia do mês</b>	<b>327</b>	<b>322</b>	<b>315</b>	<b>323</b>	<b>322</b>	<b>317</b>

O Serviço de Educação e Ensino composto por uma equipa de técnicos da Santa Casa da Misericórdia do Porto desenvolveu atividades que contribuíram para a prossecução dos objetivos da Direção do Estabelecimento Prisional em matéria de tratamento penitenciário.

Esta parceria conjunta, pioneira em Portugal, revela, assim, o regresso da Santa Casa ao cumprimento de uma das Obras de Misericórdia.



---

## 8. AMBIENTE PARQUE DA PRELADA

*O Parque da Prelada consolidou o seu projeto inicial, que evidencia o compromisso da Santa Casa da Misericórdia do Porto de “solidariedade com a natureza” e o cumprimento do legado de preservação de um dos maiores pulmões da cidade do Porto.*

Depois da conclusão das permutas com a Câmara do Porto, foi possível proceder à limpeza dos terrenos das matas adjacentes, onde a falta de qualidade ambiental e ecológica era manifesta, com o apoio do Regimento de Engenharia de Espinho e, para o qual, em muito contribuiu o Ministro da Defesa Nacional ao autorizar a sua participação.

Ao mesmo tempo, foi entregue a elaboração do Plano Estratégico do Parque que vai preservar a mancha verde, dando lugar a cultura, ao lazer e ao desporto como zonas de eleição. As parcerias irão envolver o Sport Clube do Porto, o Futebol Clube do Porto e a CDUP. Ou seja a formação no elevado rigor cívico dos jovens através do hipismo, do rãguebi e do futebol ao lado da cultura, com a recriação de zonas de ligação no Parque e na Quinta da Prelada irão permitir que, em 2016, a cidade do Porto tenha um outro pulmão verde numa aposta determinada e decisiva da Misericórdia do Porto na sua ligação aos portuenses.

04

NOTAS FINAIS

*Os resultados do trabalho que este Relatório espelha e que os números das Contas confirmam, evidenciam uma constante preocupação em criar valor para a Santa Casa da Misericórdia do Porto.*

Nos últimos seis anos foi possível adotar uma estratégia de crescimento sustentado num tempo de crise.

Foi possível compreender a importância das obras de Misericórdia para o cumprimento da nossa missão.

Foi assim fácil seguir o exemplo do Papa Francisco.

Reabilitámos o nosso património. Enaltecemos a nossa cultura, promovendo o surgimento da Revista de Medicina Social, com elaboração de 2 números (os 25 Anos do Hospital da Prelada; os 131 Anos do Centro Hospitalar Conde de Ferreira) e organizamos o 1º Encontro de Medicina Social / Saúde nos Lares com a presença das Santas Casas da Misericórdia da área Metropolitana do Grande Porto, num sinal que temos memória do nosso papel na comunidade envolvente.

Soubemos também estar à altura dos novos tempos, apostando na inovação e perceber a mudança do mundo e da Europa. Estar atento aos fundos comunitários do programa 2020 ou da Reabilitação Urbana são desígnios fundamentais para o nosso destino.

Esse destino é feito por homens e mulheres, crianças e jovens, idosos, famílias que são rostos e nomes e não só números. Sei bem o que isso representa para muita gente.

A Mesa Administrativa tem consciência desse esforço e desse empenho.

O nosso trabalho não seria possível sem os nossos colaboradores e colaboradoras que, na sua grande maioria, compreendem muitas das nossas opções para não abalar a sustentabilidade da Misericórdia do Porto.

O nosso muito obrigado a eles e às instituições, ao Governo, à Câmara Municipal do Porto e à União das Misericórdias Portuguesas.

Aos Irmãos e Irmãs que, no final do ano transacto, renovaram a confiança na minha liderança, o meu obrigado pelo voto de apoio simples mas decisivo.

Ao Senhor D. António Francisco dos Santos, Bispo do Porto, uma palavra de agradecimento pessoal e institucional, pela forma como soube compreender o nosso trabalho e mostrar por ele a curiosidade e o carinho que os mesmos merecem.

Os desafios que temos de vencer no nosso quotidiano nada mais são do que cumprir de uma forma determinada as Obras de Misericórdia lidas à luz da moderna doutrina social da Igreja.

A doutrina que o Papa Francisco manda cumprir ao serviço e para o serviço dos pobres. Afinal eles são a razão da nossa existência. São acima de tudo “os nossos acionistas.” São o afirmar de uma verdadeira cultura de solidariedade porque como diz Lucas (18:27) “as coisas impossíveis aos homens são possíveis a Deus”.

05

SÍNTESE ECONÓMICA  
E FINANCEIRA

## ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO PORTUGUÊS 2014

O ano de **2014** confirmou os cenários de incerteza económica em que vivemos. Este grau de incerteza revelou-se não só em termos nacionais mas também à escala global.

As dificuldades em que a economia portuguesa está mergulhada são visíveis e refletem-se no dia-a-dia das nossas empresas.

O tão desejado crescimento económico, vital para o desenvolvimento do país, tem vindo a evoluir de uma forma muito ténue revelando-se através de uma taxa de desemprego bem acima do desejável.

O nível dos nossos impostos e os cortes salariais que foram aplicados nos últimos anos são dados que se enquadram neste cenário de fragilidade em que nos encontramos.

Esperava-se para 2014 algumas melhorias na performance económica, o que veio a acontecer, ainda que de uma forma muito tímida. Verificou-se que esse crescimento foi mais acentuado nuns setores de atividade do que noutros.

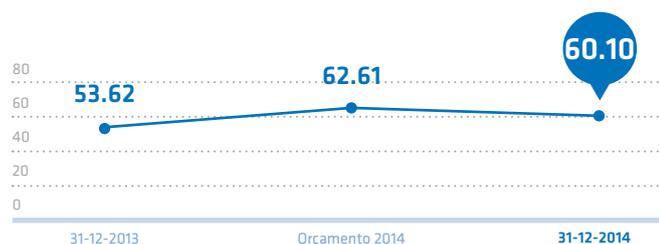
A evolução positiva que se faz sentir um pouco por todo lado e patente nos indicadores macroeconómicos mais recentes, acalentam expectativas mais positivas. Neste enquadramento a SCMP tem procurado sustentar a sua atividade não fugindo às suas responsabilidades enquanto garante de uma dedicação atenta e muito especial às questões sociais e aqueles mais necessitados. Para assegurar essa missão a SCMP tem procurado equilibrar de uma forma consolidada as questões de razão económica e financeira por forma a prosseguir com a sua missão.

Para isso tem adotado políticas muito cuidadas na aferição dos seus recursos. Só assim será possível edificar uma estrutura capaz de dar a necessária sustentabilidade nos projetos que desenvolve.

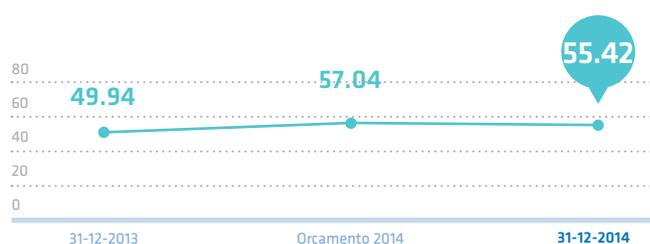
Assim, na avaliação dos resultados apresentados, referentes a 2014, podemos constatar o esforço despendido na interpretação dessas políticas conforme se demonstra nas peças contabilísticas e financeiras presentes neste relatório.

## INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO

Apresentamos um leque de indicadores que refletem com clareza a atividade económica e financeira da Instituição, não só referente ao exercício em análise e respetivo orçamento, bem como do exercício anterior, para as devidas comparações.



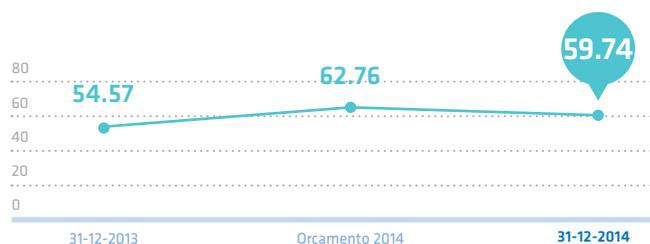
EVOLUÇÃO RENDIMENTOS EBITDA M€



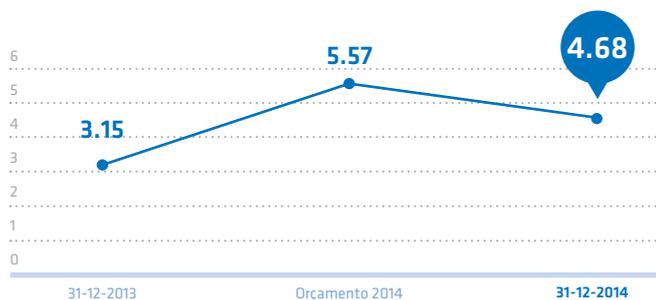
EVOLUÇÃO DOS GASTOS EBITDA M€



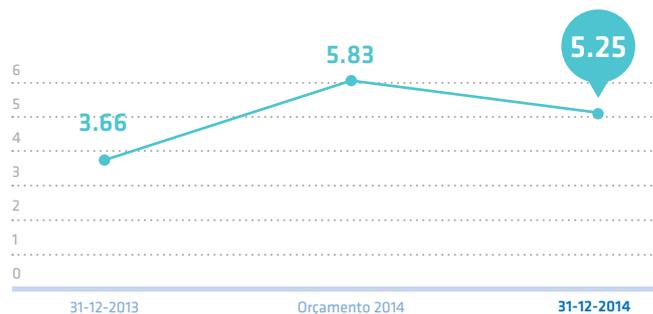
EVOLUÇÃO RENDIMENTOS GLOBAIS M€



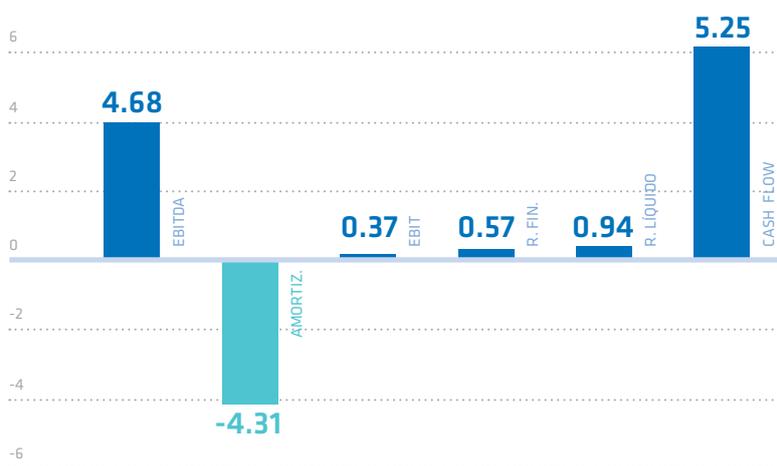
EVOLUÇÃO GASTOS GLOBAIS M€



**EVOLUÇÃO EBITDA**  
RESULTADO OPERACIONAL M€



**CASH FLOW M€**



**COMPOSIÇÃO CASH FLOW 2014 M€**

**ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS**

VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
**79,8%**

JUROS E RENDIMENTOS SIM. OBTIDOS  
**1,0%**

SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS  
**8,7%**

TRABALHOS PARA PRÓPRIA EMPRESA  
**0,5%**

AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIOS  
**0,2%**

IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER  
**0,2%**

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS  
**9,6%**

GASTOS COM PESSOAL  
**59,2%**

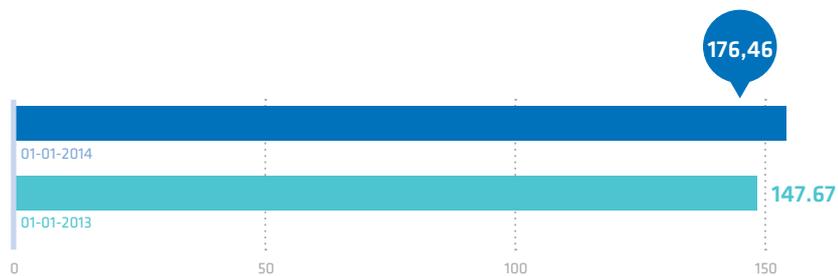
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS  
**23,5%**

PROVISÕES (PERDAS/REVERSÕES)  
**1,3%**

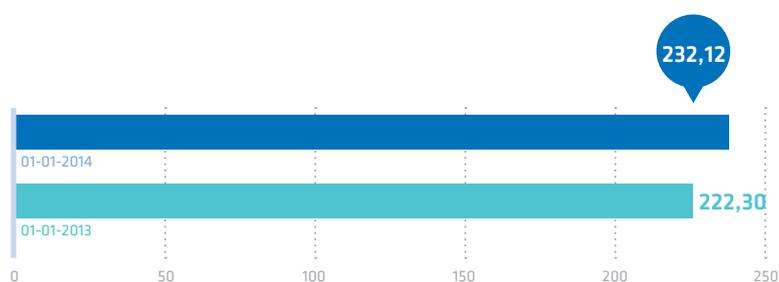
OUTROS GASTOS E PERDAS  
**0,6%**

GASTOS/REVERSÕES DE DEP. E AMORTIZAÇÃO  
**7,2%**

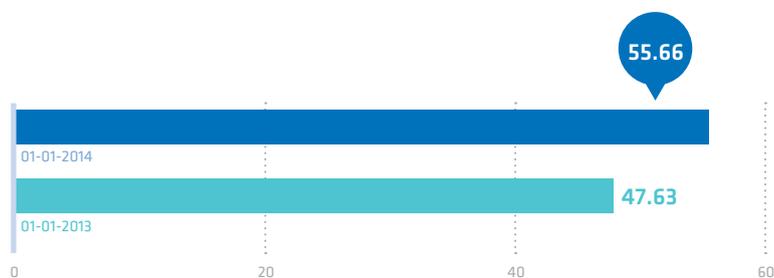
CMVMC  
**8,2%**



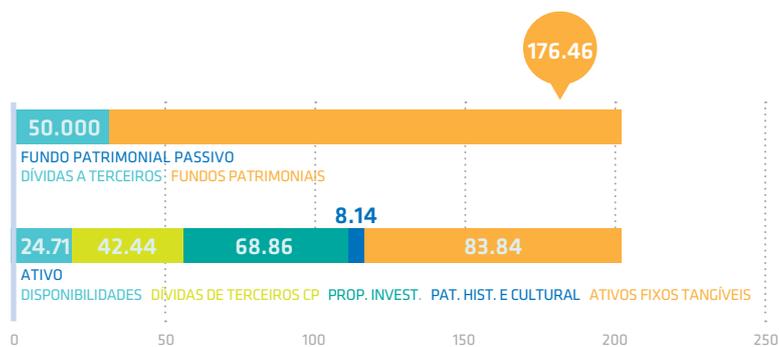
FUNDOS PATRIMONIAIS M€



ATIVO M€



PASSIVO M€



BALANÇO 2014 M€

06

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS



# 1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 1.1. BALANÇO

	NOTAS	31 DEZEMBRO 2014	31 DEZEMBRO 2013
Montantes expressos em Euros			
<b>ATIVO:</b>			
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	83 838 329,54	85 247 640,95
Bens do património histórico e cultural	7	8 142 219,09	8 052 978,18
Propriedades de investimento	8	68 855 918,84	69 827 185,21
Ativos intangíveis	9	2 083 048,42	498 811,88
Ativos biológicos	12	13 649,00	1 708,90
Outros investimentos financeiros		13 483,82	113,58
Outros ativos financeiros	13	805 821,45	822 954,00
Outras contas a receber	13	89 013,26	83 743,55
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>163 841 483,42</b>	<b>164 535 136,25</b>
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Inventários	12	892 638,89	786 810,37
Clientes	13	4 478 111,05	7 048 882,12
Adiantamentos a fornecedores		3 074,09	3 107,65
Estado e outros entes públicos	21	53 737,21	88 123,40
Fundadores/benem./patroc./doadores /associados/ membros		20 102,54	31 179,67
Outras contas a receber	13	37 885 643,39	32 626 978,64
Diferimentos	14	245 502,48	120 068,93
Caixa e depósitos bancários	4 e 13	24 701 544,46	17 055 054,36
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>68 280 354,11</b>	<b>57 760 205,14</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>232 121 837,53</b>	<b>222 295 341,39</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS:</b>			
Fundos		98 401 094,73	98 401 094,73
Reservas		1 450 030,04	1 450 030,04
Resultados transitados		23 813 074,77	24 483 996,31
Ajustamentos em ativos financeiros		(246 558,26)	(246 558,26)
Excedentes de revalorização		48 358 882,93	48 358 882,93
Outras variações nos fundos patrimoniais		3 747 668,58	3 191 448,56
Resultado líquido do exercício		939 626,14	(968 797,77)
<b>TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS</b>	<b>16</b>	<b>176 463 818,93</b>	<b>174 670 096,54</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões	17 e 18	3 998 504,80	3 899 729,33
Financiamentos obtidos	19	1 154 991,38	1 375 493,66
Outras contas a pagar	19	85 971,57	64 849,98
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>5 239 467,75</b>	<b>5 340 072,97</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	19	2 550 621,24	2 017 113,31
Adiantamentos de clientes	20	34 941 682,57	29 741 720,06
Estado e outros entes públicos	21	1 288 593,42	1 069 367,79
Financiamentos obtidos	19	220 586,57	219 832,35
Diferimentos	22	194 281,84	291 921,53
Outras contas a pagar	19	11 222 785,21	8 945 216,84
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>50 418 550,85</b>	<b>42 285 171,88</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>55 658 018,60</b>	<b>47 625 244,85</b>
<b>TOTAL DO FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO</b>		<b>232 121 837,53</b>	<b>222 295 341,39</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2014.

## 1.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Montantes expressos em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2014	2013
Vendas e serviços prestados	23	48 415 304,68	43 949 236,11
Subsídios, Doações e Legados à exploração	24	5 256 850,94	3 334 590,33
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10 e 17	4 942,73	11 737,00
Variação nos inventários da produção	12	11 940,10	(31 802,60)
Trabalhos para a própria entidade		292 643,52	408 753,03
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(4 916 903,37)	(5 168 783,34)
Fornecimentos e serviços externos	25	(14 031 211,07)	(11 898 040,13)
Gastos com o pessoal	26	(35 328 421,83)	(32 174 903,98)
Imparidades de inventários ((perdas)/reversões)	12	127 145,57	
Imparidades de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	13	170 379,76	(491 997,43)
Provisões ((aumentos)/reduções)	17	(779 298,93)	(432 668,08)
Aumentos/reduções de justo valor	13	(17 132,55)	46 442,81
Outros rendimentos e ganhos	28	5 830 193,75	5 867 855,93
Outros gastos e perdas	29	(357 282,78)	(265 862,04)
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>		<b>4 679 150,52</b>	<b>3 154 557,61</b>
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	27	(4 309 597,65)	(4 624 529,68)
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>		<b>369 552,87</b>	<b>(1 469 972,07)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	30	575 313,76	506 327,64
Juros e gastos similares suportados	30	(5 240,49)	(5 153,34)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>939 626,14</b>	<b>(968 797,77)</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	11		
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>939 626,14</b>	<b>(968 797,77)</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por natureza do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

## 1.3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO FUNDO PATRIMONIAL

	NOTAS	FUNDOS	RESERVAS
Posição em 1 de janeiro de 2013		98 401 094,73	1 450 030,04
Alterações no exercício:			
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior			
Efeitos do registo de doações obtidas no exercício			
Subsídios ao investimento			
Reconhecimento de subsídios ao investimento	28		
		<b>98 401 094,73</b>	<b>1 450 030,04</b>

### RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

### RESULTADO EXTENSIVO

### POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

98 401 094,73

1 450 030,04

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

## 1.4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO FUNDO PATRIMONIAL

	NOTAS	FUNDOS	RESERVAS
Posição em 1 de janeiro de 2014		98 401 094,73	1 450 030,04
Alterações no exercício:			
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior			
Ajustamentos aos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	5		
Subsídios ao investimento	16		
Reconhecimento de subsídios ao investimento	16 e 28		
		<b>98 401 094,73</b>	<b>1 450 030,04</b>

Resultado líquido do exercício

Resultado Extensivo

### POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

98 401 094,73

1 450 030,04

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

## - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2013

Montantes expressos em Euros

RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS
25 621 068,34	(256 752,30)	48 358 882,93	2 566 982,77	(1 126 877,99)	175 014 428,52
(1 137 072,03)	10 194,04			1 126 877,99	
			690 635,23		690 635,23
			329 280,00		329 280,00
			(395 449,44)		(395 449,44)
<b>24 483 996,31</b>	<b>(246 558,26)</b>	<b>48 358 882,93</b>	<b>3 191 448,56</b>		<b>175 638 894,31</b>
				(968 797,77)	(968 797,77)
				<b>(968 797,77)</b>	<b>(968 797,77)</b>
<b>24 483 996,31</b>	<b>(246 558,26)</b>	<b>48 358 882,93</b>	<b>3 191 448,56</b>	<b>(968 797,77)</b>	<b>174 670 096,54</b>

## - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2014

Montantes expressos em Euros

RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS
24 483 996,31	(246 558,26)	48 358 882,93	3 191 448,56	(968 797,77)	174 670 096,54
(968 797,77)				968 797,77	
297 876,23					297 876,23
			872 226,17		872 226,17
			(316 006,15)		(316 006,15)
<b>23 813 074,77</b>	<b>(246 558,26)</b>	<b>48 358 882,93</b>	<b>3 747 668,58</b>		<b>175 524 192,79</b>
				939 626,14	939 626,14
				<b>939 626,14</b>	<b>939 626,14</b>
<b>23 813 074,77</b>	<b>(246 558,26)</b>	<b>48 358 882,93</b>	<b>3 747 668,58</b>	<b>939 626,14</b>	<b>176 463 818,93</b>

## 1.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

	Montantes expressos em Euros			
	2014		2013	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>				
Recebimentos de clientes	55 027 661,99		42 346 674,61	
Pagamentos a fornecedores	(17 116 240,91)		(17 736 481,80)	
Pagamentos ao pessoal	(34 112 066,64)		(32 188 233,30)	
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>3 799 354,44</b>		<b>(7 578 040,49)</b>	
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento				
Outros recebimentos / (pagamentos)	1 547 564,85		5 872 796,47	
<b>Fluxos das atividades operacionais [1]</b>		<b>5 346 919,29</b>		<b>(1 705 244,02)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>				
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Ativos fixos tangíveis	(1 939 890,26)		(3 072 472,63)	
Ativos intangíveis	(633 186,68)		(170 239,09)	
Investimentos financeiros	(30 228,50)		(4 209,84)	
Outros ativos		(2 603 305,44)	(12 500,00)	(3 259 421,56)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Ativos fixos tangíveis	3 010,00		5 483,59	
Investimentos financeiros			32 196,85	
Outros ativos	4 444 773,46		4 287 132,96	
Subsídios ao investimento			310 710,36	
Juros e rendimentos similares	664 557,53		493 979,68	
Dividendos	8 432,81	5 120 773,80	12 902,90	5 142 406,34
<b>Fluxos das atividades de investimento [2]</b>		<b>2 517 468,36</b>		<b>1 882 984,78</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Doações			25 525,10	
Outras operações de financiamento				25 525,10
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Financiamentos obtidos	(222 219,39)		(219 441,31)	
Juros e gastos similares	(1 940,28)		(5 140,39)	
Outras operações de financiamento		(224 159,67)	(60 000,00)	(284 581,70)
<b>Fluxos das atividades de financiamento [3]</b>		<b>(224 159,67)</b>		<b>(259 056,60)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>		<b>7 640 227,98</b>		<b>(81 315,84)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>6 262,27</b>		
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>		<b>17 055 054,36</b>		<b>17 136 370,20</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO</b>		<b>24 701 544,46</b>		<b>17 055 054,36</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

## 1.6. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Santa Casa da Misericórdia do Porto (“Instituição”) tem a sua sede na Rua das Flores, nº 15, Porto.

A atividade da Instituição desenvolve-se nas seguintes áreas estratégicas: assuntos sociais, que inclui, nomeadamente, a sub-área da saúde (Hospital da Prelada, Centro Hospitalar Conde Ferreira e Centro de Reabilitação do Norte) e de apoio social; área dos projectos especiais (Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo); ensino e formação profissional; cultura e culto; bem-estar e ambiente e gestão do património; gerando as suas receitas mais significativas nas áreas da saúde e de apoio social, bem como as resultantes de aplicações financeiras e de outros investimentos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa, na reunião de 13 de março de 2015. As mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelo Definitório, nos termos do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### 3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”).

#### 3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Instituição concluiu no essencial o processo iniciado em exercícios anteriores relacionado com a identificação, titularidade, valorização e reconciliação do seu património imobiliário com os seus registos contabilísticos e, em simultâneo, adopção dos critérios de mensuração requeridos pelo Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Público Não Lucrativo (“SNC-ESNL”), do qual resultou a adoção dos seguintes critérios de valorização dos ativos fixos tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Instituição espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 1990 encontram-se registados:

(i) ao seu custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas, critério que vinha sendo utilizado em exercícios anteriores, ou

(ii) nas situações em que o critério referido na alínea anterior não vinha sendo corretamente aplicado, ou não existia informação completa e adequada que assegurasse a sua aplicação, os correspondentes ativos fixos tangíveis estão mensurados pelo montante determinado de acordo com o Justo Valor aproximado à data de 1 de janeiro

de 2012, o qual foi determinado pelo Valor Patrimonial Tributário apurado à data de 1 de janeiro de 2012, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas desde essa data, ou excepcionalmente, pelo montante de acordo com avaliações externas independentes efetuadas, com referência a 1 de janeiro de 2012, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas desde essa data.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 31 de dezembro de 1990 e até 1 de janeiro de 2012 encontram-se registados ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com as disposições legais, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As amortizações dos ativos fixos tangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes com os seguintes períodos de vida útil estimada:

CLASSE DE BENS	ANOS
Edifícios e outras construções	50-100
Equipamentos biológicos	25-50
Equipamento básico	6-9
Equipamento de transporte	5-6
Equipamento administrativo	12
Outros ativos fixos tangíveis	6

Os Equipamentos biológicos dizem respeito aos ativos biológicos de produção (essencialmente vinhas e oliveiras) localizado na Quinta D’Alva.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### 3.3. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, as edificações urbanas e propriedades rústicas que não se encontram afetas à atividade operacional da Instituição mas são detidas essencialmente para a obtenção de rendimento, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As amortizações das propriedades de investimento encontram-se a ser efetuadas linearmente e são registadas na rubrica “(Gastos)/ reversões de depreciação e de amortização”, considerando uma vida útil estimada de 50 anos.

As propriedades de investimento construídas ou adquiridas são mensuradas ao custo, enquanto que as propriedades de investimento recebidas por herança ou doação são registadas inicialmente ao justo valor, o qual é determinado pela avaliação efetuada por uma entidade especializada, ou, de acordo com o valor patrimonial tributário, na ausência de outra determinação de justo valor alternativo, por se entender que se aproxima do seu justo valor.

Os ativos da Instituição que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até ao momento em que o ativo se qualifica como propriedade de investimento, o mesmo ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais se espera a realização de atividades presentes ou futuras são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

### 3.4. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. A rubrica de “Ativos intangíveis” inclui essencialmente (i) direito associado ao contrato de concessão celebrado em 25 de novembro de 2013 (“Centro de Reabilitação do Norte” ou “CRN”), cujo custo

corresponde aos encargos com a aquisição de equipamentos para o CRN no âmbito do contrato celebrado, e (ii) gastos com programas de computador e licenças.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

CLASSE DE BENS	ANOS
Programas de computador	3-6

Os ativos intangíveis referentes a “Contrato de Concessão” referem-se a ativos relacionados com o direito de exploração do Centro de Reabilitação do Norte, os quais decorrem da adoção supletiva da IFRIC 12.

Estes direitos, pelo facto de se referirem à exploração de infra-estruturas que revertem para o concedente (Estado Português) no final do período de concessão, e na medida em que lhes é conferido o direito (licença) de cobrar um preço por este serviço, não sendo o mesmo um direito incondicional de receber dinheiro, dado que as quantias dependem da medida, em que o público utiliza o serviço, enquadram-se no modelo do Ativo Intangível previsto na IFRC 12 e, por conseguinte, todos os custos relacionados com o contrato e que dele não possam ser dissociados são registados como um ativo intangível. Estes ativos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada, em virtude de na data de extinção do Acordo de Gestão, a Instituição ter direito a uma quantia correspondente ao valor líquido contabilístico dos investimentos naquela data. As taxas de amortização utilizadas nos bens afectos à concessão correspondem às vidas úteis mencionadas na Nota 3.2. acima, em função da natureza respetiva dos bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou menor sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

## 3.5. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

## 3.6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS

As participações em subsidiárias são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Instituição nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Instituição incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de

aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como uma perda do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registradas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Instituição nos prejuízos acumulados da subsidiária excede o valor pelo qual o investimento se encontra registrado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Instituição tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Instituição retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias são eliminados proporcionalmente ao interesse da Instituição nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

### 3.7. INVENTÁRIOS

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

Os inventários da Instituição incluem igualmente artigos do património artístico, nomeadamente itens do arquivo histórico, porcelanas e pratos que se encontram registadas ao custo de aquisição.

O método de custeio dos inventários adotado pela Instituição consiste no custo médio.

## 3.8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Instituição se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF-ESNL 17 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

#### (i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

#### a) Clientes, utentes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

#### b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

#### **c) Fornecedores e outras contas a pagar**

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

#### **d) Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

#### **(ii) Imparidade de ativos financeiros**

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

#### **(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Instituição desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Instituição desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

## **3.9. SUBSÍDIOS DO GOVERNO**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições a ele associadas e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente imputadas numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio a favor da Instituição, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios são recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio pode tornar-se recebível pela Instituição como compensação por gastos ou perdas incorridos num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos” no mesmo exercício em que são reconhecidos os gastos das ações e atividades subsidiadas.

## **3.10. RÉDITO**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente das propriedades de investimento é registado na rubrica “Outros rendimentos e ganhos” (Nota 28).

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

### 3.11. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões.

### 3.12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a Declaração da Direcção Geral das Contribuições e Impostos de 26 de fevereiro de 1990, a Instituição encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas em relação às categorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários), agrícolas, de capitais, prediais e de mais-valias.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Mesa Administrativa da Instituição entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

### 3.13. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Instituição) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

### 3.14. PROVISÕES

As provisões são registadas quando a Instituição tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

## 3.15. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

### *Planos de benefícios definidos*

A Instituição tem um plano de benefícios definidos para complementos de reforma, mas apenas para colaboradores que já se reformaram em exercícios anteriores no âmbito da Caixa Privativa da Instituição e da Caixa Geral de Aposentações (Nota 18). A Instituição quantifica e regista uma provisão para fazer face aqueles encargos.

As responsabilidades da Instituição relacionadas com este plano são revistas em cada data de relato. Os ganhos e perdas actuariais são reconhecidos nos resultados na rubrica “Provisões (aumentos)/reduções”.

A Instituição não assume quaisquer responsabilidades por complementos de pensões com empregados no ativo.

## 3.16. ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

## 3.17. ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

## 3.18. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013 detalha-se conforme segue:

	31-12-2014	31-12-2013
NUMERÁRIO	40.406,52	51.994,81
DEPÓSITOS BANCÁRIOS IMEDIATAMENTE MOBILIZÁVEIS	401.565,44	333.109,55
APLICAÇÕES DE TESOURARIA	24.259.572,50	16.670.000,00
	<b>24.701.544,46</b>	<b>17.055.104,36</b>

A rubrica de “Aplicações de tesouraria” refere-se a montantes relacionados com aplicações de curto prazo, as quais se encontram efetuadas em sete diferentes instituições bancárias nacionais, e que vencem juros a taxas de mercado e são reembolsáveis até 3 meses.

## 5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Instituição concluiu no essencial o processo iniciado em exercícios anteriores relacionado com a identificação, titularidade, valorização e reconciliação do seu património imobiliário com os seus registos contabilísticos, do qual, resultou a identificação de um conjunto de erros, essencialmente relacionados com o processo de registo e valorização dos seus Edifícios e Propriedades de Investimento, adquiridos ou recebidos em doação em data anterior a 1990, bem como, nas correspondentes depreciações acumuladas. Em 2014, o processo foi concluído na íntegra, tendo ainda sido relevados nas demonstrações financeiras do exercício de 2014, acertos finais dos quais resultou a necessidade de registo de regularizações nestas rubricas, e cujo impacto ascendeu a 297.876,23 Euros, reflectido na rubrica “Resultados transitados” e cujo detalhe é como segue:

	31-12-2014
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (nota 6)	182.904,16
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (nota 8)	107.147,00
ATIVOS INTANGÍVEIS (nota 9)	7.825,14
	<b>297.876,23</b>

## 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

### 2014

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONST.	EQUIPAM. BÁSICO	EQUIPAM. DE TRANSPORTE	EQUIPAM. ADMINIST.	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	EQUIPAM. BIOLÓGICOS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
SALDO INICIAL	38.145.996,91	66.547.198,52	16.413.944,43	904.683,48	5.968.428,75	900.165,27	2.400.139,94	3.936.864,15	135.217.421,45
Aquisições		3.273,37	109.621,88	22.462,44	181.862,46	121,50		1.005.549,12	1.322.890,77
Transferências		3.907.481,46			14.759,34			(3.922.240,80)	
Regularizações de conciliação do cadastro	471.895,00	(1.109.719,35)	162.993,74	122.816,30	(339.537,09)	(132.185,56)		40.755,84	(782.981,12)
Abates			(80,00)		(23.595,51)				(23.675,51)
Regularizações		(149.210,95)							(149.210,95)
<b>SALDO FINAL</b>	<b>38.617.891,91</b>	<b>69.199.023,05</b>	<b>16.686.480,05</b>	<b>1.049.962,22</b>	<b>5.801.917,95</b>	<b>768.101,21</b>	<b>2.400.139,94</b>	<b>1.060.928,31</b>	<b>135.584.444,64</b>
<b>Amortizações Acumuladas:</b>									
Saldo inicial		28.044.072,73	15.110.419,95	789.460,01	5.154.300,76	764.017,13	107.509,92		49.969.780,50
Depreciações do exercício (Nota 27)		1.653.140,03	580.155,77	78.737,97	351.208,17	48.832,15	53.724,42		2.765.798,51
Regularizações de conciliação do cadastro		(892.147,47)	109.352,07	122.816,31	(189.647,69)	(116.258,50)			(965.885,28)
Abates			(62,79)		(23.515,84)				(23.578,63)
<b>SALDO FINAL</b>	<b>38.617.891,91</b>	<b>28.805.065,29</b>	<b>15.799.865,00</b>	<b>991.014,29</b>	<b>5.292.345,40</b>	<b>696.590,78</b>	<b>161.234,34</b>	<b>1.060.928,31</b>	<b>51.746.115,10</b>
	<b>38.617.891,91</b>	<b>40.393.957,76</b>	<b>886.615,05</b>	<b>58.947,93</b>	<b>509.572,55</b>	<b>71.510,43</b>	<b>2.238.905,60</b>	<b>1.060.928,31</b>	<b>83.838.329,54</b>

### 2013

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONST.	EQUIPAM. BÁSICO	EQUIPAM. DE TRANSPORTE	EQUIPAM. ADMINIST.	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	EQUIPAM. BIOLÓGICOS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Saldo Inicial	38.145.996,91	61.647.612,34	16.316.422,20	898.706,40	5.860.120,16	879.973,89	2.400.139,94	6.341.262,13	132.490.233,97
Aquisições		58.304,92	163.819,99	28.289,47	109.863,59	1.346,38		2.582.375,49	2.943.999,84
Transferências		4.841.281,26	7.114,69			19.065,00		(4.867.460,95)	
Abates			(73.412,45)	(22.312,39)	(1.555,00)	(220,00)			(97.499,84)
Outras variações								(119.312,52)	(119.312,52)
<b>SALDO FINAL</b>	<b>38.145.996,91</b>	<b>66.547.198,52</b>	<b>16.413.944,43</b>	<b>904.683,48</b>	<b>5.968.428,75</b>	<b>900.165,27</b>	<b>2.400.139,94</b>	<b>3.936.864,15</b>	<b>135.217.421,45</b>
<b>Amortizações Acumuladas:</b>									
Saldo inicial		26.446.680,32	14.220.131,72	729.611,12	4.716.088,53	708.450,78	53.754,96		46.874.717,43
Depreciações do exercício (Nota 27)		1.597.392,41	962.857,51	82.161,28	439.722,88	55.786,35	53.754,96		3.191.675,39
Abates			(72.569,28)	(22.312,39)	(1.510,65)	(220,00)			(96.612,32)
<b>SALDO FINAL</b>	<b>38.145.996,91</b>	<b>28.044.072,73</b>	<b>15.110.419,95</b>	<b>789.460,01</b>	<b>5.154.300,76</b>	<b>764.017,13</b>	<b>107.509,92</b>	<b>3.936.864,15</b>	<b>49.969.780,50</b>
	<b>38.145.996,91</b>	<b>38.503.125,79</b>	<b>1.303.524,48</b>	<b>115.223,47</b>	<b>814.127,99</b>	<b>136.148,14</b>	<b>2.292.630,02</b>	<b>3.936.864,15</b>	<b>85.247.640,95</b>

Em 31 de dezembro de 2014, os movimentos ocorridos na linha “Transferências” referem-se essencialmente à passagem a firme de um conjunto de obras na Unidade de Cuidados Continuados do Centro Hospitalar Conde Ferreira e obras relativas à instalação elétrica do edifício.

Em 31 de dezembro de 2014, os movimentos ocorridos na linha “Regularizações” referem-se a montantes relativos a Imposto sobre o Valor Acrescentado anteriormente adicionados ao custo de aquisição dos ativos fixos tangíveis e que no exercício de 2014 foram passíveis de dedução.

Em 31 de dezembro de 2013, os movimentos ocorridos na linha “Transferências” referem-se essencialmente à passagem a firme de um conjunto de obras de beneficiação e remodelação geral em edifícios da Instituição tais como Centro Cultural D. Francisco de Noronha, ampliação do Lar Pereira de Lima e Colégio Nossa Senhora da Esperança.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as aquisições registadas na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso” referem-se essencialmente a obras no Centro Cultural D. Francisco de Noronha e a obras no Centro Hospitalar Conde Ferreira, respetivamente.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Instituição finalizou o processo de reconciliação de determinadas classes de ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e ativos intangíveis, da qual resultou um aumento líquido nos ativos fixos tangíveis de 182.904,16 Euros e cuja contrapartida foi registada na rubrica “Resultados transitados” (Nota 5).

A repartição dos “Ativos fixos Tangíveis em Curso”, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, por projecto de investimento é como segue:

	2014	2013
MUSEU DA MISERICÓRDIA DO PORTO (“MMIPO”)	417.868,64	
CENTRO HOSPITALAR CONDE FERREIRA	249.362,04	3.649.650,11
HOSPITAL DA PRELADA “DR. DOMINGOS BRAGA CRUZ”	57.212,84	15.651,09
OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	336.484,79	271.562,95
	<b>1.060.928,31</b>	<b>3.936.864,15</b>

Em 31 de dezembro de 2014, as depreciações do exercício, no montante de 2.765.798,51 Euros (3.191.675,39 Euros em 31 de dezembro de 2013) foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 27).

## 7. BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Em 31 de dezembro de 2014, a Instituição apresenta bens relacionados com o património histórico e artístico que se considera oportuno preservar por razões de natureza histórico/cultural, e que se apresenta como traço característico o facto de não poderem ser substituídos, no montante de 8.142.219,09 Euros (8.052.978,18 Euros em 31 de dezembro de 2013). Estes bens, de acordo com o normativo aplicável, NCRF-ESNL, não são objeto de depreciação.

## 8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

	2014
	<b>Propriedades de investimento</b>
	<b>Arrendadas</b>
<b>SALDO INICIAL</b>	<b>75.831.200,70</b>
Regularizações de conciliação do cadastro	(3.588.795,00)
<b>SALDO FINAL - QUANTIA BRUTA</b>	<b>72.242.405,70</b>
<b>SALDO INICIAL - AMORTIZAÇÕES</b>	<b>6.004.015,49</b>
Amortizações do exercício (Nota 27)	1.078.413,37
Regularizações de conciliação do cadastro	(3.695.942,00)
<b>SALDO FINAL - AMORTIZAÇÕES</b>	<b>3.386.486,86</b>
<b>SALDO FINAL - QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA</b>	<b>68.855.918,84</b>

As propriedades de investimento são objeto de contratos de arrendamento.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Instituição finalizou o processo de reconciliação de determinadas classes de ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e ativos intangíveis, da qual resultou um aumento líquido nas propriedades de investimento de 107.147,00 Euros e cuja contrapartida foi registada na rubrica “Resultados transitados” (Nota 5).

Em 31 de dezembro de 2013 a Instituição recebeu em doação um terreno para construção, na freguesia de Santo António da Charneca, concelho do Barreiro, Distrito de Setúbal, o qual foi registado pelo seu valor patrimonial tributário, por se entender que se aproxima do seu justo valor (Nota 16).

	2014		
	RENDIMENTOS DE RENDAS	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	RESULTADO
Arrendadas			
Propriedades de Investimento (Notas 27 e 28)	4.444.773,46	(1.078.413,37)	3.366.360,09

	2013
	<b>Propriedades de investimento</b>
	<b>Arrendadas</b>
<b>SALDO INICIAL - QUANTIA BRUTA</b>	<b>75.166.090,57</b>
Adições	
Aquisições	-
Doações	665.110,13
<b>SALDO FINAL - QUANTIA BRUTA</b>	<b>75.831.200,70</b>
<b>SALDO INICIAL - AMORTIZAÇÕES</b>	<b>4.768.557,72</b>
Amortizações do exercício (Nota 27)	1.235.457,77
<b>SALDO FINAL - AMORTIZAÇÕES</b>	<b>6.004.015,49</b>
<b>SALDO FINAL - QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA</b>	<b>69.827.185,21</b>

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

As propriedades de investimento são amortizadas de acordo com o método de quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas e de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.3.

As amortizações do exercício, no montante de 1.078.413,37 Euros (1.235.457,77 Euros em 31 de dezembro de 2013) foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 27).

O resultado acima evidenciado não inclui outros encargos afetos à gestão e manutenção das propriedades de investimento arrendadas.

	2013		
	RENDIMENTOS DE RENDAS	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	RESULTADO
Arrendadas			
Propriedades de Investimento (Notas 27 e 28)	4.237.132,97	(1.235.457,77)	3.001.675,20

## 9. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 2013, o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

### 2014

	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	ADIANTAMENTOS P/ CONTA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	CONTRATO DE CONCESSÃO CRN	TOTAL
<b>ATIVOS</b>					
Saldo inicial	897.264,06	41.142,38	74.033,90		1.012.440,34
Aquisições	43.329,97	704.024,55		1.236.808,24	1.984.162,76
Regularizações de conciliação do cadastro	222.540,15				222.540,15
Transferências	102.827,90	(479.193,87)	(74.033,90)	450.399,87	
Regularizações				57.634,41	57.634,41
<b>SALDO FINAL</b>	<b>1.265.962,08</b>	<b>265.973,06</b>		<b>1.744.842,52</b>	<b>3.276.777,66</b>
<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE</b>					
Saldo inicial	513.628,46				513.628,46
Amortizações do exercício (Nota 27)	247.586,77			217.799,00	465.385,77
Regularizações de conciliação do cadastro	214.715,01				214.715,01
<b>SALDO FINAL</b>	<b>975.930,24</b>			<b>217.799,00</b>	<b>1.193.729,24</b>
<b>ATIVOS LÍQUIDOS</b>	<b>290.031,84</b>	<b>265.973,06</b>		<b>1.527.043,52</b>	<b>2.083.048,42</b>

### 2013

	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	ADIANTAMENTOS P/CONTA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL
<b>ATIVOS</b>				
SALDO INICIAL	642.113,80	15.342,57	143.989,80	801.446,17
Aquisições	20.233,88	25.799,81	124.205,40	40.755,08
Transferências	194.161,30		(194.161,30)	
Outras variações	40.755,08			40.755,08
<b>SALDO FINAL</b>	<b>897.264,06</b>	<b>41.142,38</b>	<b>74.033,90</b>	<b>1.012.440,34</b>
<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE</b>				
Saldo inicial	316.231,94			316.231,94
Amortizações do exercício (Nota 27)	197.396,52			197.396,52
<b>SALDO FINAL</b>	<b>513.628,46</b>			<b>513.628,46</b>
<b>ATIVOS LÍQUIDOS</b>	<b>383.635,60</b>	<b>41.142,38</b>	<b>74.033,90</b>	<b>498.811,88</b>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Instituição finalizou o processo de reconciliação de determinadas classes de ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e ativos intangíveis, da qual resultou um aumento líquido nos ativos intangíveis de 7.825,14 Euros e cuja contrapartida foi registada na rubrica “Resultados transitados” (Nota 5).

Em 25 de novembro de 2013, a Instituição celebrou um Acordo de Gestão (“Acordo”) com a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. (“ARSN”), para a exploração do Centro de Reabilitação do Norte (“CRN”), em regime de concessão, com um modelo de exploração conforme previsto no Decreto-Lei 138/2013, de 9 de outubro. As principais bases do referido Acordo, pela sua importância e impacto na situação económica e financeira da Instituição, são:

- A Instituição tem a obrigação de assegurar a prestação de serviços de medicina física e de reabilitação, a instalação e exploração do CRN, bem como a manutenção e conservação do Edifício e a manutenção e conservação dos equipamentos integrantes do CRN. A Instituição fica, assim, investida na posse do CRN, o qual inclui o edifício, as obras subsequentes realizadas e os bens móveis afectos a esta atividade, não tendo o acordo por efeito a transferência da propriedade para a mesma;
- O Acordo tem prazo de três anos, renovável por períodos anuais posteriores, cujo limite máximo da concessão não poderá ultrapassar no seu conjunto os cinco anos.

- Com a extinção do Acordo, os bens e direitos afectos ao centro reverterão a favor ARSN, tendo, no entanto, a Instituição direito a receber o valor líquido dos bens adquiridos e afetos ao centro.

- Desta forma, e de acordo com o modelo do Ativo Intangível previsto na IFRC 12 (Nota 3.4), a Instituição apresenta o investimento efetuado no CRN a reverter para o concedente como um direito na rubrica de Ativos intangíveis, e procede à sua depreciação de acordo com o descrito na Nota 3.4.

A rubrica “Ativos intangíveis em curso” inclui o montante de 198.153,00 Euros, relativos ao CRN e dizem essencialmente respeito a equipamentos e programas de sistemas de informação, cuja entrada em funcionamento ainda não ocorreu até 31 de dezembro de 2014.

As amortizações do exercício, no montante de 465.385,77 Euros (197.396,52 Euros em 31 de dezembro de 2013) foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 27).

Os ativos fixos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.4.

## 10. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Instituição evidenciava o seguinte investimento em subsidiária:

### 2014

SUBSIDIÁRIA	SEDE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO	% DETIDA	PROPORÇÃO NO RESULTADO	(NOTA 17) PROVISÃO
CASA TESTA – COMÉRCIO DE LOTARIAS E NUMISMÁTICA, UNIPESSOAL, LDA.	Lisboa	472.647,38	511.179,17	(38.531,79)	4.942,73	100%	4.942,73	38.531,79

### 2013

SUBSIDIÁRIA	SEDE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO	% DETIDA	PROPORÇÃO NO RESULTADO	(NOTA 17) PROVISÃO
CASA TESTA – COMÉRCIO DE LOTARIAS E NUMISMÁTICA, UNIPESSOAL, LDA.	Lisboa	447.895,13	491.369,65	(43.474,52)	10.945,31	100%	10.945,31	43.474,52

A Casa Testa – Comércio De Lotarias e Numismática, Unipessoal, LDA, tem como atividade operacional a venda de lotaria clássica e popular, bem como a compra e venda de moedas antigas, ouro, prata e cobres, sendo uma das casas de apostas mais antigas no País.

Os investimentos em subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial em conformidade com a NCRF-ESNL.

A Instituição não se encontra a apresentar contas consolidadas na medida em que a sua única participada, Casa Testa, não é consi-

derada materialmente relevante para a realização do objetivo de as demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira das demonstrações financeiras da Instituição.

Em virtude de a proporção da Instituição nos resultados acumulados negativos da subsidiária ter excedido a quantia escriturada do correspondente investimento, a Instituição encontra-se a registar uma provisão no montante do Capital Próprio negativo da mesma (Nota 17).

## 11. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a Declaração da Direcção Geral das Contribuições e Impostos de 26 de fevereiro de 1990, a Instituição encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas em relação às categorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários), agrícolas, de capitais, prediais e de mais-valias.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo

das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Mesa Administrativa da Instituição entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e em 2013.

## 12. INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os inventários da Instituição eram detalhados conforme se segue:

	2014			2013		
	MONTANTE BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE	MONTANTE LÍQUIDO	MONTANTE BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE	MONTANTE LÍQUIDO
MERCADORIAS	59.822,38		59.822,38	58.322,75		58.322,75
MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	885.906,94	53.090,43	832.816,51	908.723,62	180.236,00	728.487,62
	<b>945.729,32</b>	<b>53.090,43</b>	<b>892.638,89</b>	<b>967.046,37</b>	<b>180.236,00</b>	<b>786.810,37</b>

## CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS E VARIAÇÃO DOS INVENTÁRIOS DE PRODUÇÃO

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhado conforme se segue:

	2014		
	MP, SUBSID.		
	MERCADORIAS	CONSUMO	TOTAL
SALDO INICIAL	58.322,75	908.723,62	967.046,37
Compras	268.944,82	4.690.969,64	4.959.914,46
Regularizações	(4.017,63)	(60.310,51)	(64.328,14)
Saldo final	59.822,38	885.906,94	945.729,32
<b>CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E DAS MAT. CONSUMIDAS</b>	<b>263.427,56</b>	<b>4.653.475,81</b>	<b>4.916.903,37</b>

	2013		
	MP, SUBSID.		
	MERCADORIAS	CONSUMO	TOTAL
SALDO INICIAL	55.942,10	911.684,19	967.626,29
Compras	302.253,72	4.890.490,69	5.192.744,41
Regularizações	(3.471,60)	(21.069,39)	(24.540,99)
Saldo final	58.322,75	908.723,62	967.046,37
<b>CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E DAS MAT. CONSUMIDAS</b>	<b>296.401,47</b>	<b>4.872.381,87</b>	<b>5.168.783,34</b>

## ATIVOS BIOLÓGICOS

A variação dos ativos biológicos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

	PRODUTOS ACABADOS	
	2014	2013
SALDO INICIAL	1.708,90	33.511,50
Saldo final	13.649,00	1.708,90
<b>VARIAÇÕES DOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO</b>	<b>11.940,10</b>	<b>(31.802,60)</b>

## PERDAS POR IMPARIDADE DE INVENTÁRIOS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as perdas por imparidade de inventários apresentaram o movimento conforme segue:

	2014	2013
SALDO INICIAL	180.236,00	180.236,00
Reversões	(127.145,57)	
<b>SALDO FINAL</b>	<b>53.090,43</b>	<b>180.236,00</b>

## 13. ATIVOS FINANCEIROS

### CATEGORIAS DE ATIVOS FINANCEIROS

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e em 2013 são detalhadas conforme segue:

ATIVOS FINANCEIROS	2014		2013			
	MONTANTE BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	MONTANTE LÍQUIDO	MONTANTE BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	MONTANTE LÍQUIDO
<b>NÃO CORRENTE</b>						
Ativos financeiros ao justo valor por resultados:						
Outras aplicações financeiras	805.821,45		805.821,45	822.954,00		822.954,00
	<b>805.821,45</b>		<b>805.821,45</b>	<b>822.954,00</b>		<b>822.954,00</b>
Ativos financeiros ao custo:						
Outras Contas a Receber	89.013,26		89.013,26	83.743,55		83.743,55
	<b>89.013,26</b>		<b>89.013,26</b>	<b>83.743,55</b>		<b>83.743,55</b>
<b>CORRENTE</b>						
Disponibilidades:						
Caixa e depósitos bancários	24.701.544,46		24.701.544,46	17.055.054,36		17.055.054,36
	<b>24.701.544,46</b>		<b>24.701.544,46</b>	<b>17.055.054,36</b>		<b>17.055.054,36</b>
Ativos financeiros ao custo:						
Clientes	5.372.856,08	(894.745,03)	4.478.111,05	8.072.815,11	(1.023.932,99)	7.048.882,12
Outras Contas a Receber	38.543.050,74	(657.407,35)	37.885.643,39	1.301.942,18	(734.656,26)	567.285,92
	<b>43.915.906,82</b>	<b>(1.552.152,38)</b>	<b>42.363.754,44</b>	<b>9.374.757,29</b>	<b>(1.758.589,25)</b>	<b>7.616.168,04</b>
	<b>69.512.285,99</b>	<b>(1.552.152,38)</b>	<b>67.960.133,61</b>	<b>27.336.509,20</b>	<b>(1.758.589,25)</b>	<b>25.577.919,95</b>

### OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica de “Outras aplicações financeiras” refere-se essencialmente a instrumentos financeiros cuja intenção da Instituição é de detenção por um período superior a um ano. O impacto da valorização ao justo valor destes instrumentos encontra-se registado na rubrica da demonstração dos resultados “Aumentos/(reduções) de justo valor”.

### OUTRAS CONTAS A RECEBER – ATIVO NÃO CORRENTE

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de “Outras contas a receber” do Ativo não corrente refere-se essencialmente à conta a receber da Casa Testa – Comércio de Lotarias e Numismática, Unipessoal, LDA, no montante de 60.000,00 Euros.

### CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica de “Outras contas a receber” do Ativo corrente refere-se essencialmente ao valor da prestação de serviços do exercício de 2014, ainda não faturado pelo Hospital da Prelada e pelo Centro de Reabilitação do Norte à A.C.S.S., nos montantes de, aproximadamente, 29.900.000 Euros e 5.900.000 Euros, respetivamente (31.800.000 Euros respeitantes ao Hospital da Prelada em 31 de dezembro de 2013). A emissão da respetiva faturação relativamente aos montantes referidos apenas ocorrerá após o encerramento de procedimentos administrativos junto das entidades respetivas, nomeadamente a homologação do contrato programa 2014 (Hospital da Prelada) e da realização da acta de fecho de contas do exercício de 2014 (Centro de Reabilitação do Norte).

Do montante total da receita referida acima, a Instituição já recebeu a título de adiantamento, o montante de aproximadamente 34.896.000 Euros (29.679.000 Euros em 31 de dezembro de 2013), refletido na rubrica “Adiantamentos de Clientes” (Nota 20).

Em 31 de dezembro de 2014 e em 2013, as perdas por imparidade da Instituição apresentavam-se conforme segue:

	<b>2014</b>				
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÕES	UTILIZAÇÕES	SALDO FINAL
IMPARIDADE DE CLIENTES	1.023.932,99	79963,21	(195.993,95)	(13.157,22)	894.745,03
IMPARIDADE DE OUTRAS CONTAS A RECEBER	734.656,26		(54.349,02)	(22.899,89)	657.407,35
	<b>1.758.589,25</b>	<b>79.963,21</b>	<b>(250.342,97)</b>	<b>(36.057,11)</b>	<b>1.552.152,38</b>

	<b>2013</b>				
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÕES	UTILIZAÇÕES	SALDO FINAL
IMPARIDADE DE CLIENTES	760.795,44	483.166,94	(119.017,03)	(101.012,36)	1.023.932,99
IMPARIDADE DE OUTRAS CONTAS A RECEBER	812.384,12	132.013,19	(4.165,67)	(205.575,38)	734.656,26
	<b>1.573.179,56</b>	<b>615.180,13</b>	<b>(123.182,70)</b>	<b>(306.587,74)</b>	<b>734.656,26</b>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram revertidas perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber no montante de 170.379,76 Euros (perdas por imparidade reconhecidas de 491.997,43 Euros em 31 de dezembro de 2013).

## 14. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” é constituída essencialmente por apólices de seguros multirisco, no montante de 154.700,66 Euros e 89.239,00 Euros, respetivamente.

## 15. GARANTIAS BANCÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2014, a responsabilidade da Instituição por garantias prestadas ascendia a 5.526.242,13 Euros, dos quais, (i) 3.989.824,52 Euros refere-se a uma garantia bancária relacionada com o empréstimo contraído junto da Caixa Geral de Depósitos no âmbito do Programa Especial de Realojamento nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto; (ii) 515.000,00 Euros a favor do Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; (iii) 483.110,25 Euros a favor do Ministério da Justiça - Direcção Regional dos Serviços Prisionais - Direcção dos Serviços de Gestão dos Recursos Financeiros Patrimoniais; (iv) 500.000,00 Euros a favor da Administração Regional de Saúde do Norte; e o remanescente, no montante de 38.307,36 Euros, refere-se a garantias prestadas a diversos terceiros.

## 16. FUNDOS PATRIMONIAIS

### FUNDOS PATRIMONIAIS

O valor do Fundo Social foi apurado em 1989, aquando da adopção, pela Instituição, do Plano previsto no Decreto-Lei nº 78/89, de 3 de março, que aprovou o “Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social - “PCIPSS”. Consequentemente, a situação patrimonial da Instituição (Fundo Social) foi apurada como resultado da avaliação dos seus ativos e do registo dos seus passivos naquela data.

### EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

Esta rubrica para além de reavaliações extraordinárias ao nível de ativos fixos tangíveis realizadas em exercícios anteriores, inclui também uma reavaliação ao abrigo da legislação aplicável de acordo com o Decreto lei nº 264/92, de 24 de novembro.

### RESULTADOS TRANSITADOS

Conforme deliberado pela Mesa Administrativa em 11 de março de 2014, o resultado líquido do exercício de 2013 foi transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

## OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

O movimento ocorrido nesta rubrica inclui a dedução do montante de 316.006,15 Euros (395.449,44 Euros a dezembro de 2013) relativo ao reconhecimento, em resultados, da parcela dos subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis (Nota 3.9), bem como o montante de 872.226,17 Euros relativo ao subsí-

dio obtido para a realização de obras de construção do Museu da Misericórdia do Porto.

No exercício de 2013, foi registado nestas rubricas o montante de 665.110,13 Euros, acrescido de 25.525,10 Euros em numerário, relativo ao registo de doação obtida (Nota 8).

## 17. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 2013 é detalhada conforme se segue:

	2014					
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	OUTRAS VARIAÇÕES	UTILIZAÇÕES	SALDO FINAL
PENSÕES A LIQUIDAR	3.856.254,81	779.298,93			(675.580,73)	3.959.973,01
PROVISÕES PARA PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS (NOTA 10)	43.474,52		(4.942,73)			38.531,79
	<b>3.899.729,33</b>	<b>779.298,93</b>	<b>(4.942,73)</b>		<b>(675.580,73)</b>	<b>3.998.504,80</b>

	2013					
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	OUTRAS VARIAÇÕES	UTILIZAÇÕES	SALDO FINAL
PENSÕES A LIQUIDAR	4.149.903,14	432.668,08			(726.316,41)	3.856.254,81
PROVISÕES PARA PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS (NOTA 10)	55.211,52		(10.945,31)	(791,69)		43.474,52
	<b>4.205.114,66</b>	<b>432.668,08</b>	<b>(10.945,31)</b>	<b>(791,69)</b>	<b>(726.316,41)</b>	<b>3.899.729,33</b>

### PENSÕES A LIQUIDAR

A rubrica de Pensões a liquidar refere-se a encargos para fazer face ao pagamento de pensões a liquidar no âmbito da Caixa Privativa e da Caixa Geral de Aposentações (Nota 18).

### PROVISÕES PARA PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica de “Provisões para participações financeiras” refere-se ao registo das provisões para a participação financeira na Casa Testa em virtude de a proporção da Instituição nos resultados acumulados negativos da subsidiária ter excedido a quantia escriturada do correspondente investimento financeiro (Nota 10).

A diminuição ocorrida no exercício de 2014 e 2013 na rubrica “Provisões para Participações financeiras” compreende a absorção do lucro do exercício de 2014 e 2013 da sua participada Casa Testa no montante de 4.942,73 Euros e 10.945,31 Euros, respetivamente e encontra-se registado na rubrica da demonstração dos resultados

“Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”.

### OUTROS POTENCIAIS COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2014, de acordo com os advogados da Instituição, existem processos judiciais em curso intentados contra a Instituição, dos quais se destacam:

- Processo comum interposto por 63 colaboradores contra o Hospital da Prelada - Dr. Domingos Braga da Cruz no ano de 2013 em que é peticionado a condenação da Instituição a pagar o montante de, aproximadamente, 1.190.000 Euros relativamente a diferenças salariais entre as remunerações pagas e as que deveriam ter sido auferidas por aqueles colaboradores;
- Ações interpostas por dois colaboradores do Hospital da Prelada - Dr. Domingos Braga da Cruz no ano de 2013 contra a Instituição em que os autores pretendem que a mesma seja condenada a pagar retribuições que entendem como devidas pela

colocação no serviço de disponibilidade, e conseqüentemente os diferenciais de retribuição média que entendem os autores ter direito, e cujo montante global petitionado ascende a, aproximadamente, 974.000 Euros;

- Ações declarativas de duas doentes destinadas à efetivação de responsabilidade médica, movida contra o Hospital da Prelada – Dr. Domingos Braga da Cruz e outros no ano de 2013, solicitando o pagamento de indemnização por danos que os autores padecem decorrentes de intervenção cirúrgica, e cujo montante global petitionado ascende a, aproximadamente, 1.568.000 Euros;

- Ação declarativa tendente à anulação de contrato de permuta de imóvel, movida contra a Instituição no ano de 2013, peticionando que a Instituição seja condenada a restituir as frações permutadas, bem como o valor de 2.603.251,16 Euros, acrescido de juros vencidos e vincendos. Subsidiariamente, requer o pagamento do valor de 927.938,66 Euros correspondente a parcela do imóvel transmitido à autora do processo.

A Mesa Administrativa considera que é remota a probabilidade do desfecho dos referidos processos resultar em responsabilidades para a Instituição com impacto relevante nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014, pelo que não refletiu qualquer provisão para eventual desfecho desfavorável dos mesmos.

## 18. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

### BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Os encargos com complementos de pensões de reforma, referem-se apenas a empregados já reformados, que estavam abrangidos pela Caixa Privativa da Instituição ou pela Caixa Geral de Aposentações, como segue:

- **Pensões - Caixa Privativa** - Na ausência de um regime de Previdência Social até 1959, a Instituição assumia, até àquela data, o compromisso de conceder aos seus empregados, inscritos na Caixa Privativa, prestações pecuniárias a título de pensões de reforma.

- **Pensões - Caixa Geral de Aposentações** - Com as nacionalizações dos Hospitais propriedade da Instituição, ocorridas na década de 70, os funcionários que estavam integrados nos seus quadros passaram a ser funcionários do Estado. No entanto, a Instituição mantém a responsabilidade pelos anos em que esses ex-funcionários estiveram ao seu serviço, relativamente às pensões que lhes são devidas. Os pagamentos dessas pensões são adiantados, na totalidade, pela Caixa Geral de Aposentações, a qual requer posteriormente à Instituição a liquidação desses encargos.

Em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis, a Instituição passou a considerar a cobertura integral das responsabilidades com planos de benefícios definidos (90% em 31 de dezembro de 2013).

De acordo com o estudo actuarial apresentado com referência a 31 de dezembro de 2014, o valor atual por serviços passados é conforme segue:

	31-12-2014	31-12-2013
a) Caixa Privativa	2.708.648,00	2.951.235,84
b) Caixa Geral de Aposentações	1.251.325,01	1.333.492,10
	<b>3.959.973,01</b>	<b>4.284.727,94</b>
<b>Provisões (Nota 17)</b>	<b>3.959.973,01</b>	<b>3.856.254,81</b>

Em 31 de dezembro de 2014, as responsabilidades acima referidas incluem 61 aposentados da Caixa Privativa e 140 aposentados da Caixa Geral de Aposentações (93 com pensão de aposentação e 47 com pensão de viuvez). Durante o exercício de 2014, verificaram-se 8 saídas da Caixa Privativa, 14 saídas da Caixa Geral de Aposentações, e 7 novas pensões de viuvez).

Os pressupostos actuariais utilizados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram os seguintes:

#### a) TAXAS DE REFERÊNCIA

Taxa de desconto	1,50%	2,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%

#### b) TABELAS DE MORTALIDADE DOS PENSIONISTAS

TV 88/90      TV 88/90

## 19. PASSIVOS FINANCEIROS

### FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 dezembro de 2014 e em 2013 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outras Contas a Pagar” apresentavam a seguinte composição:

PASSIVOS FINANCEIROS	2014	2013
<b>NÃO CORRENTE</b>		
Outras contas a pagar	85.971,57	64.849,98
	<b>85.971,57</b>	<b>64.849,98</b>
<b>CORRENTE</b>		
Fornecedores, conta corrente	2.550.621,24	2.017.113,31
Outras contas a pagar:		
Férias, subsídio de férias e outros encargos com o pessoal	6.153.952,40	5.712.940,78
Fornecedores de imobilizado	982.534,20	246.505,46
Adiantamentos de utentes	2.833.071,19	2.204.516,23
Outros credores e encargos a liquidar	1.253.227,42	781.254,37
	<b>11.222.785,21</b>	<b>8.945.216,84</b>
	<b>13.859.378,02</b>	<b>11.027.180,13</b>

A rubrica “Fornecedores de imobilizado” diz essencialmente respeito aos investimentos efetuados no Centro de Reabilitação do Norte e por liquidar em 31 de dezembro de 2014.

### FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos em 31 dezembro de 2014 e 2013 são detalhados conforme segue:

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	ENTIDADE FINANCIADORA	2014			2013			VENCIMENTO
		MONTANTE UTILIZADO		TOTAL	MONTANTE UTILIZADO		TOTAL	
		CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS:								
Contrato n° 6510012824820027	CGD	100.973,38	424.877,34	525.850,72	100.579,95	627.147,59	727.727,54	01-02-2021
Contrato n° 6510012824820019	CGD	119.613,19	730.114,04	849.727,23	119.252,40	748.346,07	867.598,47	01-02-2021
<b>Total financiamentos obtidos</b>		<b>220.586,57</b>	<b>1.154.991,38</b>	<b>1.375.577,95</b>	<b>219.832,35</b>	<b>1.375.493,66</b>	<b>1.595.326,01</b>	

Os empréstimos têm prazo de reembolso de 20 anos, com amortizações trimestrais iguais e sucessivas, a primeira das quais venceu-se em fevereiro de 2002. Adicionalmente os financiamentos beneficiam de uma bonificação de taxa de juro a suportar pelo Instituto Nacional da Habitação (INH) no montante de 75% e de 60% da taxa de referência, respetivamente para cada um dos contratos. A taxa de juro a suportar pela Instituição corresponde à taxa de juro contratual aplicada em cada período deduzida da bonificação do INH. Adicionalmente está previsto nos contratos de financiamento a atribuição por parte da Instituição de uma procuração notarial irrevogável a favor da CGD para garantia do capital global, a qual confere poderes à CGD, (numa situação de incumprimento por parte da Instituição das obrigações dos financiamentos), para constituir hipoteca sobre os prédios construídos nos fogos objeto de financiamento.

## 20. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica “Adiantamentos de clientes”, corresponde essencialmente aos adiantamentos efetuados por parte da ARS Norte, no montante de 34.896.000 Euros (aproximadamente 29.679.000 Euros em 31 de dezembro de 2013) (Nota 13).

## 21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2014 e em 2013 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2014		2013	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES		459.245,77		419.035,45
IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO	53.737,21	177.135,08	88.123,40	84.379,51
CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		644.057,21		560.136,63
OUTROS IMPOSTOS		8.155,36		5.816,20
	<b>53.737,21</b>	<b>1.288.593,42</b>	<b>88.123,40</b>	<b>1.069.367,79</b>

Em 31 de dezembro de 2014, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (Reembolsos pedidos) no montante de 53.737,21 (88.123,40 Euros em 31 de dezembro de 2013) diz respeito à restituição do IVA suportado pela Instituição nas aquisições de bens ou serviços relacionados com a construção, manutenção e conservação dos seus imóveis, ao abrigo do n.º1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º20/90, de 13 de janeiro.

## 22. DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2014 a rubrica do passivo corrente “Diferimentos” era constituída essencialmente por Rendas de Propriedades de Investimento, no montante de 107.357,60 Euros (188.305,66 Euros a 31 de dezembro de 2013).

## 23. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Instituição em 31 de dezembro de 2014 e em 2013 é detalhado conforme segue:

	2014	2013
VENDA DE BENS	486.972,50	471.316,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:		
Hospital da Prelada	33.179.215,86	34.658.048,73
Centro de Reabilitação do Norte	5.958.464,09	
Outros	8.790.652,23	8.819.871,38
	<b>48.415.304,68</b>	<b>43.949.236,11</b>
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE DE INVESTIMENTO (NOTAS 8 E 28)	4.444.773,46	4.237.132,97
	<b>52.860.078,14</b>	<b>48.186.369,08</b>

Relativamente ao Hospital da Prelada, a receita evidenciada é, essencialmente, proveniente de prestações de serviços realizados na área da saúde no âmbito do Acordo de Cooperação celebrado em 24 de outubro de 2008 entre a Administração Regional de Saúde do Norte e a Instituição, cujo prazo termina no ano de 2018, no montante de, aproximadamente, 30,3 milhões de Euros (32,1 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2013).

Ainda relativamente ao Hospital da Prelada, o Contrato-Programa de 2014 ainda não se encontra homologado pelo Ministério da Saúde, apesar de ter sido assinado pela Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., incluindo um valor de 30.283.739,67 Euros, montante que se encontra a ser especializado pela Instituição na rubrica do balanço “Outras contas a receber, credores por acréscimo de rendimentos” (Nota 13), registados por contrapartida da receita referente ao parágrafo acima.

A receita relativamente ao Centro de Reabilitação do Norte resulta do Acordo de Gestão celebrado em 25 de novembro de 2013 entre a Administração Regional de Saúde do Norte e a Instituição (Notas 3.4 e 9).

A rubrica “Vendas” é constituída, essencialmente, por vendas de produtos alimentares e de produtos farmacêuticos dos vários estabelecimentos da Instituição.

A rubrica “Rendimentos de Propriedade de Investimento” refere-se essencialmente às rendas obtidas pelo arrendamento dos imóveis classificados na rubrica “Propriedades de Investimento” (Notas 8 e 28).

## 24. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Instituição beneficiou dos seguintes subsídios:

SUBSÍDIO	2014	2013
<b>SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO:</b>		
<b>CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL DO PORTO</b>		
Terceira idade	1.201.044,30	954.492,13
Invalidez e reabilitação	1.849.172,15	420.118,65
Infância e juventude	937.219,71	735.673,72
Família e comunidade	814.575,47	711.913,28
Complementos por dependência		135.696,82
Prestação de Apoio na Saúde Mental		55.000,00
<b>OUTROS:</b>		
DGEE	20.306,85	24.079,25
IFAP	30.532,21	30.064,19
Fundo Social Europeu - IEFP	264.195,16	192.742,87
Outros	139.805,09	74.809,42
	<b>5.256.850,94</b>	<b>3.334.590,33</b>

As participações do Centro Regional de Segurança Social do Porto estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela Instituição, e são definidos de acordo com o número de Utentes dos serviços participados por esta entidade.

Em 31 de dezembro de 2014 encontra-se registado na rubrica “Fundo Social Europeu - IEFP” o montante de 161.486 Euros (186.038 Euros em 31 de dezembro de 2013), relacionado com os subsídios para as diversas ações de formação do POPH – Programa Operacional de Potencial Humano e Programa Arquimedes.

## 25. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme segue:

	2014	2013
SUBCONTRATOS	5.089.904,46	4.658.527,26
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	1.419.097,17	1.257.770,39
TRABALHOS ESPECIALIZADOS	1.146.742,69	1.062.997,94
LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	1.060.844,14	731.435,79
ELETRICIDADE	992.688,00	872.200,48
COMBUSTÍVEIS	839.112,75	778.868,96
HONORÁRIOS	763.600,15	588.695,99
VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	667.429,83	482.198,92
RENDAS E ALUGUERES	502.139,12	79.756,71
OUTROS SERVIÇOS	421.889,70	96.766,44
ÁGUA	376.889,02	468.044,74
COMUNICAÇÃO	273.129,17	282.155,63
OUTROS MATERIAIS	168.403,01	119.585,24
SEGUROS	167.863,30	150.689,83
ARTIGOS PARA OFERTA	115.998,57	19.629,62
OUTROS	25.479,99	248.716,19
	<b>14.031.211,07</b>	<b>11.898.040,13</b>

Em 31 de dezembro de 2014, o aumento ocorrido nos fornecimentos e serviços externos está essencialmente relacionado com o início de atividade do Centro de Reabilitação do Norte, com maior impacto nas rubricas de subcontratos, trabalhos especializados e rendas e alugueres.

## 26. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

	2014	2013
REMUNERAÇÕES CERTAS	22.423.060,88	20.453.839,86
REMUNERAÇÕES ADICIONAIS	6.725.937,13	6.173.247,65
INDEMNIZAÇÕES	11.859,28	12.284,43
ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	5.914.932,73	5.298.785,88
SEGUROS DE AC. TRABALHO E DOENÇAS PROF.	150.165,68	105.013,99
GASTOS DE AÇÃO SOCIAL	21.343,60	12.395,48
OUTROS	81.122,53	119.336,69
	<b>35.328.421,83</b>	<b>32.174.903,98</b>

O número médio de colaboradores ao serviço da Instituição durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 ascendeu a 1.351 e 1.187, respetivamente.

O aumento no número médio de colaboradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está essencialmente relacionado com o início de atividade do Centro de Reabilitação do Norte, que apresentou uma média de 121 colaboradores no exercício.

## 27. (GASTOS) / REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 2013 é conforme segue:

	2014	2013
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (Nota 6)	2.765.798,51	3.191.675,39
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (Nota 8)	1.078.413,37	1.235.457,77
ATIVOS INTANGÍVEIS (Nota 9)	465.385,77	197.396,52
	<b>4.309.597,65</b>	<b>4.624.529,68</b>

## 28. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 2013 é conforme segue:

	2014	2013
RENDIMENTOS SUPLEMENTARES:		
Outros rendimentos suplementares	817.627,04	713.811,49
Rendimentos de propriedades de investimento (Notas 8 e 23)	4.444.773,46	4.237.132,97
DESCONTOS DE PRONTO PAGAMENTO OBTIDOS	85.382,56	95.787,52
DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS	8.188,66	1.747,23
GANHOS EM INVENTÁRIOS	1.375,52	7.690,07
RENDIMENTOS E GANHOS EM INVESTIMENTOS NÃO FINANCEIROS	23.004,16	30.580,42
IMPUTAÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTOS	316.006,15	395.449,44
CORREÇÕES RELATIVAS A PERÍODOS ANTERIORES	37.532,30	207.484,69
OUTROS	96.303,90	178.172,10
	<b>5.830.193,75</b>	<b>5.867.855,93</b>

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Outros” inclui o montante de aproximadamente, 30.423 Euros (41.220 Euros em 31 de dezembro de 2013), referente a valores relativos a pensões de utentes do Centro Hospitalar Conde Ferreira que já faleceram e que não foram objeto de reclamação pelos respetivos familiares.

## 29. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 2013 é conforme segue:

	2014	2013
CORREÇÕES RELATIVAS A PERÍODOS ANTERIORES	194.356,18	52.571,00
DONATIVOS	66.074,26	95.104,71
QUOTIZAÇÕES	7.419,86	10.109,86
IMPOSTOS	30.459,83	41.041,69
PERDAS EM INVENTÁRIOS	16.118,82	23.452,26
GASTOS E PERDAS EM INVESTIMENTOS NÃO FINANCEIROS	96,88	13.543,86
DÍVIDAS INCOBRÁVEIS	6.713,27	3.085,47
OUTROS	36.043,68	26.953,19
	<b>357.282,78</b>	<b>265.862,04</b>

## 30. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 2013 são detalhados conforme segue:

	2014		2013	
JUROS SUPORTADOS				
Financiamentos bancários	3.173,28	3.173,28	3.061,79	3.061,79
OUTROS GASTOS DE FINANCIAMENTO		2.067,21		2.091,55
		<b>5.240,49</b>		<b>5.153,34</b>

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 2013 são detalhados conforme segue:

	2014		2013	
JUROS OBTIDOS				
Depósitos em instituições de crédito	553.394,46		484.251,03	
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	547,23		12.908,23	
Outros	21.372,07	575.313,76	9.168,38	506.327,64
		<b>575.313,76</b>		<b>506.327,64</b>

## 31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram eventos subsequentes que requeiram a divulgação nas demonstrações financeiras ou ajustamentos das mesmas.

07

CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DAS CONTAS





Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Inscrição na OROC nº 43  
Registo na CMVM nº 231

Bom Sucesso Trade Center  
Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º  
4150-146 Porto  
Portugal

Tel: +(351) 225 439 200  
Fax: +(351) 225 439 650  
www.deloitte.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia do Porto ("Instituição"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 que evidencia um total de 232.121.837,53 Euros e um fundo patrimonial de 176.463.818,93 Euros, incluindo um resultado líquido de 939.626,14 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Fundo Patrimonial e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações, as alterações no seu fundo patrimonial e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Mesa Administrativa, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do capítulo "Síntese Económica e Financeira" do Relatório de Actividades com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia do Porto em 31 de Dezembro de 2014, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu fundo patrimonial e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo.

Página 2 de 2

**Relato sobre outros requisitos legais**

5. É também nossa opinião que a informação financeira constante do capítulo "Síntese Económica e Financeira" do Relatório de Actividades é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 13 de Março de 2015

  
\_\_\_\_\_  
Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

08

EXPLORAÇÃO  
DEPARTAMENTAL

# ÁREAS DE EXPLORAÇÃO

## Centros de Resultados

### SAÚDE

Hospital da Prelada  
Centro Hospitalar Conde Ferreira  
Centro Reabilitação do Norte

### SOCIAL

S. Lázaro  
N.ª. Senhora Misericórdia  
Quinta Marinho  
Pereira Lima  
Residencial Fontainhas  
Casa de St.º. António  
Casa da Rua  
Centro Alojamento Social D. Manuel Martins  
Centro Alojamento Social Bento XVI

### PATRIMÓNIO DE RENDIMENTO

Complexos  
Parques de Estacionamento  
Outros

### EDUCAÇÃO

Colégio N.ª. Sr.ª. Esperança

### ENSINO ESPECIAL

Centro Integrado Apoio Deficiência  
(Instituto S. Manuel)

### JUSTIÇA

Estabelecimento Prisional Especial St.ª. Cruz Bispo

### AGRICULTURA

Quinta d'Alva

### AMBIENTE

Parque da Prelada

### JUVENTUDE

Colégio Barão Nova Sintra

### CULTURA

Museu  
Casa da Prelada

### ARTES GRÁFICAS

Artes Gráficas Serviços Imprensa  
Centro Professor Albuquerque Castro

### DEPARTAMENTOS CENTRAIS SERVIÇOS PARTILHADOS

Provedoria  
Depart. Gestão Administrativa e Património  
Depart. Contabilidade e Finanças  
Depart. Recursos Humanos e Form. Profissional  
Depart. Sistemas Informação  
Depart. Empreendedorismo Social e Comunicação  
Depart. Atividades Culturais  
Depart. Intervenção Social e Gerontológica Gabinete  
Auditoria Interna  
Gabinete Assuntos Jurídicos e Contencioso  
Gabinete Religioso e Culto  
Serviços de Saúde  
Sede

ÁREAS EXPLORAÇÃO  CONTAS	SAÚDE				JUSTIÇA E.P.E.S.C.B	ARTES GRÁFICAS
	HOSPITAL DA PRELADA	CENTRO HOSPITALAR CONDE FERREIRA	CENTRO REAB. DO NORTE	TOTAL		
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	33 179 216	4 225 120	5 958 464	43 362 800	1 974 991	32 010
VENDAS					290 530	3 062
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	33 179 216	4 225 120	5 958 464	43 362 800	1 684 461	28 948
Matrículas e mensalidades						
Outras	33 179 216	4 225 120	5 958 464	43 362 800	1 684 461	28 948
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	33 647	1 355 334	6 753	1 395 734	55 974	243 144
ISS, IP - Centros distritais		1 256 387		1 256 387		243 144
Outros	33 647	98 946	6 753	139 346	55 974	
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS						
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO						
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE						51 959
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-3 672 740	-369 067	-215 847	-4 257 654	-321 166	-23 950
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-5 355 289	-1 757 799	-1 790 341	-8 903 429	-942 103	-119 671
Subcontratos	-2 476 680	-958 771	-312 615	-3 748 066	-169 062	
Energia e fluidos	-796 092	-348 155	-282 680	-1 426 927	-264 435	-318
Outros	-2 082 517	-450 872	-1 195 046	-3 728 435	-508 605	-119 352
GASTOS COM PESSOAL	-17 354 120	-4 178 369	-3 729 354	-25 261 844	-564 802	-369 793
Remunerações certas	-9 641 156	-2 935 288	-2 353 916	-14 930 361	-420 129	-292 345
Remunerações adicionais	-4 616 550	-529 351	-724 163	-5 870 064	-48 296	-18 698
Formação profissional	-450			-450		
Encargos sobre remunerações	-2 959 085	-682 160	-618 103	-4 259 347	-91 415	-61 016
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-75 892	-20 578	-14 317	-110 787	-2 225	-1 693
Outros custos com o pessoal	-60 987	-10 993	-18 854	-90 834	-2 738	3 959
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)	127 146			127 146		
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	195 994	-10 591		185 403	-2 237	
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)		8 554		8 554		
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR						
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	622 627	349 716	46 315	1 018 658	6 603	127
OUTROS GASTOS E PERDAS	-48 739	-24 675	-2 235	-75 650	-50 140	-63
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIações, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>	<b>7 727 741</b>	<b>-401 778</b>	<b>273 755</b>	<b>7 599 718</b>	<b>157 119</b>	<b>-186 237</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 048 211	-709 109	-222 111	-1 979 432	-9 381	-31 208
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>	<b>6 679 530</b>	<b>-1 110 887</b>	<b>51 643</b>	<b>5 620 286</b>	<b>147 738</b>	<b>-217 444</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	491	228	192	910	110	
Juros e gastos similares suportados	-23	-38		-60	-163	
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>6 679 998</b>	<b>-1 110 697</b>	<b>51 835</b>	<b>5 621 137</b>	<b>147 686</b>	<b>-217 444</b>
Imposto sobre rendimento do período						
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>6 679 998</b>	<b>-1 110 697</b>	<b>51 835</b>	<b>5 621 137</b>	<b>147 686</b>	<b>-217 444</b>

Valores em euros

**-141-**  
EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL

AGRICULTURA	AMBIENTE	CULTURA	EDUCAÇÃO	ENSINO ESPECIAL	JUVENTUDE	PATRIMÔNIO DE RENDIMENTO	SOCIAL	DEPART. CENTRAIS SERVIÇOS PARTILHADOS	CONSOLIDADO
142 538	566	2 359	1 166 801	46 558	21 036	20 184	1 682 255	44 921	48 497 019
141 538	566	1 666	6 890	123			42 598		486 973
1 000		693	1 159 911	46 436	21 036	20 184	1 639 657	44 921	48 010 046
			1 006 001	41 197	20 166		1 601 043		2 668 408
1 000		693	153 909	5 238	870	20 184	38 615	44 921	45 341 639
30 532		2 820	582 412	630 421	355 618		1 762 887	197 309	5 256 851
			582 307	607 403	354 913		1 757 858		4 802 012
30 532		2 820	105	23 018	706		5 029	197 309	454 839
								4 943	4 943
11 940									11 940
2 370	88 476							247 377	390 183
-11 528	-265	-9 934	-47 401	-38 123	-42 977	-5 196	-182 945	-6 676	-4 947 815
-60 854	-66 121	-131 790	-425 166	-142 916	-186 385	-669 221	-1 800 359	-696 530	-14 144 546
	-590		-164 917	-73 457	-50 007		-883 805		-5 089 904
-10 544	-13 294	-7 940	-49 287	-17 240	-24 531	-56 801	-290 534	-47 724	-2 209 576
-50 310	-52 237	-123 850	-210 962	-52 219	-111 847	-612 420	-626 020	-648 805	-6 845 065
-109 963	-157 168	-310 175	-1 484 089	-812 321	-518 719		-3 137 323	-2 637 231	-35 363 429
-75 461	-119 426	-243 355	-1 147 044	-608 586	-379 376		-2 190 386	-2 016 592	-22 423 061
-8 488	-10 733	-12 417	-71 689	-68 408	-50 641		-415 564	-150 940	-6 725 937
								-983	-1 433
-17 773	-25 447	-52 581	-250 523	-130 251	-84 855		-509 730	-431 995	-5 914 933
-324	-816	-1 077	-5 880	-2 867	-2 218		-11 300	-10 979	-150 166
-7 918	-745	-745	-8 954	-2 209	-1 630		-10 344	-25 744	-147 900
									127 146
									170 380
									-779 745
									-17 133
31 283	614	317	57 622	13 414	22 785	4 549 153	61 685	59 378	5 821 640
-1 035	-194	-1 220	-5 020	-6 208	-5 463	-49 598	-102 007	-60 685	-357 283
35 284	-134 092	-447 624	-154 842	-309 175	-354 106	3 845 321	-1 715 808	-3 656 410	4 679 151
-99 497	-747	-175 545	-159 122	-82 718	-103 762	-1 073 815	-299 919	-294 453	-4 309 598
-64 213	-134 839	-623 169	-313 963	-391 893	-457 868	2 771 506	-2 015 726	-3 950 863	369 553
			116	309	165		997	572 705	575 314
			-11			-2 993	-136	-1 877	-5 240
-64 213	-134 839	-623 169	-313 858	-391 583	-457 703	2 768 513	-2 014 865	-3 380 035	939 626
-64 213	-134 839	-623 169	-313 858	-391 583	-457 703	2 768 513	-2 014 865	-3 380 035	939 626

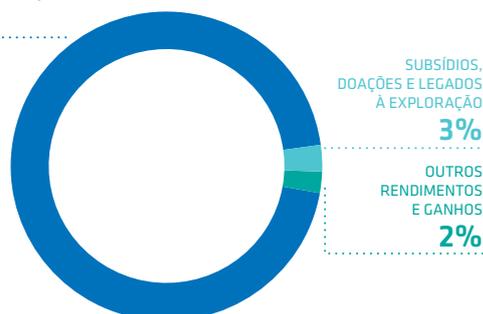
SAÚDE	REALIZADO 2014	ORÇAMENT. 2014	VALOR	DESVIO %	REALIZADO 2013	VALOR	DESVIO %
<b>VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>43 362 800</b>	<b>46 665 144</b>	<b>-3 302 343</b>	<b>-7</b>	<b>39 293 517</b>	<b>4 069 284</b>	<b>10</b>
<b>VENDAS</b>							
<b>PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>	<b>43 362 800</b>	<b>46 665 144</b>	<b>-3 302 343</b>	<b>-7</b>	<b>39 293 517</b>	<b>4 069 284</b>	<b>10</b>
Matrículas e mensalidades							
Outras	43 362 800	46 665 144	-3 302 343	-7	39 293 517	4 069 284	10
<b>SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO</b>	<b>1 395 734</b>	<b>1 505 018</b>	<b>-109 284</b>	<b>-17</b>	<b>208 367</b>	<b>1 187 367</b>	<b>1 247</b>
ISS, IP - Centros distritais	1 256 387	1 505 018	-248 631	-17	190 697	1 065 691	559
Outros	139 346		139 346		17 670	121 676	689
<b>GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS</b>							
<b>VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO</b>							
<b>TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE</b>							
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS</b>	<b>-4 257 654</b>	<b>-5 524 477</b>	<b>1 266 823</b>	<b>23</b>	<b>-4 479 946</b>	<b>222 293</b>	<b>5</b>
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>-8 903 429</b>	<b>-11 599 091</b>	<b>2 695 663</b>	<b>74</b>	<b>-7 254 986</b>	<b>-1 648 443</b>	<b>-73</b>
Subcontratos	-3 748 066	-5 219 743	1 471 677	28	-3 557 870	-190 197	-5
Energia e fluidos	-1 426 927	-2 202 376	775 449	35	-1 226 376	-200 551	-16
Outros	-3 728 435	-4 176 972	448 537	11	-2 470 740	-1 257 695	-51
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>-25 261 844</b>	<b>-24 397 454</b>	<b>-864 389</b>	<b>95</b>	<b>-22 974 279</b>	<b>-2 287 565</b>	<b>29</b>
Remunerações certas	-14 930 361	-14 027 727	-902 634	-6	-13 622 529	-1 307 832	-10
Remunerações adicionais	-5 870 064	-6 008 256	138 192	2	-5 335 995	-534 069	-10
Formação profissional	-450	-56 490	56 040	99	-5 815	5 365	92
Encargos sobre remunerações	-4 259 347	-4 100 097	-159 251	-4	-3 821 407	-437 940	-11
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-110 787	-106 666	-4 122	-4	-71 815	-38 973	-54
Outros custos com o pessoal	-90 834	-98 220	7 386	8	-116 719	25 885	22
<b>AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)</b>	<b>127 146</b>		<b>127 146</b>			<b>127 146</b>	
<b>IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)</b>	<b>185 403</b>		<b>185 403</b>		<b>-293 898</b>	<b>479 301</b>	<b>163</b>
<b>PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)</b>	<b>8 554</b>		<b>8 554</b>			<b>8 554</b>	
<b>IMPARIIDADE DE INVESTIM. NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR</b>							
<b>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</b>	<b>1 018 658</b>	<b>721 832</b>	<b>296 826</b>	<b>41</b>	<b>912 928</b>	<b>105 730</b>	<b>12</b>
<b>OUTROS GASTOS E PERDAS</b>	<b>-75 650</b>	<b>-14 500</b>	<b>-61 150</b>	<b>-422</b>	<b>-30 896</b>	<b>-44 754</b>	<b>-145</b>
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>	<b>7 599 718</b>	<b>7 356 471</b>	<b>243 247</b>	<b>3</b>	<b>5 380 806</b>	<b>2 218 912</b>	<b>41</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 979 432	-4 303 699	2 324 267	54	-2 326 731	347 299	15
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>	<b>5 620 286</b>	<b>3 052 773</b>	<b>2 567 514</b>	<b>84</b>	<b>3 054 075</b>	<b>2 566 212</b>	<b>84</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	910		910			910	
Juros e gastos similares suportados	-60		-60			-60	
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>5 621 137</b>	<b>3 052 773</b>	<b>2 568 364</b>	<b>84</b>	<b>3 054 075</b>	<b>2 567 062</b>	<b>84</b>
Imposto sobre rendimento do período							
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>5 621 137</b>	<b>3 052 773</b>	<b>2 568 364</b>	<b>84</b>	<b>3 054 075</b>	<b>2 567 062</b>	<b>84</b>

Valores em euros

## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

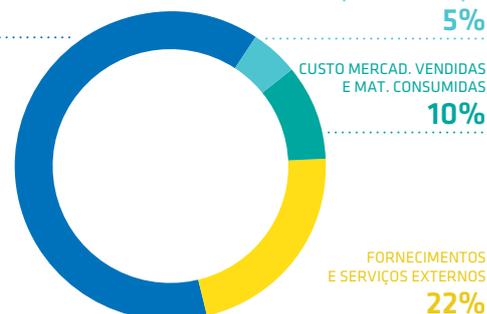
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

**95%**



GASTOS COM PESSOAL

**63%**



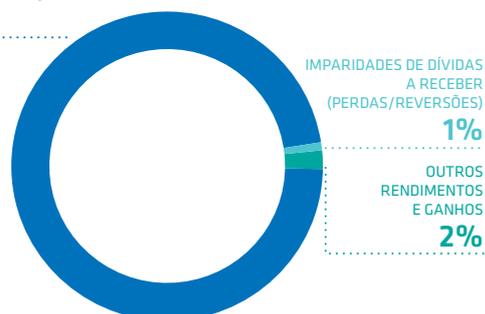
HOSPITAL DA PRELADA	REALIZADO 2014	ORÇAMENT. 2014	VALOR	DESVIO %	REALIZADO 2013	VALOR	DESVIO %
<b>VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	33 179 216	30 442 341	2 736 875	9	34 658 049	-1 478 833	-4
<b>VENDAS</b>							
<b>PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>	33 179 216	30 442 341	2 736 875	9	34 658 049	-1 478 833	-4
Matrículas e mensalidades							
Outras	33 179 216	30 442 341	2 736 875	9	34 658 049	-1 478 833	-4
<b>SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO</b>	33 647		33 647		14 000	19 647	140
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	33 647		33 647		14 000	19 647	140
<b>GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS</b>							
<b>VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO</b>							
<b>TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE</b>							
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS</b>	-3 672 740	-4 100 300	427 560	10	-4 116 767	444 027	11
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	-5 355 289	-5 574 398	219 109	4	-5 722 305	367 016	6
Subcontratos	-2 476 680	-2 569 900	93 220	4	-2 676 107	199 427	7
Energia e fluidos	-796 092	-963 700	167 608	17	-884 621	88 530	10
Outros	-2 082 517	-2 040 798	-41 719	-2	-2 161 577	79 060	4
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	-17 354 120	-15 845 799	-1 508 321	-10	-19 007 741	1 653 621	9
Remunerações certas	-9 641 156	-8 736 557	-904 600	-10	-10 804 583	1 163 426	11
Remunerações adicionais	-4 616 550	-4 246 727	-369 823	-9	-4 863 071	246 521	5
Formação profissional	-450	-21 000	20 550	98	-5 815	5 365	92
Encargos sobre remunerações	-2 959 085	-2 676 416	-282 669	-11	-3 175 138	216 053	7
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-75 892	-71 000	-4 892	-7	-61 229	-14 663	-24
Outros custos com o pessoal	-60 987	-94 100	33 113	35	-97 906	36 918	38
<b>AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)</b>	127 146		127 146			127 146	
<b>IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)</b>	195 994		195 994		-278 676	474 670	170
<b>PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)</b>							
<b>IMPARIIDADE DE INVESTIM. NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR</b>							
<b>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</b>	622 627	424 070	198 558	47	611 091	11 536	2
<b>OUTROS GASTOS E PERDAS</b>	-48 739	-14 500	-34 239	-236	-26 372	-22 367	-85
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>	7 727 741	5 331 413	2 396 328	45	6 131 279	1 596 463	26
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 048 211	-2 009 327	961 116	48	-1 770 064	721 853	41
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>	6 679 530	3 322 086	3 357 444	101	4 361 215	2 318 315	53
Juros e rendimentos similares obtidos	491		491			491	
Juros e gastos similares suportados	-23		-23			-23	
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	6 679 998	3 322 086	3 357 912	101	4 361 215	2 318 783	53
Imposto sobre rendimento do período							
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	6 679 998	3 322 086	3 357 912	101	4 361 215	2 318 783	53

Valores em euros

## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

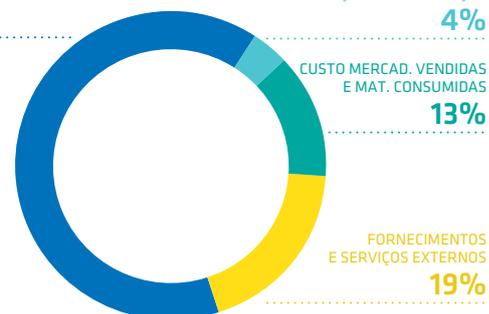
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

**97%**



GASTOS COM PESSOAL

**64%**



CENTRO HOSPITALAR CONDE FERREIRA	REALIZADO 2014	ORÇAMENT. 2014	VALOR	DESVIO %	REALIZADO 2013	VALOR	DESVIO %
<b>VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	4 225 120	5 885 191	-1 660 070	-28	4 635 468	-410 348	-9
<b>VENDAS</b>							
<b>PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>	4 225 120	5 885 191	-1 660 070	-28	4 635 468	-410 348	-9
Matrículas e mensalidades							
Outras	4 225 120	5 885 191	-1 660 070	-28	4 635 468	-410 348	
<b>SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO</b>	1 355 334	1 505 018	-149 684	-10	194 367	1 160 967	597
ISS, IP - Centros distritais	1 256 387	1 505 018	-248 631	-17	190 697	1 065 691	
Outros	98 946		98 946		3 670	95 276	
<b>GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS</b>							
<b>VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO</b>							
<b>TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE</b>							
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS</b>	-369 067	-655 127	286 060	44	-363 180	-5 887	
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	-1 757 799	-2 160 963	403 165	19	-1 532 681	-225 118	-15
Subcontratos	-958 771	-1 170 471	211 700	18	-881 763	-77 008	
Energia e fluidos	-348 155	-552 261	204 106	37	-341 755	-6 401	
Outros	-450 872	-438 231	-12 641	-3	-309 163	-141 709	
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	-4 178 369	-4 379 576	201 207	5	-3 966 538	-211 831	-5
Remunerações certas	-2 935 288	-3 036 337	101 049	3	-2 817 946	-117 342	
Remunerações adicionais	-529 351	-576 037	46 685	8	-472 924	-56 427	
Formação profissional		-24 780	24 780	100			
Encargos sobre remunerações	-682 160	-716 398	34 238	5	-646 270	-35 890	
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-20 578	-21 905	1 327	6	-10 586	-9 992	
Outros custos com o pessoal	-10 993	-4 120	-6 873	-167	-18 813	7 820	
<b>AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)</b>	-10 591		-10 591		-15 222	4 631	
<b>PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)</b>	8 554		8 554			8 554	
<b>IMPARIIDADE DE INVESTIM. NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR</b>							
<b>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</b>	349 716	288 236	61 479	21	301 837	47 879	
<b>OUTROS GASTOS E PERDAS</b>	-24 675		-24 675		-4 524	-20 151	
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>	-401 778	482 779	-884 557	-183	-750 473	348 695	46
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-709 109	-762 436	53 327	7	-556 667	-152 442	
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>	-1 110 887	-279 657	-831 230	-297	-1 307 140	196 253	15
Juros e rendimentos similares obtidos	228		228			228	
Juros e gastos similares suportados	-38		-38			-38	
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	-1 110 697	-279 657	-831 040	-297	-1 307 140	196 443	15
Imposto sobre rendimento do período							
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	-1 110 697	-279 657	-831 040	-297	-1 307 140	196 443	15

Valores em euros

## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

**71%**



SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

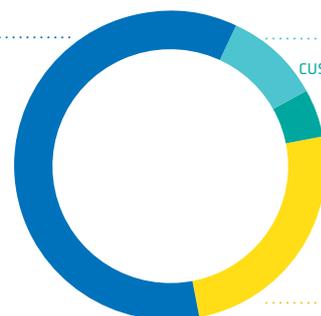
**23%**

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

**6%**

GASTOS COM PESSOAL

**60%**



DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO

**10%**

CUSTO MERCAD. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS

**5%**

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

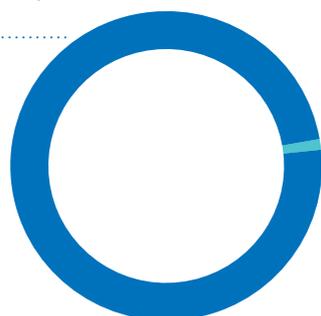
**25%**

CENTRO DE REABILITAÇÃO DO NORTE	REALIZADO 2014	ORÇAMENT. 2014	VALOR	DESVIO %	REALIZADO 2013	VALOR	DESVIO %
<b>VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	5 958 464	10 337 612	-4 379 148	-42		5 958 464	-9
<b>VENDAS</b>							
<b>PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>	5 958 464	10 337 612	-4 379 148	-42		5 958 464	-9
Matrículas e mensalidades							
Outras	5 958 464	10 337 612	-4 379 148	-42		5 958 464	
<b>SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO</b>	6 753						597
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	6 753		6 753			6 753	
<b>GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS</b>							
<b>VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO</b>							
<b>TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE</b>							
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS</b>	-215 847	-769 050	553 203	72		-215 847	
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	-1 790 341	-3 863 730	2 073 389	54		-1 790 341	-15
Subcontratos	-312 615	-1 479 372	1 166 757	79		-312 615	
Energia e fluidos	-282 680	-686 415	403 735	59		-282 680	
Outros	-1 195 046	-1 697 943	502 897	30		-1 195 046	
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	-3 729 354	-4 172 079	442 725	11		-3 729 354	-5
Remunerações certas	-2 353 916	-2 254 833	-99 083	-4		-2 353 916	
Remunerações adicionais	-724 163	-1 185 492	461 329	39		-724 163	
Formação profissional		-10 710	10 710	100			
Encargos sobre remunerações	-618 103	-707 283	89 180	13		-618 103	
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-14 317	-13 761	-556	-4		-14 317	
Outros custos com o pessoal	-18 854		-18 854			-18 854	
<b>AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)</b>							
<b>IMPARIDADE DE INVESTIM. NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR</b>							
<b>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</b>	46 315	9 526	36 789	386		46 315	
<b>OUTROS GASTOS E PERDAS</b>	-2 235		-2 235			-2 235	
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>	273 755	1 542 279	-1 268 524	-82		273 755	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-222 111	-1 531 935	1 309 824	86		-222 111	
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>	51 643	10 344	41 299	399		51 643	
Juros e rendimentos similares obtidos	192		192			192	
Juros e gastos similares suportados							
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	51 835	10 344	41 491	401		51 835	
Imposto sobre rendimento do período							
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	51 835	10 344	41 491	401		51 835	

Valores em euros

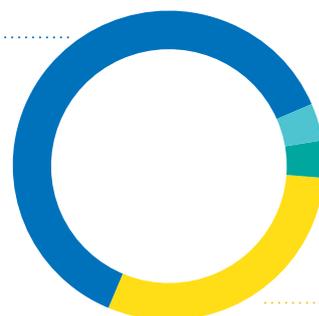
## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS  
**99%**



OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS  
**1%**

GASTOS COM PESSOAL  
**62%**



DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO  
**4%**

CUSTO MERCAD. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS  
**4%**

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS  
**30%**

JUSTIÇA ESTABELECIMENTO PRISIONAL ESP. STª. CRUZ DO BISPO	REALIZADO 2014	ORÇAMENT. 2014	VALOR	DESVIO %	REALIZADO 2013	VALOR	DESVIO %
<b>VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	1 974 991	1 865 020	109 971	6	1 838 864	136 126	7
<b>VENDAS</b>	290 530	293 200	-2 670	-1	270 920	19 611	7
<b>PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>	1 684 461	1 571 820	112 641	7	1 567 945	116 516	7
Matrículas e mensalidades							
Outras	1 684 461	1 571 820	112 641	7	1 567 945	116 516	7
<b>SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO</b>	55 974		55 974		16 139	39 835	247
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	55 974		55 974		16 139	39 835	247
<b>GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS</b>							
<b>VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO</b>							
<b>TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE</b>							
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS</b>	-321 166	-327 951	6 785	2	-301 790	-19 376	-6
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	-942 103	-946 952	4 849	1	-925 192	-16 911	-2
Subcontratos	-169 062	-218 003	48 941	22	-218 003	48 941	22
Energia e fluidos	-264 435	-375 704	111 269	30	-348 894	84 459	24
Outros	-508 605	-353 245	-155 360	-44	-358 295	-150 310	-42
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	-564 802	-565 275	473		-553 787	-11 015	-2
Remunerações certas	-420 129	-421 195	1 066		-417 791	-2 338	-1
Remunerações adicionais	-48 296	-47 041	-1 255	-3	-43 743	-4 553	-10
Formação profissional		-2 625	2 625	100			
Encargos sobre remunerações	-91 415	-89 785	-1 630	-2	-88 937	-2 478	-3
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-2 225	-2 001	-224	-11	-1 992	-233	-12
Outros custos com o pessoal	-2 738	-2 628	-110	-4	-1 325	-1 413	-107
<b>AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)</b>	-2 237	1 131	-3 368	-298	242	-2 480	-1 023
<b>PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)</b>							
<b>IMPARIDADE DE INVESTIM. NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR</b>							
<b>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</b>	6 603	90 942	-84 339	-93	59 464	-52 861	-89
<b>OUTROS GASTOS E PERDAS</b>	-50 140	-46 808	-3 332	-7	-45 265	-4 875	-11
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIACIONES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>	157 119	70 107	87 012	124	88 675	68 445	77
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-9 381	-7 493	-1 888	-25	-1 562	-7 819	-501
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>	147 738	62 614	85 124		87 113	60 625	70
Juros e rendimentos similares obtidos	110		110		48	63	131
Juros e gastos similares suportados	-163		-163			-163	
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	147 686	62 614	85 072		87 161	60 525	69
Imposto sobre rendimento do período							
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	147 686	62 614	85 072		87 161	60 525	69

Valores em euros

## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

**83%**

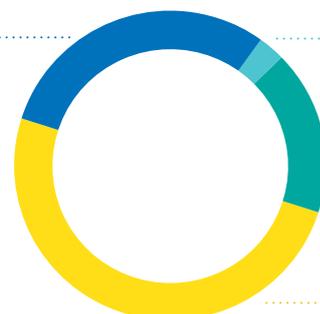


SUBSÍDIOS,  
DOAÇÕES E LEGADOS  
À EXPLORAÇÃO  
**3%**

VENDAS  
**14%**

GASTOS COM PESSOAL

**30%**



OUTROS GASTOS E PERDAS

**3%**

CUSTO MERCAD.  
VENDIDAS  
E MAT. CONSUMIDAS  
**17%**

FORNECIMENTOS  
E SERVIÇOS EXTERNOS  
**50%**

AGRICULTURA QUINTA D'ALVA	REALIZADO 2014	ORÇAMENT. 2014	VALOR	DESVIO %	REALIZADO 2013	VALOR	DESVIO %
<b>VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>142 538</b>	<b>157 575</b>	<b>-15 037</b>	<b>-10</b>	<b>152 512</b>	<b>-9 974</b>	<b>-7</b>
VENDAS	141 538	157 575	-16 037	-10	152 512	-10 974	-7
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 000		1 000			1 000	
Matrículas e mensalidades							
Outras	1 000		1 000			1 000	
<b>SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO</b>	<b>30 532</b>	<b>20 000</b>	<b>10 532</b>	<b>53</b>	<b>30 064</b>	<b>468</b>	<b>2</b>
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	30 532	20 000	10 532	53	30 064	468	2
<b>GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS</b>							
<b>VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO</b>	<b>11 940</b>		<b>11 940</b>		<b>-31 803</b>	<b>43 743</b>	<b>138</b>
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	2 370	1 842	528	29	2 774	-403	-15
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-11 528	-7 500	-4 028	-54	-11 763	235	2
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>-60 854</b>	<b>-105 980</b>	<b>45 126</b>	<b>43</b>	<b>-79 738</b>	<b>18 884</b>	<b>24</b>
Subcontratos							
Energia e fluidos	-10 544	-35 598	25 053	70	-23 207	12 662	55
Outros	-50 310	-70 383	20 073	29	-56 532	6 222	11
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>-109 963</b>	<b>-92 958</b>	<b>-17 005</b>	<b>-18</b>	<b>-99 121</b>	<b>-10 842</b>	<b>-11</b>
Remunerações certas	-75 461	-65 870	-9 591	-15	-71 874	-3 587	-5
Remunerações adicionais	-8 488	-8 966	478	5	-9 037	549	6
Formação profissional		-1 685	1 685	100			
Encargos sobre remunerações	-17 773	-15 806	-1 967	-12	-16 593	-1 179	-7
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-324	-282	-42	-15	-397	73	18
Outros custos com o pessoal	-7 918	-350	-7 568	-2 162	-1 220	-6 698	-549
<b>AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)</b>					<b>-5 488</b>	<b>5 488</b>	<b>100</b>
<b>PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)</b>							
<b>IMPARIIDADE DE INVESTIM. NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR</b>							
<b>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</b>	<b>31 283</b>	<b>22 008</b>	<b>9 274</b>	<b>42</b>	<b>23 862</b>	<b>7 421</b>	<b>31</b>
<b>OUTROS GASTOS E PERDAS</b>	<b>-1 035</b>		<b>-1 035</b>		<b>-1 357</b>	<b>323</b>	<b>24</b>
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIACIONES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>	<b>35 284</b>	<b>-5 014</b>	<b>40 298</b>	<b>804</b>	<b>-20 059</b>	<b>55 343</b>	<b>276</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-99 497	-98 129	-1 367	-1	-100 774	1 278	1
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>	<b>-64 213</b>	<b>-103 143</b>	<b>38 930</b>	<b>38</b>	<b>-120 833</b>	<b>56 620</b>	<b>47</b>
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados							
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>-64 213</b>	<b>-103 143</b>	<b>38 930</b>	<b>38</b>	<b>-120 833</b>	<b>56 620</b>	<b>47</b>
Imposto sobre rendimento do período							
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>-64 213</b>	<b>-103 143</b>	<b>38 930</b>	<b>38</b>	<b>-120 833</b>	<b>56 620</b>	<b>47</b>

Valores em euros

## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

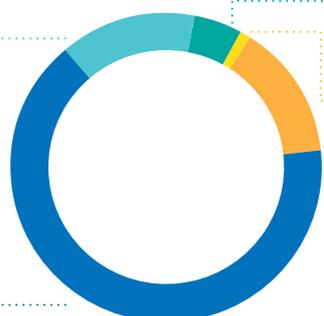
SUBSÍDIOS,  
DOAÇÕES E LEGADOS  
À EXPLORAÇÃO  
**14%**

VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO  
**5%**

TRABALHOS PARA  
A PRÓPRIA ENTIDADE  
**1%**

OUTROS  
RENDIMENTOS  
E GANHOS  
**14%**

VENDAS  
**65%**

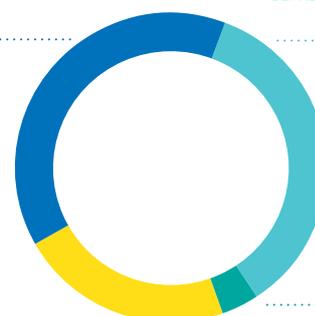


GASTOS COM PESSOAL  
**39%**

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO  
**35%**

FORNECIMENTOS  
E SERVIÇOS EXTERNOS  
**22%**

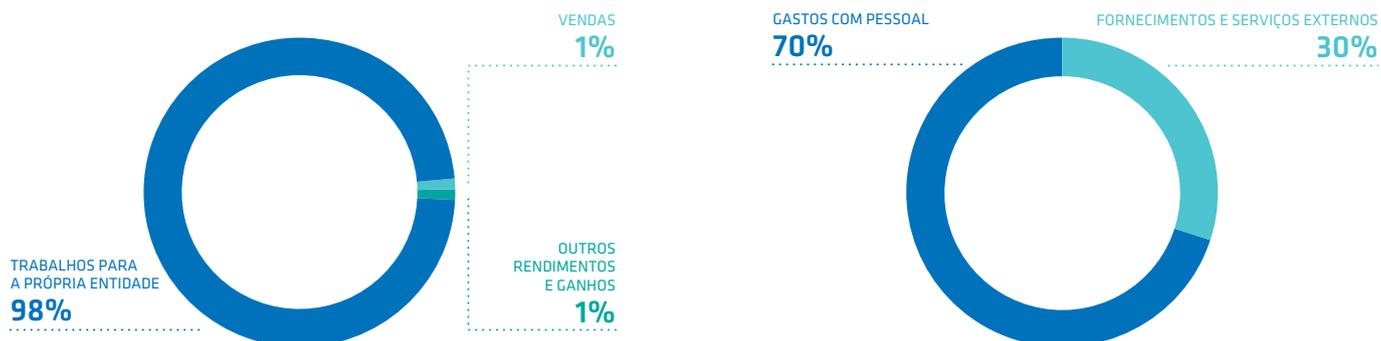
CUSTO MERCAD.  
VENDIDAS E MAT.  
CONSUMIDAS  
**4%**



AMBIENTE PARQUE DA PRELADA	REALIZADO 2014	ORÇAMENT. 2014	VALOR	DESVIO %	REALIZADO 2013	VALOR	DESVIO %
<b>VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>566</b>		<b>566</b>			<b>566</b>	
<b>VENDAS</b>	<b>566</b>		<b>566</b>			<b>566</b>	
<b>PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>							
Matrículas e mensalidades							
Outras							
<b>SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO</b>							
ISS, IP - Centros distritais							
Outros							
<b>GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS</b>							
<b>VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO</b>							
<b>TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE</b>	<b>88 476</b>	<b>108 000</b>	<b>-19 524</b>	<b>-18</b>	<b>113 740</b>	<b>-25 263</b>	<b>-22</b>
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS</b>	<b>-265</b>	<b>-418</b>	<b>153</b>	<b>37</b>	<b>-1 110</b>	<b>845</b>	<b>76</b>
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>-66 121</b>	<b>-64 584</b>	<b>-1 538</b>	<b>-2</b>	<b>-83 324</b>	<b>17 203</b>	<b>21</b>
Subcontratos	-590		-590			-590	
Energia e fluidos	-13 294	-7 024	-6 269	-89	-8 000	-5 294	-66
Outros	-52 237	-57 559	5 322	9	-75 325	23 087	31
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>-157 168</b>	<b>-205 930</b>	<b>48 763</b>	<b>24</b>	<b>-193 932</b>	<b>36 765</b>	<b>19</b>
Remunerações certas	-119 426	-152 169	32 742	22	-147 019	27 593	19
Remunerações adicionais	-10 733	-15 816	5 083	32	-14 613	3 880	27
Formação profissional		-1 365	1 365	100			
Encargos sobre remunerações	-25 447	-35 280	9 833	28	-30 844	5 397	17
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-816	-650	-166	-26	-597	-219	-37
Outros custos com o pessoal	-745	-650	-95	-15	-859	114	13
<b>AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)</b>							
<b>IMPARIDADE DE INVESTIM. NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR</b>							
<b>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</b>	<b>614</b>		<b>614</b>		<b>1 016</b>	<b>-402</b>	<b>-40</b>
<b>OUTROS GASTOS E PERDAS</b>	<b>-194</b>	<b>-261</b>	<b>66</b>	<b>25</b>	<b>-243</b>	<b>49</b>	<b>20</b>
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIACIONES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>	<b>-134 092</b>	<b>-163 193</b>	<b>29 101</b>	<b>18</b>	<b>-163 854</b>	<b>29 763</b>	<b>18</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-747	-6 057	5 310	88	-6 260	5 513	88
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>	<b>-134 092</b>	<b>-163 193</b>	<b>29 101</b>	<b>18</b>	<b>-163 854</b>	<b>29 763</b>	<b>21</b>
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados							
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>-134 839</b>	<b>-169 249</b>	<b>34 411</b>	<b>20</b>	<b>-170 114</b>	<b>35 275</b>	<b>21</b>
Imposto sobre rendimento do período							
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>-134 839</b>	<b>-169 249</b>	<b>34 411</b>	<b>20</b>	<b>-170 114</b>	<b>35 275</b>	<b>21</b>

Valores em euros

## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



ARTES GRÁFICAS ARTES GRÁFICAS   CENTRO PROF. ALBUQUERQUE CASTRO	REALIZADO 2014	ORÇAMENT. 2014	VALOR	DESVIO %	REALIZADO 2013	VALOR	DESVIO %
<b>VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	32 010	71 651	-39 642	-55	68 972	-36 962	-54
VENDAS	3 062	5 380	-2 318	-43	3 936	-874	-22
<b>PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>	28 948	66 271	-37 323	-56	65 036	-36 088	-55
Matrículas e mensalidades							
Outras	28 948	66 271	-37 323	-56	65 036	-36 088	-55
<b>SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO</b>	243 144	241 134	2 010	1	241 038	2 106	1
ISS, IP - Centros distritais	243 144	241 134	2 010	1	241 038	2 106	1
Outros							
<b>GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS</b>							
<b>VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO</b>							
<b>TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE</b>	51 959	70 000	-18 041	-26	54 368	-2 409	-4
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS</b>	-23 950	-36 166	12 217	34	-30 704	6 755	22
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	-119 671	-28 264	-91 407	-323	-44 846	-74 825	-167
Subcontratos							
Energia e fluidos	-318	-2 578	2 259	88	-3 378	3 060	91
Outros	-119 352	-25 686	-93 666	-365	-41 468	-77 885	-188
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	-369 793	-380 479	10 686	3	-368 939	-854	
Remunerações certas	-292 345	-286 554	-5 790	-2	-292 780	435	
Remunerações adicionais	-18 698	-25 175	6 477	26	-25 118	6 421	26
Formação profissional		-2 100	2 100	100			
Encargos sobre remunerações	-61 016	-64 425	3 409	5	-60 278	-738	-1
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-1 693	-1 225	-468	-38	-1 438	-256	-18
Outros custos com o pessoal	3 959	-1 000	4 959	496	10 675	-6 716	-63
<b>AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)</b>					-1 108	1 108	100
<b>PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)</b>							
<b>IMPARIIDADE DE INVESTIM. NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR</b>							
<b>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</b>	127		127		50	77	154
<b>OUTROS GASTOS E PERDAS</b>	-63		-63		-1 707	1 643	96
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIACIONES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>	-186 237	-62 123	-124 113	-200	-82 876	-103 361	-125
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-31 208	-13 823	-17 384	-126	-22 089	-9 118	-41
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>	-217 444	-75 946	-141 498	-186	-104 965	-112 479	-107
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados							
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	-217 444	-75 946	-141 498	-186	-104 965	-112 479	-107
Imposto sobre rendimento do período							
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	-217 444	-75 946	-141 498	-186	-104 965	-112 479	-107

Valores em euros

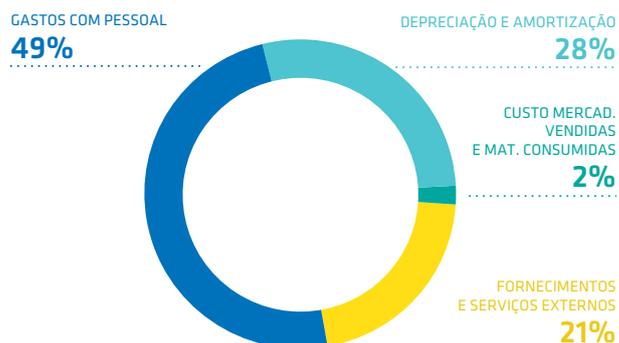
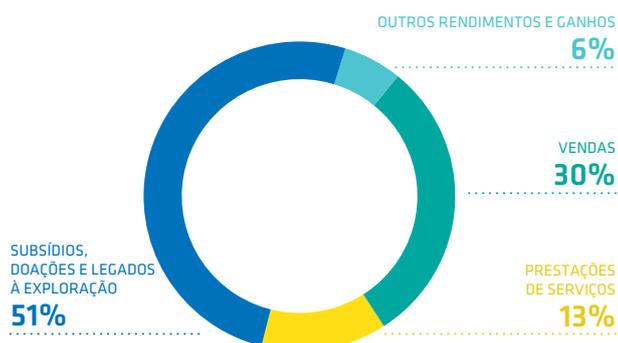
## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



CULTURA MUSEU   CASA DA PRELADA	REALIZADO 2014	ORÇAMENT. 2014	VALOR	DESVIO %	REALIZADO 2013	VALOR	DESVIO %
<b>VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>2 359</b>		<b>2 359</b>		<b>6 049</b>	<b>-3 690</b>	<b>-61</b>
<b>VENDAS</b>	<b>1 666</b>		<b>1 666</b>		<b>3 895</b>	<b>-2 229</b>	<b>-57</b>
<b>PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>	<b>693</b>		<b>693</b>		<b>2 154</b>	<b>-1 461</b>	<b>-68</b>
Matrículas e mensalidades							
Outras	693		693		2 154	-1 461	-68
<b>SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO</b>	<b>2 820</b>		<b>2 820</b>			<b>2 820</b>	
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	2 820		2 820			2 820	
<b>GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS</b>							
<b>VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO</b>							
<b>TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE</b>							
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS</b>	<b>-9 934</b>	<b>-3 703</b>	<b>-6 231</b>	<b>-168</b>	<b>-5 103</b>	<b>-4 831</b>	<b>-95</b>
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>-131 790</b>	<b>-77 913</b>	<b>-53 878</b>	<b>-69</b>	<b>-100 969</b>	<b>-30 822</b>	<b>-31</b>
Subcontratos							
Energia e fluidos	-7 940	-6 400	-1 540	-24	-1 812	-6 128	-338
Outros	-123 850	-71 513	-52 338	-73	-99 157	-24 693	-25
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>-310 175</b>	<b>-258 493</b>	<b>-51 682</b>	<b>-20</b>	<b>-204 502</b>	<b>-105 673</b>	<b>-52</b>
Remunerações certas	-243 355	-198 510	-44 846	-23	-160 679	-82 677	-51
Remunerações adicionais	-12 417	-12 731	314	2	-8 883	-3 534	-40
Formação profissional		-1 260	1 260	100	-35	35	100
Encargos sobre remunerações	-52 581	-44 544	-8 037	-18	-33 845	-18 736	-55
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-1 077	-849	-229	-27	-688	-389	-57
Outros custos com o pessoal	-745	-600	-145	-24	-373	-372	-100
<b>AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)</b>							
<b>IMPARIDADE DE INVESTIM. NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR</b>							
<b>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</b>	<b>317</b>		<b>317</b>		<b>833</b>	<b>-516</b>	<b>-62</b>
<b>OUTROS GASTOS E PERDAS</b>	<b>-1 220</b>		<b>-1 220</b>		<b>-1 007</b>	<b>-213</b>	<b>-21</b>
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIACIONES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>	<b>-447 624</b>	<b>-340 109</b>	<b>-107 515</b>	<b>-32</b>	<b>-304 699</b>	<b>-142 926</b>	<b>-47</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-175 545	-32 439	-143 106	-441	-22 630	-152 915	-676
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>	<b>-623 169</b>	<b>-372 548</b>	<b>-250 622</b>	<b>-67</b>	<b>-327 328</b>	<b>-295 841</b>	<b>-90</b>
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados							
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>-623 169</b>	<b>-372 548</b>	<b>-250 622</b>	<b>-67</b>	<b>-327 328</b>	<b>-295 841</b>	<b>-90</b>
Imposto sobre rendimento do período							
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>-623 169</b>	<b>-372 548</b>	<b>-250 622</b>	<b>-67</b>	<b>-327 328</b>	<b>-295 841</b>	<b>-90</b>

Valores em euros

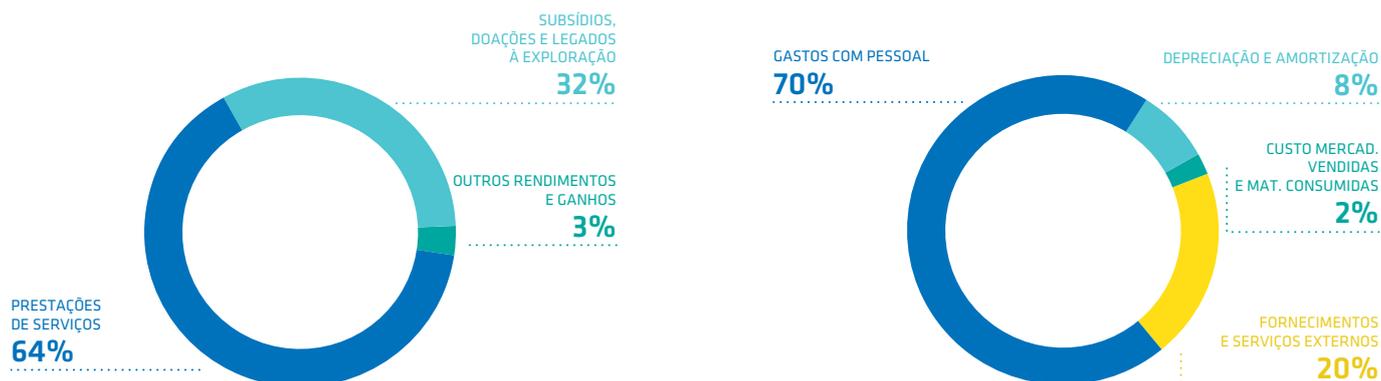
## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



<b>EDUCAÇÃO</b> <b>COLÉGIO N.º SR.ª DA ESPERANÇA</b>	<b>REALIZADO</b> <b>2014</b>	<b>ORÇAMENT.</b> <b>2014</b>	<b>VALOR</b>	<b>DESVIO</b> <b>%</b>	<b>REALIZADO</b> <b>2013</b>	<b>VALOR</b>	<b>DESVIO</b> <b>%</b>
<b>VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>1 166 801</b>	<b>1 122 466</b>	<b>44 335</b>	<b>4</b>	<b>1 085 111</b>	<b>81 690</b>	<b>8</b>
<b>VENDAS</b>	<b>6 890</b>		<b>6 890</b>			<b>6 890</b>	
<b>PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>	<b>1 159 911</b>	<b>1 122 466</b>	<b>37 445</b>	<b>3</b>	<b>1 085 111</b>	<b>74 800</b>	<b>7</b>
Matrículas e mensalidades	1 006 001	965 635	40 367	4	900 932	105 070	12
Outras	153 909	156 831	-2 922	-2	184 179	-30 270	-16
<b>SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO</b>	<b>582 412</b>	<b>594 186</b>	<b>-11 775</b>	<b>-2</b>	<b>388 238</b>	<b>194 173</b>	<b>50</b>
ISS, IP - Centros distritais	582 307	594 186	-11 879	-2	386 561	195 746	51
Outros	105		105		1 677	-1 572	-94
<b>GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS</b>							
<b>VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO</b>							
<b>TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE</b>							
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS</b>	<b>-47 401</b>	<b>-12 229</b>	<b>-35 172</b>	<b>-288</b>	<b>-26 131</b>	<b>-21 270</b>	<b>-81</b>
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>-425 166</b>	<b>-421 271</b>	<b>-3 895</b>	<b>-1</b>	<b>-480 910</b>	<b>55 744</b>	<b>12</b>
Subcontratos	-164 917	-196 277	31 361	16	-167 815	2 898	2
Energia e fluidos	-49 287	-51 769	2 482	5	-58 354	9 067	16
Outros	-210 962	-173 225	-37 737	-22	-254 742	43 779	17
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>-1 484 089</b>	<b>-1 292 785</b>	<b>-191 304</b>	<b>-15</b>	<b>-1 303 733</b>	<b>-180 356</b>	<b>-14</b>
Remunerações certas	-1 147 044	-1 018 440	-128 603	-13	-1 009 137	-137 906	-14
Remunerações adicionais	-71 689	-74 206	2 517	3	-68 020	-3 668	-5
Formação profissional		-6 815	6 815	100			
Encargos sobre remunerações	-250 523	-185 727	-64 796	-35	-217 428	-33 095	-15
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-5 880	-4 353	-1 527	-35	-4 716	-1 164	-25
Outros custos com o pessoal	-8 954	-3 245	-5 709	-176	-4 432	-4 523	-102
<b>AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)</b>							
<b>IMPARIIDADE DE INVESTIM. NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR</b>							
<b>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</b>	<b>57 622</b>	<b>68 211</b>	<b>-10 589</b>	<b>-16</b>	<b>78 353</b>	<b>-20 730</b>	<b>-26</b>
<b>OUTROS GASTOS E PERDAS</b>	<b>-5 020</b>		<b>-5 020</b>		<b>-4 936</b>	<b>-84</b>	<b>-2</b>
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIACIONES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>	<b>-154 842</b>	<b>58 577</b>	<b>-213 418</b>	<b>-364</b>	<b>-264 010</b>	<b>109 168</b>	<b>41</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-159 122	-143 051	-16 071	-11	-140 464	-18 658	-13
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>	<b>-313 963</b>	<b>-84 474</b>	<b>-229 489</b>	<b>-272</b>	<b>-404 474</b>	<b>90 510</b>	<b>22</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	116	116			116		
Juros e gastos similares suportados	-11		-11			-11	
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>-313 963</b>	<b>-84 474</b>	<b>-229 489</b>	<b>-272</b>	<b>-404 474</b>	<b>90 510</b>	<b>22</b>
Imposto sobre rendimento do período							
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>-313 963</b>	<b>-84 474</b>	<b>-229 489</b>	<b>-272</b>	<b>-404 474</b>	<b>90 510</b>	<b>22</b>

Valores em euros

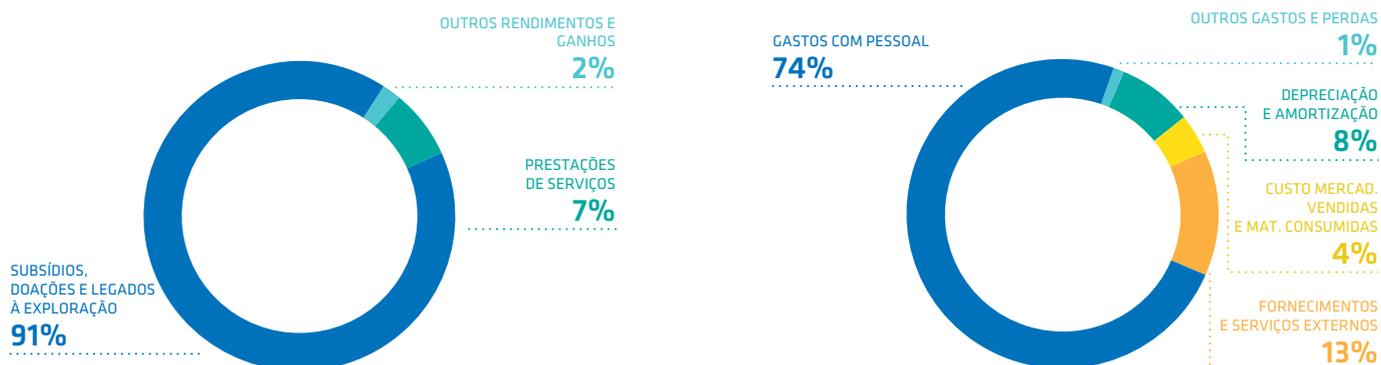
## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



ENSINO ESPECIAL CENTRO INTEGRADO DE APOIO À DEFICIÊNCIA	REALIZADO 2014	ORÇAMENT. 2014	VALOR	DESVIO %	REALIZADO 2013	VALOR	DESVIO %
<b>VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>46 558</b>	<b>89 306</b>	<b>-42 747</b>	<b>-48</b>	<b>47 030</b>	<b>-472</b>	<b>-1</b>
VENDAS	123		123		133	-10	-8
<b>PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>	<b>46 436</b>	<b>89 306</b>	<b>-42 870</b>	<b>-48</b>	<b>46 898</b>	<b>-462</b>	<b>-1</b>
Matrículas e mensalidades	41 197	69 851	-28 654	-41	33 501	7 696	23
Outras	5 238	19 455	-14 216	-73	13 397	-8 158	-61
<b>SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO</b>	<b>630 421</b>	<b>791 185</b>	<b>-160 764</b>	<b>-20</b>	<b>444 198</b>	<b>186 223</b>	<b>42</b>
ISS, IP - Centros distritais	607 403	767 107	-159 704	-21	420 119	187 284	45
Outros	23 018	24 079	-1 060	-4	24 079	-1 061	-4
<b>GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS</b>							
<b>VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO</b>							
<b>TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE</b>							
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS</b>	<b>-38 123</b>	<b>-46 856</b>	<b>8 733</b>	<b>19</b>	<b>-38 319</b>	<b>196</b>	<b>1</b>
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>-142 916</b>	<b>-169 733</b>	<b>26 817</b>	<b>16</b>	<b>-174 107</b>	<b>31 191</b>	<b>18</b>
Subcontratos	-73 457	-133 074	59 617	45	-68 136	-5 321	-8
Energia e fluidos	-17 240	-16 973	-267	-2	-18 661	1 421	8
Outros	-52 219	-19 686	-32 534	-165	-87 310	35 090	40
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>-812 321</b>	<b>-643 167</b>	<b>-169 154</b>	<b>-26</b>	<b>-633 445</b>	<b>-178 876</b>	<b>-28</b>
Remunerações certas	-608 586	-482 822	-125 764	-26	-489 796	-118 790	-24
Remunerações adicionais	-68 408	-49 521	-18 887	-38	-46 752	-21 656	-46
Formação profissional		-4 064	4 064	100			
Encargos sobre remunerações	-130 251	-102 762	-27 489	-27	-103 241	-27 010	-26
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-2 867	-2 064	-803	-39	-2 380	-487	-20
Outros custos com o pessoal	-2 209	-1 935	-274	-14	8 724	-10 933	-125
<b>AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)</b>							
<b>IMPARIIDADE DE INVESTIM. NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR</b>							
<b>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</b>	<b>13 414</b>	<b>9 348</b>	<b>4 066</b>	<b>43</b>	<b>11 863</b>	<b>1 551</b>	<b>13</b>
<b>OUTROS GASTOS E PERDAS</b>	<b>-6 208</b>		<b>-6 208</b>		<b>-8 551</b>	<b>2 343</b>	<b>27</b>
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIACIONES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>	<b>-309 175</b>	<b>30 083</b>	<b>-339 258</b>	<b>-1128</b>	<b>-351 331</b>	<b>42 156</b>	<b>12</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-82 718	-61 167	-21 551	-35	-107 013	24 295	23
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>	<b>-391 893</b>	<b>-31 084</b>	<b>-360 808</b>	<b>-1161</b>	<b>-458 344</b>	<b>66 451</b>	<b>14</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	309	309			309		
Juros e gastos similares suportados							
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>-391 583</b>	<b>-30 775</b>	<b>-360 808</b>	<b>-1172</b>	<b>-458 035</b>	<b>66 451</b>	<b>15</b>
Imposto sobre rendimento do período							
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>-391 583</b>	<b>-30 775</b>	<b>-360 808</b>	<b>-1172</b>	<b>-458 035</b>	<b>66 451</b>	<b>15</b>

Valores em euros

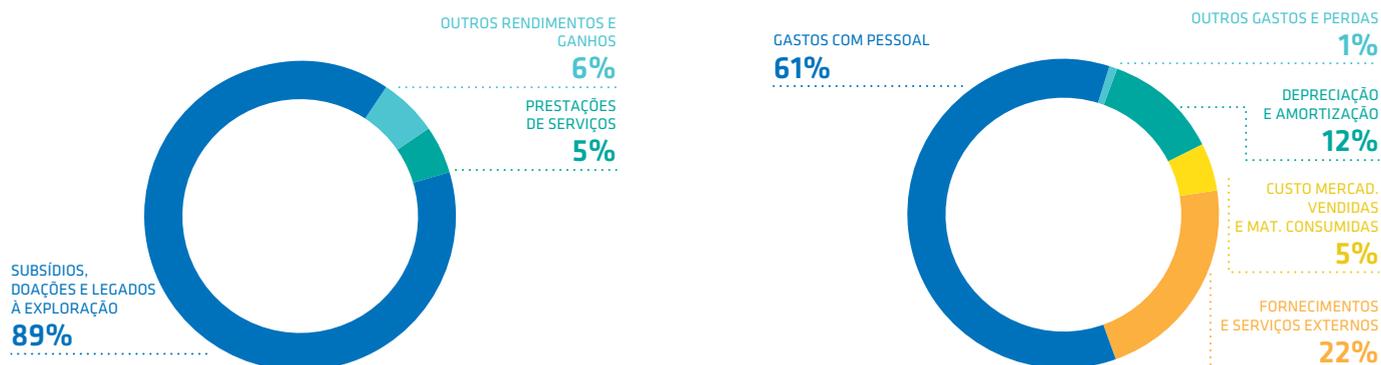
## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



<b>JUVENTUDE COLÉGIO DO BARÃO DE NOVA SINTRA</b>	<b>REALIZADO 2014</b>	<b>ORÇAMENT. 2014</b>	<b>VALOR</b>	<b>DESVIO %</b>	<b>REALIZADO 2013</b>	<b>VALOR</b>	<b>DESVIO %</b>
<b>VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>21 036</b>	<b>17 736</b>	<b>3 300</b>	<b>19</b>	<b>33 968</b>	<b>-12 933</b>	<b>-38</b>
<b>VENDAS</b>							
<b>PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>	<b>21 036</b>	<b>17 736</b>	<b>3 300</b>	<b>19</b>	<b>33 968</b>	<b>-12 933</b>	<b>-38</b>
Matrículas e mensalidades	20 166	17 736	2 430	14	27 573	-7 407	-27
Outras	870		870		6 395	-5 525	-86
<b>SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO</b>	<b>355 618</b>	<b>317 435</b>	<b>38 184</b>	<b>12</b>	<b>353 951</b>	<b>1 668</b>	
ISS, IP - Centros distritais	354 913	317 435	37 478	12	349 113	5 800	2
Outros	706		706		4 838	-4 133	-85
<b>GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS</b>							
<b>VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO</b>							
<b>TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE</b>							
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS</b>	<b>-42 977</b>	<b>-48 741</b>	<b>5 764</b>	<b>12</b>	<b>-43 829</b>	<b>852</b>	<b>2</b>
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>-186 385</b>	<b>-189 846</b>	<b>3 461</b>	<b>2</b>	<b>-157 575</b>	<b>-28 810</b>	<b>-18</b>
Subcontratos	-50 007	-74 840	24 834	33	-55 952	5 945	11
Energia e fluidos	-24 531	-20 369	-4 162	-20	-24 995	463	2
Outros	-111 847	-94 637	-17 210	-18	-76 629	-35 218	-46
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>-518 719</b>	<b>-563 728</b>	<b>45 009</b>	<b>8</b>	<b>-561 467</b>	<b>42 748</b>	<b>8</b>
Remunerações certas	-379 376	-402 830	23 454	6	-409 117	29 740	7
Remunerações adicionais	-50 641	-57 193	6 552	11	-57 961	7 321	13
Formação profissional		-3 465	3 465	100			
Encargos sobre remunerações	-84 855	-96 868	12 013	12	-90 437	5 582	6
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-2 218	-1 722	-496	-29	-2 000	-218	-11
Outros custos com o pessoal	-1 630	-1 650	20	1	-1 953	323	17
<b>AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)</b>							
<b>IMPARIIDADE DE INVESTIM. NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR</b>							
<b>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</b>	<b>22 785</b>	<b>16 932</b>	<b>5 853</b>	<b>35</b>	<b>54 926</b>	<b>-32 141</b>	<b>-59</b>
<b>OUTROS GASTOS E PERDAS</b>	<b>-5 463</b>	<b>-257</b>	<b>-5 206</b>	<b>-2 025</b>	<b>-7 355</b>	<b>1 891</b>	<b>26</b>
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIACIONES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>	<b>-354 106</b>	<b>-450 470</b>	<b>96 364</b>	<b>21</b>	<b>-327 381</b>	<b>-26 725</b>	<b>-8</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-103 762	-99 676	-4 086	-4	-103 741	-20	0
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>	<b>-457 868</b>	<b>-550 146</b>	<b>92 278</b>	<b>17</b>	<b>-431 122</b>	<b>-26 745</b>	<b>-6</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	165	165			165		
Juros e gastos similares suportados							
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>-457 703</b>	<b>-549 981</b>	<b>92 278</b>	<b>17</b>	<b>-430 958</b>	<b>-26 745</b>	<b>-6</b>
Imposto sobre rendimento do período							
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>-457 703</b>	<b>-549 981</b>	<b>92 278</b>	<b>17</b>	<b>-430 958</b>	<b>-26 745</b>	<b>-6</b>

Valores em euros

## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



<b>PATRIMÓNIO DE RENDIMENTO COMPLEXOS   PARQUES ESTACIONAMENTO   OUTROS</b>	<b>REALIZADO 2014</b>	<b>ORÇAMENT. 2014</b>	<b>VALOR</b>	<b>DESVIO %</b>	<b>REALIZADO 2013</b>	<b>VALOR</b>	<b>DESVIO %</b>
<b>VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	20 184	16 463	3 720	23	28 175	-7 991	-28
<b>VENDAS</b>							
<b>PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>	20 184	16 463	3 720	23	28 175	-7 991	-28
Matrículas e mensalidades							
Outras	20 184	16 463	3 720	23	28 175	-7 991	-28
<b>SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO</b>							
ISS, IP - Centros distritais							
Outros							
<b>GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS</b>							
<b>VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO</b>							
<b>TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE</b>							
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS</b>	-5 196		-5 196			-5 196	
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	-669 221	-443 505	-225 716	-51	-471 892	-197 329	-42
Subcontratos							
Energia e fluidos	-56 801	-47 723	-9 078	-19	-55 053	-1 748	-3
Outros	-612 420	-395 782	-216 638	-55	-416 840	-195 580	-47
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>							
Remunerações certas							
Remunerações adicionais							
Formação profissional							
Encargos sobre remunerações							
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais							
Outros custos com o pessoal							
<b>AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)</b>					-132 013	132 013	100
<b>PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)</b>							
<b>IMPARIIDADE DE INVESTIM. NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR</b>							
<b>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</b>	4 549 153	4 599 503	-50 350	-1	4 420 081	129 072	3
<b>OUTROS GASTOS E PERDAS</b>	-49 598		-49 598		-27 849	-21 749	-78
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIACIONES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>	3 845 321	4 172 461	-327 140	-8	3 816 501	28 820	1
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 073 815	-366 711	-707 104	-193	-1 232 756	158 941	13
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>	2 771 506	3 805 750	-1 034 244	-27	2 583 745	187 761	7
Juros e rendimentos similares obtidos					759	-759	-100
Juros e gastos similares suportados	-2 993	-3 314	320	10	-3 071	78	3
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	2 768 513	3 802 437	-1 033 924	-27	2 581 433	187 080	7
Imposto sobre rendimento do período							
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	2 768 513	3 802 437	-1 033 924	-27	2 581 433	187 080	7

Valores em euros

## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



SOCIAL ERPI'S   CASA DA RUA   CASA STº. ANTÓNIO CENTROS DE ALOJAMENTO	REALIZADO 2014	ORÇAMENT. 2014	VALOR	DESVIO %	REALIZADO 2013	VALOR	DESVIO %
<b>VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	1 682 255	1 334 601	347 654	26	1 437 445	244 810	17
VENDAS	42 598	38 417	4 181	11	39 921	2 677	7
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 639 657	1 296 185	343 473	26	1 397 525	242 133	17
Matrículas e mensalidades	1 601 043	1 255 706	345 337	28	1 357 880	243 163	18
Outras	38 615	40 478	-1 864	-5	39 645	-1 030	-3
<b>SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO</b>	1 762 887	1 621 783	141 104	9	1 445 128	317 759	22
ISS, IP - Centros distritais	1 757 858	1 621 783	136 075	8	1 425 367	332 490	23
Outros	5 029		5 029		19 761	-14 732	-75
<b>GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS</b>							
<b>VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO</b>							
<b>TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE</b>							
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS</b>	-182 945	-225 358	42 413	19	-206 436	23 490	11
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	-1 800 359	-1 617 376	-182 983	-11	-1 479 620	-320 739	-22
Subcontratos	-883 805	-782 864	-100 941	-13	-658 899	-224 907	-34
Energia e fluidos	-290 534	-349 637	59 102	17	-299 712	9 178	3
Outros	-626 020	-484 876	-141 144	-29	-521 009	-105 011	-20
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	-3 137 323	-3 044 983	-92 341	-3	-2 809 190	-328 134	-12
Remunerações certas	-2 190 386	-2 077 852	-112 534	-5	-1 965 189	-225 196	-11
Remunerações adicionais	-415 564	-410 731	-4 833	-1	-378 426	-37 138	-10
Formação profissional		-19 341	19 341	100			
Encargos sobre remunerações	-509 730	-518 967	9 237	2	-446 948	-62 782	-14
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-11 300	-8 882	-2 418	-27	-9 124	-2 175	-24
Outros custos com o pessoal	-10 344	-9 210	-1 134	-12	-9 502	-842	-9
<b>AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)</b>					-51 434	51 434	100
<b>PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)</b>							
<b>IMPARIIDADE DE INVESTIM. NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR</b>							
<b>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</b>	61 685	30 612	31 073	102	147 268	-85 583	-58
<b>OUTROS GASTOS E PERDAS</b>	-102 007		-102 007		-18 185	-83 822	-461
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>	-1 715 808	-1 900 720	184 913	10	-1 535 022	-180 786	-12
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-299 919	-280 132	-19 786	-7	-306 533	6 615	2
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>	-2 015 726	-2 180 853	165 126	8	-1 841 555	-174 171	-9
Juros e rendimentos similares obtidos	997	997			997		
Juros e gastos similares suportados	-136		-136		-4	-133	-3 585
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	-2 014 865	-2 179 855	164 990	8	-1 840 561	-174 304	-9
Imposto sobre rendimento do período							
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	-2 014 865	-2 179 855	164 990	8	-1 840 561	-174 304	-9

Valores em euros

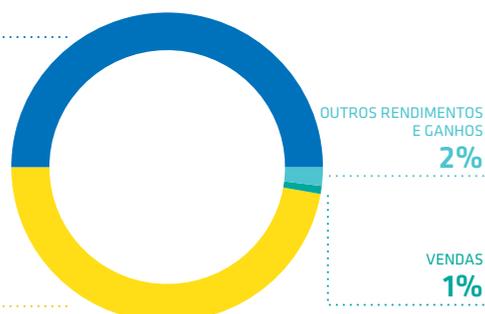
## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

**50%**

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

**47%**



GASTOS COM PESSOAL

**57%**

OUTROS GASTOS E PERDAS

**2%**

DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO

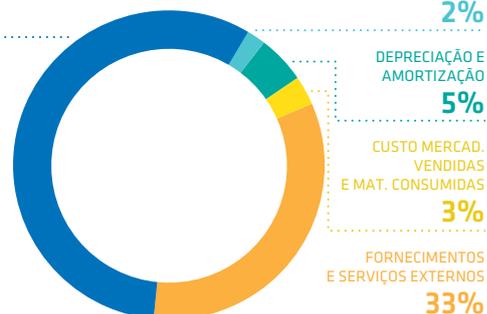
**5%**

CUSTO MERCAD. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS

**3%**

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

**33%**



DEPARTAMENTOS CENTRAIS SERVIÇOS PARTILHADOS	REALIZADO 2014	ORÇAMENT. 2014	VALOR	DESVIO %	REALIZADO 2013	VALOR	DESVIO %
<b>VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	44 921	42 575	2 346	6	40 712	4 209	10
<b>VENDAS</b>							
<b>PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>	44 921	42 575	2 346	6	40 712	4 209	10
Matrículas e mensalidades							
Outras	44 921	42 575	2 346	6	40 712	4 209	10
<b>SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO</b>	197 309	17 307	180 002	1 040	207 467	-10 158	-5
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	197 309	17 307	180 002	1 040	207 467	-10 158	-5
<b>GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS</b>	4 943		4 943		11 737	-6 794	-58
<b>VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO</b>							
<b>TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE</b>	247 377	326 000	-78 623	-24	309 638	-62 261	-20
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS</b>	-6 676	-28 535	21 860	77	-23 651	16 975	72
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	-696 530	-1 122 166	425 636	38	-774 417	77 888	10
Subcontratos							
Energia e fluidos	-47 724	-58 685	10 961	19	-52 340	4 616	9
Outros	-648 805	-1 063 481	414 675	39	-722 078	73 272	10
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	-2 637 231	-2 465 930	-171 301	-7	-2 497 856	-139 375	-6
Remunerações certas	-2 016 592	-1 838 013	-178 578	-10	-1 867 929	-148 662	-8
Remunerações adicionais	-150 940	-187 281	36 341	19	-184 699	33 759	18
Formação profissional	-983	-10 106	9 124	90	-6 271	5 288	84
Encargos sobre remunerações	-431 995	-417 808	-14 187	-3	-388 827	-43 168	-11
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-10 979	-7 830	-3 149	-40	-9 867	-1 112	-11
Outros custos com o pessoal	-25 744	-4 892	-20 852	-426	-40 263	14 519	36
<b>AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)</b>							
<b>IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)</b>	-12 786		-12 786		-8 298	-4 487	-54
<b>PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)</b>	-779 299		-779 299		-432 668	-346 631	-80
<b>IMPARIDADE DE INVESTIM. NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS (PERDAS/REVERSÕES)</b>					46.443		
<b>AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR</b>	-17 133		-17 133			-17 133	
<b>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</b>	59 378	55 137	4 241	8	157 211	-97 833	-62
<b>OUTROS GASTOS E PERDAS</b>	-60 685	-17 237	-43 448	-252	-118 511	57 827	49
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIACIONES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>	-3 656 410	-3 192 849	-463 561	-15	-3 082 194	-574 216	-19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-294 453	-306 999	12 546	4	-253 976	-40 477	-16
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>	-3 950 863	-3 499 848	-451 015	-13	-3 336 169	-614 694	-18
Juros e rendimentos similares obtidos	572 705	256 290	316 415	123	503 933	68 772	14
Juros e gastos similares suportados	-1 877		-1 877		-2 079	202	10
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	-3 380 035	-3 243 559	-136 477	-4	-2 834 315	-545 720	-19
Imposto sobre rendimento do período							
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	-3 380 035	-3 243 559	-136 477	-4	-2 834 315	-545 720	-19

Valores em euros

## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

**18%**

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

**4%**

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

**51%**

TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

**22%**

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

**5%**

GASTOS COM PESSOAL

**60%**

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

**15%**

PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)

**17%**

OUTROS GASTOS E PERDAS

**1%**

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

**7%**



09

PARECER  
DO DEFINITÓRIO

**Parecer do Definitório**  
**Relatório de Gestão e Contas 2014**



Nos termos da alínea c-) do artigo 58º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia do Porto, vem o Definitório apresentar o seu parecer sobre o relatório de Gestão e Contas relativo ao ano de 2014, documento este que nos fora apresentado pela Mesa Administrativa, depois de o aprovar na sua reunião de 13 de Março de 2015.

**Âmbito**

**1. Relatório de Gestão**

A informação que consta no Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período. Sendo o ano de 2014 o primeiro ano de mandato, soube desde logo a Mesa Administrativa continuar a realizar as reformas essenciais no sentido de garantir a sustentabilidade da Santa Casa da Misericórdia do Porto, bem como assumir as alterações ao modelo de governance que a revisão do DL 119/83 consagra.

Seguindo um objetivo de procurar que todas as áreas de atividade assegurem um equilíbrio de exploração, algo que já se verifica nalguns casos, mantém-se evidente o modelo de gestão assente na racionalização dos custos com o pessoal e na implementação de rotações entre unidades (vd p.ex. processo de transferência de profissionais do Hospital da Prelada para o Centro de Reabilitação do Norte), na otimização dos custos com aquisições externas (vd centralização do sistema de compras) e no esforço contínuo de incremento dos proveitos (aumento de clientes e contratações com o Estado).

Merece realce a conclusão do projeto do Centro Partilhado de Dados, enquanto estrutura que contribui de forma decisiva para a segurança, integração e bom funcionamento da gestão das diferentes áreas de atuação.

Finalmente e ainda dentro deste âmbito, entre outros aspetos de gestão igualmente positivos, importa referir o levantamento exaustivo que foi efetuado do património devoluto e a sua caracterização através de fichas síntese, tendo sido outro marco de prática de boa gestão no ano de 2014.

**2. Relatório e Contas**

Examinámos as demonstrações financeiras da Santa Casa de Misericórdia do Porto, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total

de 232.121.837,53 euros e um total de capital próprio de 176.463.818,93 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 939.626,14 euros), as Demonstrações de Resultados por natureza, a Demonstração das Alterações no Fundo Patrimonial, a Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

Na análise que efetuamos e que nos proporciona uma base aceitável para a expressão do nosso parecer, verificamos que foram adotadas políticas, princípios e critérios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, bem como a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. O ano de 2014 consubstancia uma referência na área contabilística e financeira, já que foram implementadas novas valências e novas áreas organizacionais.

Em base comparativa face a 2013, o Ativo cresceu cerca de 10 M€ e o Passivo cerca de 8 M€, daí resultando um reforço da Autonomia Financeira em cerca de 2 M€.

A conta de exploração viu reforçados os seus rendimentos em cerca de 6,4 M€, mais que compensando o aumento de cerca de 4,8 M€ nos gastos, o que ilustra um esforço cruzado de otimização e racionalização nestas variáveis, respetivamente, permitindo alcançar uma variação positiva no resultado de cerca de 1,9 M€; passou-se da situação de Resultado Líquido Negativo de cerca de 1 M€ em 2013, para um Resultado Líquido Positivo de cerca de 0,9 M€ em 2014.

Em termos do EBITDA verificou-se um crescimento de 48,3% face a 2013, com o mesmo a atingir os 4.679.151 euros em 31 de Dezembro de 2014 (realce para o bom desempenho da área da saúde e património de rendimento, pela sua importância e relevo na formação deste indicador).

No que concerne às disponibilidades, registamos um acréscimo significativo de valor em base comparada face a 2013, reforçando-se assim o nível de liquidez da nossa Instituição.

#### Parecer

-Porque o modelo de gestão adotado e a estratégia que tem vindo a ser seguida, garantem com firmeza que o foco da nossa Santa Casa da Misericórdia do Porto continue centrado no auxílio aos que mais precisam na sociedade em que estamos inseridos;

-Porque em nossa opinião, as acima referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, todos os aspetos materialmente relevantes sobre a posição económico-financeira da Santa Casa da Misericórdia do Porto em 31 de Dezembro de 2014 e bem assim o resultado de todas as suas operações;

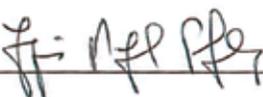


Somos de parecer favorável a que seja aprovado o Relatório de Gestão e Contas da Santa Casa de Misericórdia do Porto, referente ao ano de 2014.

Finalmente e em coerência com a opinião expressa nos considerandos anteriores, referimos também com realce, que o bom trabalho realizado se relaciona com o grande esforço efetuado pela Mesa Administrativa na gestão da Santa Casa de Misericórdia do Porto e no bom desempenho profissional dos seus colaboradores, pelo que a ambos deixamos o nosso justo reconhecimento e voto de louvor.

Porto, 19 de Março de 2015

O Definitório :



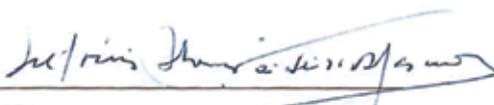
(Joaquim Sabino Rangel Pamplona - Presidente)



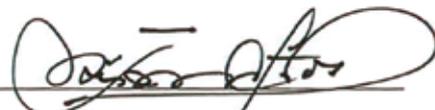
(Silvério Santos Brunhoso Cordeiro - Vice-Presidente)



(Joaquim Silva Vianez - Secretário)



(António Alves Teixeira do Carmo - Vogal)



(Justino dos Santos - Vogal)

10

PROPOSTA DA MESA  
ADMINISTRATIVA À  
ASSEMBLEIA GERAL

**PROPOSTA DA MESA ADMINISTRATIVA À ASSEMBLEIA GERAL**

- 1. Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2014;**
- 2. Que seja transferido para a conta “Resultados Transitados” o Resultado Líquido do exercício €939.626,14.**

**Porto, 31 de Março de 2015**

## **FICHA TÉCNICA**

### **COORDENAÇÃO**

Departamento de Empreendedorismo Social  
e Comunicação - Florbela Guedes

### **DESIGN GRÁFICO**

b+ comunicação

### **FOTOGRAFIA**

Daniel Bento  
Ânia Gonçalves

### **REVISÃO DE TEXTO**

António Pinto

### **IMPRESSÃO**

Peninsular - Artes Gráficas

2015



# 2014

WWW.  
SCMP.  
PT



misericórdia  
do porto

---

DESDE 1499